



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

AMANDA CARVALHO DOS SANTOS

**CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL: DIAGNÓSTICO DO
ACERVO DE ARQUIVOS PESSOAIS E PROPOSTA DE UMA POLÍTICA DE
AQUISIÇÃO**

Rio de Janeiro

2018

C331 Carvalho, Amanda, 1986-

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: diagnóstico do acervo de arquivos pessoais e proposta de uma política de aquisição/ Amanda Carvalho dos Santos. Rio de Janeiro, 2018. 183f.

Orientador: Paulo Elian dos Santos
Coorientadora: Luciana Quillet Heymann

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação Gestão de Documentos e Arquivos, 2018.

1. Arquivos pessoais. 2. Centros de Memória3. Políticas de Aquisição - I. Santos, Paulo Elian dos II. Heymann, Luciana Quillet. III. Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro. IV. Título.

AMANDA CARVALHO DOS SANTOS

**CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL: DIAGNÓSTICO DO
ACERVO DE ARQUIVOS PESSOAIS E PROPOSTA DE UMA POLÍTICA DE
AQUISIÇÃO**

Projeto de pesquisa de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Elian dos Santos

Coorientadora: Profa. Dra. Luciana Quillet Heymann

Rio de Janeiro

2018

AMANDA CARVALHO DOS SANTOS

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL: DIAGNÓSTICO DO ACERVO DE ARQUIVOS PESSOAIS E PROPOSTA DE UMA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO

Projeto de pesquisa de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para obtenção de Qualificação.

Aprovação em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador: _____

Prof. Dr. Paulo Elian dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – UNIRIO

Coorientadora: _____

Prof^a. Dr^a. Luciana Quillet Heymann

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – UNIRIO

Examinador Interno: _____

Prof^a. Dr^a. Aline Lopes de Lacerda

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – UNIRIO

Examinador Externo: _____

Prof^a. Dr^a Maria Celina Soares de Mello e Silva

Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – MAST

Examinador Interno Suplente: _____

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – UNIRIO

Examinador Externo Suplente: _____

Prof^a. Dr^a. Ana Luce Girão Soares de Lima

Programa de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde – FIOCRUZ

À minha família, pelo amor sem medida e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Ao final desse processo é preciso, sobretudo, agradecer. À Deus, em primeiro lugar, por mais essa conquista.

À minha mãe que é a base de tudo que eu sou. Um exemplo de força que eu admiro e amo sem medida.

Ao Antônio por deixar meu mundo mais feliz e completo. Um amor que transborda e transporta as barreiras dessa vida.

Ao Marcelo pelo amor, companheirismo e ajuda que vai muito além do tempo de elaboração desse trabalho. Você foi fundamental nesse processo.

Aos orientadores Paulo Elian e Luciana Heymann pela dedicação, contribuição e autonomia de voo.

À banca, pela presteza e cuidado na avaliação desde o momento da qualificação.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivo pelo apoio, convívio e contribuição à minha formação. Em especial aos queridos Sérgio, Diogo, Flávio e Adrienne, que deixaram tudo mais leve e divertido.

À equipe da Memória da Eletricidade pelo apoio e disponibilidade. Em especial aos queridos colegas do Centro de Referência que acompanharam e ajudaram no processo de construção desse trabalho, e a Andreia, que acreditou na sua consecução antes de mim mesma.

À Stephanie Costa pela cumplicidade, partilha e por se dispor a ajudar sempre. Você, definitivamente, é minha bibliotecária favorita.

À Leila Mendonça pela oportunidade e confiança. Serei eternamente grata.

À Fernanda Monteiro por todo o aprendizado desde o momento em que me aventurei nos caminhos da arquivologia.

À Solange Balbi pela disponibilidade e simpatia. Nossa conversa foi essencial para esse trabalho.

E aos amigos que deixam minha trajetória mais fácil e harmoniosa. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida em torno dos arquivos pessoais do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade, um centro de memória instituído em 1986, por empresas do setor elétrico brasileiro com o objetivo de resguardar e disseminar a história da energia elétrica no Brasil e das empresas responsáveis por esse processo. A partir da caracterização dos arquivos pessoais da entidade, a pesquisa objetiva traçar a história arquivística desses acervos e da própria instituição enquanto entidade custodiadora, entendendo as bases que fundamentaram a composição de seus arquivos pessoais para então elaborar uma política de aquisição a ser adotada pela entidade, que ao longo de mais de 30 anos guarda e preserva acervos de procedência pessoal.

Palavras-Chave: Arquivos pessoais; Centros de memória; Políticas de aquisição; Memória da Eletricidade

ABSTRACT

The present work is the result of a research developed around the personal archives of the Center of the Memory of the Electricity in Brazil - Memória da Eletricidade, a center of memory instituted in 1986, by companies of the Brazilian electric sector with the purpose of protecting and disseminating the history of electricity in Brazil and the companies responsible for this process. Based on the characterization of the entity's personal archives, the research aims to trace the archival history of these collections and of the own institution as custodian entity, understanding the bases that based the composition of their personal archives and then elaborate a procurement policy to be adopted by the entity, which has been accumulating collections of personal origin for more than 30 years.

Keywords: Personal archives; Memory centers; Acquisition policies; Memory of Electricity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Organograma da Instituição.....	27
Figura 2 -	Gráfico apresentando a dimensão em porcentagem de todo o acervo da Memória da Eletricidade.....	30
Figura 3 -	Gráfico apresentando a porcentagem relativa de cada gênero documental que compõe o acervo arquivístico.....	33
Figura 4 -	Gráfico apresentando a composição e dimensão do acervo iconográfico custodiado pela Memória da Eletricidade.....	35
Figura 5 -	Gráfico apresentando a composição e dimensão do acervo filmográfico custodiado pela Memória da Eletricidade.....	36
Figuras 6 e 7-	Fotografias produzidas pela equipe da Memória da Eletricidade do início das atividades de tratamento documental desenvolvidas no arquivo da Eletrobras, no ano de 1989.....	43
Figura 8 -	Ilustração utilizada na exposição Energia Elétrica no Traço do Humor.....	44
Figuras 9 e 10	Fotografias do arquivo pessoal de Gabriel Capistrano Costa e Silva.....	69
Figura 11 -	Fotografia do engenheiro John Reginald Cotrim participando das festividades oriundas do carnaval na cidade do Rio de Janeiro.....	70
Figura 12 -	Ficha de descrição de um dossiê composto por documentos textuais na plataforma do Sistema Sophia Acervo.....	83
Figura 13 -	Ficha de descrição de um dossiê composto por documentos iconográficos na plataforma do Sistema Sophia Acervo.....	84
Figura 14 -	Quadro de arranjo do arquivo pessoal do engenheiro Benedito Dutra.....	85
Figura 15 -	Gráfico apresentando o resultado final do processo de identificação dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade.....	91
Figuras 16, 17 e 18	Fotografias não identificadas do arquivo pessoal Mario França Ennes.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Informações gerais sobre a dimensão do acervo textual custodiado atualmente pela Memória da Eletricidade.....	34
Quadro 2 -	Informações sobre os arquivos institucionais custodiados pela Memória da Eletricidade.....	38
Quadro 3 -	Cronologia com as primeiras atividades da Memória da Eletricidade até a década de 1990.....	45
Quadro 4 -	Informações sobre registros de entrada de acervos pessoais na Memória da Eletricidade.....	75
Quadro 5 -	Apresentação do acervo de arquivos pessoais da Memória da Eletricidade.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEF	Associação para a História da Eletricidade na França
AMFORP	American & Foreign Power Company
ASPR	Assessoria da Presidência
BLAP	Biblioteca Léo Amaral Penna
CAEEB	Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CCON	Comitê de Coordenação da Operação
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da Unesp
CELESC	Centrais Elétrica de Santa Catarina
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CERJ	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
CGTE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CNPC	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COC	Casa de Oswaldo Cruz
COCM	Coordenadoria de Comunicação
COCR	Coordenadoria do Centro de Referência
COPQ	Coordenadoria de Pesquisa
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DNAE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
ELETOBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
EDF	Électricité de France
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MINC	Ministério da Cultura
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	MEMÓRIA DA ELETRICIDADE: ENTRE A PESQUISA E O ACERVO.....	18
2.1.	PANORAMA INSTITUCIONAL.....	20
2.1.1	Antecedentes.....	22
2.1.2	Organização e Estrutura.....	23
2.1.3	Formação do acervo.....	28
2.2.	HISTÓRICO DE ATUAÇÃO.....	39
3.	O LUGAR DOS ARQUIVOS EM CENTROS DE MEMÓRIA.....	48
3.1	CENTROS DE MEMÓRIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL.....	50
3.2	ARQUIVOS PESSOAIS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA.....	55
3.3	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE FUNDOS E COLEÇÕES.....	61
4.	OS ARQUIVOS PESSOAIS DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE...	67
4.1	IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO PESSOAL.....	68
4.2	TRAJETÓRIA ARQUIVÍSTICA DO ACERVO.....	72
4.3	TRATAMENTO DOCUMENTAL: DA AQUISIÇÃO AO ACESSO.....	79
4.4	CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE.....	86
5.	POLÍTICA DE AQUISIÇÃO PARA OS ACERVOS PESSOAIS DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE.....	98
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE A – Guia do acervo de arquivos pessoais.....	124
	APÊNDICE B – Entrevista com Solange Balbi.....	154
	APÊNDICE C – Entrevista com Fernanda Monteiro.....	165
	APÊNDICE D – Entrevista com Leila Lobo de Mendonça.....	173

1. INTRODUÇÃO

Os centros de memória são espaços de preservação de acervos e disseminação de conhecimento. São entidades que reúnem documentos de diferentes naturezas e formatos e que tendem a se compor de acordo com uma temática específica. Entendidos como a “alma” dos centros de memória, os arquivos salvaguardados nesses espaços possuem configurações distintas das que comumente se atribuem aos documentos de arquivo. Valorizados por seu valor informativo e, por vezes, apartados de seu contexto de produção, o tratamento facultado a esses conjuntos documentais necessita de diretrizes que norteiem o trabalho desde o momento da entrada desses acervos no centro de memória.

Desse modo, a presente pesquisa, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pretende através da caracterização dos arquivos pessoais do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade, elaborar uma política de aquisição a ser adotada pela instituição, que vem ao longo de mais de 30 anos acumulando acervos de procedência pessoal sem uma definição clara dos critérios que nortearam o ingresso desses arquivos na entidade.

A Memória da Eletricidade é um centro de memória constituído na década de 1980, em meio ao processo de redemocratização do país. Criado para ser um espaço de referência de fontes documentais e pesquisa, seu principal objetivo é resguardar e disseminar a história da energia elétrica e, conseqüentemente, a história das empresas que compõe o setor de eletricidade no Brasil. Dessa forma, a instituição difere do que comumente se observa na constituição de centros de memória e documentação pelo fato de reunir documentos e informações não apenas de uma instituição específica e de seus técnicos, mas de uma série de organizações e empresas do setor elétrico brasileiro.

O acervo arquivístico da Memória da Eletricidade é composto por arquivos pessoais e institucionais, de diversos gêneros e suportes. Atualmente, a instituição conta com mais de 60 conjuntos documentais custodiados que somam ao todo mais de 70 metros lineares de documentação textual, além de documentos iconográficos, sonoros e filmográficos.

No entanto, um olhar um pouco mais aprofundado sobre os acervos arquivísticos da Memória da Eletricidade, em especial o acervo de arquivos pessoais, nos permite perceber o acúmulo de documentos avulsos, ou de conjuntos documentais fragmentados, que, apartados

dos seus contextos arquivísticos, perdem o sentido de sua produção, ou seja, de representar as ações e atividades que lhes deram origem. Esse processo, comum aos centros de memória, é descrito por Goulart (2013), que aponta a fragilidade dessas entidades ao constituírem, no momento de sua criação, um acervo arquivístico remontado, isto é, proveniente de origens diversas e que, comumente, possuem lacunas inconclusivas.

Outra característica marcante sobre a composição dos acervos de um centro de memória está na heterogeneidade dos conjuntos documentais custodiados, ou seja, na formação de um acervo que abarca documentos de arquivo, museu e biblioteca. O acervo da Memória da Eletricidade não foge a essa regra, constituído por conjuntos documentais diversos, de diferentes naturezas documentais, gêneros e suportes. É também um acervo previamente selecionado, ou seja, integrado em grande parte por coleções, fundos e documentos avulsos que seguem um perfil temático, no caso em questão, a energia elétrica no Brasil.

No caso específico dos arquivos pessoais, objeto de estudo da presente pesquisa, podem ser entendidos como conjuntos documentais provenientes de doações realizadas por profissionais do setor, que ao longo de sua trajetória profissional, acumularam documentos administrativos e produtos técnicos institucionais decorrentes de suas funções e atividades em determinada organização, ou seja, são documentos de cunho particular, mas produzidos e acumulados num contexto institucional, o que dificulta, em alguns casos, o acesso irrestrito aos mesmos.

Vale ressaltar que esses arquivos são extremamente variados, uma vez que alguns refletem a trajetória profissional do titular do acervo, outros apenas apresentam uma etapa ou período do percurso profissional dos diferentes atores. Isso se dá, principalmente, pela inexistência de uma política de aquisição, o que resultou na incorporação de acervos de forma múltipla e informal. Para além da diversidade de configurações que caracteriza os arquivos pessoais, esses conjuntos documentais foram submetidos, muitas vezes, a processos de seleção que privilegiaram recortes temáticos dos mesmos.

Com base nesse cenário, a pesquisa pretende compreender como se configura o acervo de arquivos pessoais no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil e quais os procedimentos técnicos adotados para tratamento destes arquivos. Para tal, possui como objetivos específicos identificar as características organizacionais do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, em especial suas atribuições e ações para preservação de acervos;

compreender a relação conceitual entre arquivos e centros de memória e a presença de arquivos em centros de memória, com destaque para os arquivos pessoais; analisar a problemática dos arquivos pessoais no contexto de custódia da Memória da Eletricidade, apresentando uma caracterização desses acervos, desde a entrada dos mesmos na instituição, passando pelas formas de tratamento, acesso e divulgação, para então se definir diretrizes que regulem a entrada de novos conjuntos documentais no acervo de arquivos pessoais da Memória da Eletricidade.

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa privilegiou elementos qualitativos, ainda que dados quantitativos tenham sido levantados e mobilizados na análise realizada. Sua consecução foi dividida em quatro etapas específicas: coleta de dados e entrevista com funcionários e ex-funcionários da instituição, levantamento e análise bibliográfica do referencial teórico necessário para fundamentação da pesquisa, identificação e análise do acervo de arquivo pessoais e análise de políticas de aquisição de instituições congêneres à Memória da Eletricidade para elaboração do produto final proposto nesse trabalho.

A primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento da trajetória histórica e funcional da Memória da Eletricidade e do setor responsável pelo arquivo histórico da instituição: a coordenadoria do Centro de Referência (COCR)¹. Para tal, foi realizada uma “imersão arqueológica” no arquivo institucional da entidade, que tem apenas 20% da sua documentação devidamente organizada e classificada.

Ainda tentando resolver os inúmeros hiatos que se apresentam na caracterização do acervo arquivístico pessoal da entidade, foram realizadas entrevistas com coordenadores e ex-funcionários da Memória da Eletricidade, com o principal objetivo de compreender o tratamento técnico dado a esses acervos e o significado dos mesmos para a instituição ao longo de 31 anos de atuação.

Foram, ao todo, três entrevistas gravadas e transcritas, todas revisadas e aprovadas para utilização nesse trabalho pelas próprias entrevistadas. A primeira foi com a ex-coordenadora do Centro de Referência, Solange Balbi, que atuou na área de acervos da entidade desde a constituição do centro de memória, em 1986. A segunda entrevista contou com participação da primeira arquivista contratada pela instituição, Fernanda Monteiro, que

¹ A Coordenadoria do centro de Referência (COCR) é área responsável pela gestão de todos os acervos da Memória da Eletricidade.

atuou no processo de reorganização do arquivo histórico da Memória da Eletricidade, em 2014. E por fim, foi realizada uma entrevista com atual coordenadora do Centro de Referência, Leila Lobo de Mendonça, funcionária do centro de memória desde 1987, e que assumiu a coordenação da área de acervos em 2010, atualmente também acumulando o cargo de diretora da entidade.

O levantamento bibliográfico teve como referencial teórico publicações que abordassem temas como arquivos pessoais e centros de memória, incluindo artigos, teses e dissertações que se dedicaram à análise da estrutura e composição desses espaços, e que teceram considerações sobre a custódia de acervos arquivísticos em centros de memória.

Na terceira etapa da pesquisa foi realizado um diagnóstico do acervo arquivístico pessoal da Memória da Eletricidade, um processo que acabou gerando a produção de um segundo produto técnico: um guia resumido dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade. Diferente do guia lançado recentemente pela instituição, esse faz referência a todos os conjuntos documentais custodiados atualmente pelo centro de memória, inclusive os conjuntos compostos apenas por documentos iconográficos² ou os que, por motivos diversos, não passaram por nenhum tipo de processamento técnico e, por isso, não estão liberados para consulta pública.

O último passo para a conclusão desse estudo foi a análise de políticas de aquisição e, conseqüentemente, a elaboração de uma política para a incorporação de acervos pessoais da Memória da Eletricidade. Foram analisadas as políticas de cinco instituições: o Centro de Documentação e Memória Maestro Guerra-Peixe; o Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem); o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); a Casa de Oswaldo Cruz (COC); e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Todas escolhidas por serem de instituições congêneres e, em alguns casos, reconhecidas como referências na área de preservação de acervos no país.

A elaboração de uma política de aquisição para os arquivos pessoais justifica-se pela necessidade atual da Memória da Eletricidade de definir diretrizes que orientem a entrada desses acervos no centro de memória. Um processo que deve levar em conta não apenas a linha de pesquisa da entidade, mas a integridade do acervo doado.

² O Guia de Coleções Pessoais da Memória da Eletricidade foi elaborado tendo como base os conjuntos documentais do gênero textual.

Já a escolha pelo enfoque nos arquivos pessoais se deu pela representatividade dos mesmos na instituição e as especificidades de sua composição. As chamadas “coleções pessoais” representam mais da metade dos acervos custodiados atualmente pela Memória da Eletricidade, e tiveram suas informações disponibilizadas em um guia lançado em outubro de 2016³, privilegiando os documentos do gênero textual, que retomaram seu processo de organização em 2014.

Por fim, é importante evidenciar que a subjetividade do contexto de acumulação dos arquivos pessoais, onde as razões para o arquivamento são múltiplas e variadas e não correspondem, necessariamente, à necessidade de produzir provas sobre suas ações, aliada à subjetividade da atividade colecionadora da Memória da Eletricidade, dificultam no tratamento desses acervos, principalmente quando orientado segundo as normas arquivísticas, levando o profissional a se questionar até que ponto se aplicam tais teorias e de que maneira deve-se aplicá-las.

Uma outra questão que merece destaque é que apenas recentemente a Memória da Eletricidade deu início ao processo de organização de todo o seu acervo arquivístico. E quando assume a responsabilidade de dar continuidade a esse trabalho, foram muitas as dúvidas e questionamentos acerca da formação daquela documentação e da melhor maneira de trata-los segundo os preceitos e normas arquivísticas. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível entender como se configuram os arquivos pessoais do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, e principalmente como se deu o processo de aquisição e tratamento desses conjuntos documentais, uma informação imprescindível para dar continuidade à organização dos mesmos e, conseqüentemente, para o completo entendimento do potencial informativo que esses arquivos possuem.

Desse modo acreditamos que esse trabalho contribuirá não somente para a discussão teórico-metodológica em torno dos arquivos pessoais, que vem ao longo dos anos se solidificando no campo arquivístico brasileiro, como possibilitará a reflexão sobre políticas de aquisição e a construção de um produto técnico-científico que irá auxiliar no processo de incorporação desses arquivos no acervo da entidade, através da definição de um perfil de acervo para a instituição e dos procedimentos necessários para essa aquisição.

³ O *Guia de Coleções Pessoais* foi o primeiro instrumento de pesquisa da Memória da Eletricidade sobre o seu acervo. A publicação em e-book, disponível no site da instituição, terá seus dados atualizados anualmente.

2. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE: ENTRE A PESQUISA E O ACERVO

Para entender o processo de constituição de qualquer entidade pública ou privada, deve-se primeiro compreender em que contexto histórico-social a mesma se insere. No que tange aos centros de memória, essa contextualização deve abranger, sobretudo, o período entre as décadas de 1970 e 1990, durante e após o regime militar instaurado no país, onde percebe-se, por parte do governo, o que Miceli (1984) chamou de “estatização da cultura”⁴ no Brasil. (apud CAMARGO, 2003, p. 24).

Em 1975, durante o governo Geisel, ocorre um fortalecimento de medidas estatais a partir do lançamento da Política Nacional de Cultura, consolidada em um processo pelo qual o Estado buscava formular estratégias para atuar mais efetivamente na área cultural. O governo pretendia, através da construção de uma política nacional para a área da cultura, promover a sedimentação de uma identidade nacional, atrelada aos valores de uma elite minoritária consagrados pela tradição cultural brasileira naquele período.

Independente das possíveis intenções que levaram ao processo de implantação dessa política, sua iniciativa foi de extrema importância para a institucionalização de espaços voltados para área cultural. Entre eles, a consolidação de centros especializados que concentrassem num só lugar fontes de pesquisa sobre determinado campo do saber. Como afirma Célia Camargo (2003), essa política recomendava a criação desses centros principalmente em universidades, que tinham como objetivo não somente a pesquisa, mas a preservação e organização dos acervos documentais brasileiros.

Sendo assim, a década de 1970 registrou uma intensa mobilização do estado na área cultural, processo que vai se consolidar efetivamente a partir da década seguinte, principalmente com a revalorização das instituições nacionais de memória, que encontravam à margem das políticas governamentais de fomento e apoio desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, nos anos 1930. (CAMARGO, 2003, p.32)

Vale ressaltar que esse movimento não se limitou ao plano federal, acontecendo nesse mesmo período em diversos estados e municípios brasileiros, quando pode-se

⁴ Citado por Célia Camargo o termo faz referência as numerosas iniciativas governamentais de proteção ao patrimônio cultural e de criação de um aparato institucional que estendia o alcance do Estado às diversas dimensões do ato cultural e dos bens materiais dele recorrentes.

observar o crescimento do número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura desses entes federativos. (CALABRE, 2007, p. 5).

Em 1985, após o fim do regime militar e durante o governo do Presidente José Sarney, foi criado o Ministério da Cultura (MinC), a partir do desmembramento do Ministério da Educação e Cultura. Ao enfrentar diversos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa, o Ministério promulgou a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura, na tentativa de criar novos recursos e alavancar o campo artístico-cultural: tratava-se da Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney.

O objetivo era o de buscar superar as dificuldades financeiras que o campo da administração pública federal da cultura sempre enfrentou. O orçamento ficava em grande parte comprometido com a administração do Ministério e de seus órgãos vinculados. A criação do novo Ministério acabou por significar um menor aporte de recursos financeiros para a área. (CALABRE, 2007, p.7)

Em resumo, a partir da lei Sarney, as empresas podiam financiar, por meio de renúncia fiscal, ações culturais que tivessem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural (CNPJ), gerido pelo MinC e a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda⁵. Esse incentivo fiscal pode ser considerado um dos motivos que impulsionaram a criação da Memória da Eletricidade, assim como podemos supor que tal estímulo pode ter favorecido o interesse de outras organizações em investir na constituição de centros de memória e documentação nesse período⁶.

No que tange ao setor da eletricidade no Brasil, foi durante o regime militar que ocorreu o desenvolvimento do modelo estatal, um processo que contribuiu para a expansão do setor⁷.

Do final do século XIX até a década de 1950, o setor elétrico foi conduzido pelo capital privado, principalmente através de duas grandes multinacionais: a Light Serviço de Eletricidade S.A e a American & Foreign Power Company (Amforp). Essas empresas concentravam as atividades de produção e distribuição de energia elétrica e foram as

⁵ Segundo o Artigo 1º da Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986, o contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm

⁶ No arquivo corrente da entidade existe uma série de cartas trocadas entre o departamento jurídico da Eletrobras e o presidente da Memória da Eletricidade sobre a legalidade do enquadramento da empresa na lei nº 7.505 visto que a mesma é a principal mantenedora da entidade.

⁷ Toda informação sobre a história do setor elétrico foi retirada do livro “Panorama do setor de energia elétrica no Brasil (2ª edição)

principais responsáveis pela consolidação do setor no Brasil, motivado pelo crescimento populacional e pelas inovações tecnológicas.

A constituição da Centrais Elétricas Brasileiras S.A, em junho de 1962, gerou um reordenamento institucional desse cenário. A criação da *holding*⁸ representou um passo fundamental para o fortalecimento do Estado no setor de energia elétrica, o que vai se consolidar durante o regime militar até meados da década de 1990, momento em que ocorre uma crise do modelo estatal, culminando num processo de privatização das empresas produtoras e distribuidoras de eletricidade no Brasil.

A Memória da Eletricidade surge nesse período de efervescência, onde o modelo estatal que estava em ascensão começa a perder espaço em meio a uma crise política. Desse modo, a necessidade de construção de uma memória que legitime e preserve essa história se apresenta como uma possível solução ao não “esquecimento” desse processo.

2.1. PANORAMA INSTITUCIONAL

A Memória da Eletricidade é uma entidade cultural sem fins lucrativos, instituída em 1986 por iniciativa das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e com o apoio de outras empresas do setor. Sua criação teve como principal fonte inspiradora a experiência da Associação para a História da Eletricidade na França (AHEF)⁹, constituída anos antes, em 1982, por iniciativa da Électricité de France (EDF)¹⁰.

Em entrevista concedida, uma antiga profissional da Memória da Eletricidade que acompanhou todo o processo de criação da instituição, ressaltou a importância de outro espaço como referência: o centro de memória da Eletropaulo.

Vale um adendo que no setor elétrico já existia, com sucesso, o centro de memória da Eletropaulo, coordenado pela Celia Camargo, e que tinha uma repercussão grande no setor elétrico, era uma inovação naquele período, e que incentivou outras empresas do setor a pensarem nesses espaços de memória, mesmo que de forma muito embrionária. Poderia ser um museu ou um centro de referência, ou só uma biblioteca. Era algo que estava começando ainda. No meio empresarial não tinha bem definida essa questão de memória e acervo. (BALBI, 2017)

⁸ Holding é uma empresa que possui como atividade principal a participação acionária majoritária em uma ou mais empresas, que detém o controle de sua administração e políticas empresariais.

⁹ Fonte: Relatório Anual da Memória da Eletricidade, 2014.

¹⁰ Électricité de France (EDF) é a maior produtora e distribuidora de energia da França. Fundada em 1946, após um programa de nacionalização do setor na França, a companhia foi uma estatal até 19 de novembro de 2004, quando adotou personalidade jurídica de direito privado (*société anonyme*).

Ainda segundo Balbi (2017) o primeiro estatuto da instituição se baseou na experiência da Eletropaulo. A entidade buscava através da junção de alguns profissionais atuantes na área de pesquisa e documentação iniciar um trabalho voltado para recuperação da memória do setor de energia elétrica.

A Eletrobras estava criando um centro de memória, e eles foram em várias instituições buscando profissionais que pudessem trabalhar nesse projeto. Foram diversos profissionais pinçados de diversas instituições e que de janeiro de 1986 até 1989 trabalharam para consolidação da instituição. (BALBI, 2017)

Para definir as principais características da Memória da Eletricidade, o presente trabalho utilizou-se de algumas categorias para traçar um breve diagnóstico da instituição. Esse recorte partiu de uma pesquisa desenvolvida por Camargo e Goulart (2015) que avaliaram diversos centros de memória no Brasil, entre eles a Memória da Eletricidade,¹¹ utilizando sete categorias de observação: motivações, objetivos e missão, equipes, acervos, políticas de acervo, produtos, acesso e uso.

A fim de traçar um panorama dos centros de memória no Brasil, optamos por limitar nosso campo de observação às entidades (públicas e privadas) que, com no mínimo dez anos de existência e papel de destaque no cenário socioeconômico do país, preenchessem alguns requisitos, como ter objetivos explicitados, documentos disponíveis para a consulta e produtos editoriais significativos (sites, exposições e publicações). (CAMARGO, GOULART, 2015, p. 65)

Dentro desse campo de análise foi notória a similaridade da Memória da Eletricidade com outros centros de memória do país, que possuem características próprias de atuação, estrutura e organização.

Sendo assim, nesse capítulo serão pontuadas algumas dessas características, evidenciando-se as motivações que levaram à criação da entidade, seus objetivos e missão institucional, a formação de seu quadro funcional e de seus acervos, assim como o tratamento dedicado aos mesmos no decorrer de suas atividades.

2.1.1. Antecedentes

São várias as motivações para a constituição de centros de memória. No âmbito dos projetos ligado à recuperação da memória organizacional, o ponto de partida costuma ser a

¹¹ Além da Memória da Eletricidade, foram analisadas mais 26 instituições, entre elas o Centro de Memória Bunge Brasil, Centro de Documentação e Memória da Klabin, Centro de Documentação e Memória Multibras, Centro de Memória Bosh, Centro de Memória da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Espaço Memória do Grupo Pão de Açúcar, Fundação Energia e Saneamento, Memória dos Trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Memória Globo, Núcleo de Cultura Odebresh, Programa Memória Petrobras, entre outros.

necessidade de preservação documental como recurso para a redefinição ou fortalecimento de uma identidade institucional.

A partir da premissa de que a Memória da Eletricidade não está ligada apenas a uma organização específica, mas a uma série de empresas de energia elétrica que compõe o setor, supõe-se que as motivações que levaram à sua constituição estão diretamente relacionadas ao contexto histórico em que essas empresas se inserem, isto é, o período de transição entre o fim do regime militar e o processo de redemocratização do país.

Esse processo de transição não pode ser descartado, visto que o fortalecimento de uma imagem e da construção de uma narrativa histórica favorável às empresas de energia elétrica na época apresentava-se como um recurso para a consolidação e propagação de valores institucionais no âmbito social. Como bem afirmou Camargo e Goulart (2015), “os centros de memória surgem como o propósito de preservar os métodos de ação que deverão ser reproduzidos para outros públicos em locais diversos”, isto é, são utilizados como um mecanismo de recordação e propagação de práticas e valores.

Muitos acreditam que o centro de memória, ao trazer à tona as escolhas feitas e os caminhos percorridos pela instituição a que se vincula, é capaz de evidenciar sua identidade. Trabalhar a memória seria, portanto, uma forma de fortalece-la e consolidar os valores que propaga, contribuindo para fixar os elementos que a distinguem. (CAMARGO; GOULART, 2015, p.80)

A proposta de criação da instituição começou a ganhar forma por intermédio do então presidente da Eletrobras, o engenheiro Mario Penna Bhering, personalidade de grande prestígio no setor de energia elétrica. Em janeiro de 1986, a diretoria da Eletrobras autorizou a criação de um grupo de trabalho para desenvolver a proposta de criação da então denominada “Fundação Memória do Setor de Energia Elétrica”, envolvendo a formulação de estatuto, regimento interno, esquema de manutenção financeira, políticas de ação, estrutura e formas de atuação¹². No meio desse processo, também foi apresentado um projeto de preservação e manutenção do Museu da Energia Elétrica Brasileira, que seria administrado pela suposta fundação.

Após diversas negociações entre os presidentes de diversas empresas do setor¹³, em 29 de abril de 1986 foi criada a Assessoria da Presidência para a Preservação da Memória

¹² Fonte: cartas do arquivo institucional da Memória da Eletricidade do então diretor da Eletrobras Mario Bhering, para presidentes das empresas mantenedoras do setor no ano de 1986, entre elas a Light, Chesf, Eletrosul, Eletronorte, Furnas e Cemig.

¹³ Os envolvidos nessas negociações eram os dirigentes das empresas e órgãos instituidores da Memória da Eletricidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A

do Setor de Energia Elétrica – ASPR, diretamente subordinada à presidência da Eletrobras, cujo objetivo principal era assessorar o estudo, implementação e coordenação de medidas destinadas à preservação da memória técnica da Eletrobras, em particular, e a do setor de energia elétrica, em geral¹⁴.

Meses depois da criação da ASPR, iniciaram-se novas negociações para a constituição de uma entidade com personalidade jurídica própria, de utilidade pública e sem fins lucrativos. Segundo documentos, o objetivo naquele momento era esquematizar qual seriam as principais atividades da instituição. A ideia principal era criar uma espécie de centro de referência nacional de documentação do setor, que além da consultoria técnica sobre preservação de acervos, também desenvolveria atividades culturais e organizaria exposições permanentes e itinerantes. Segue abaixo a transcrição de um trecho de uma carta escrita pelo então presidente da Eletrobras, o engenheiro Mario Bhering, e enviada a todas as empresas vinculadas a holding, em 1986:

Estamos preparando a criação de uma entidade com personalidade jurídica própria, de utilidade pública, sem fins lucrativos, que contará com um centro de referência nacional de documentação do setor, desenvolverá atividades culturais, tais como conferências, ciclos de estudos e palestras, publicará livros, teses e monografias, e organizará exposições permanentes e itinerantes do seu acervo, tudo aberto aos pesquisadores, à comunidade acadêmica e ao público em geral. (BHERING, 1986)

A presidência da Eletrobras também buscava dialogar com núcleos de preservação e memória já criados por algumas empresas do setor, entre elas a Eletropaulo, Light, Cemig e Furnas. Essa troca de informações visava não só o apoio técnico dessas entidades, como também buscava tranquilizar algumas dessas empresas que a constituição de um novo espaço de memória não iria de encontro com os objetivos institucionais dos espaços de memória existentes.

Segundo entrevista com a atual diretora e coordenadora de área da Memória da Eletricidade, Leila Lobo de Mendonça, existia, em alguns casos, um certo “ciúme” dessas empresas com seus acervos, um dos motivos que levou à decisão de não recolher esse tipo de documentação. Outra funcionária do centro de memória, Solange Balbi, que acompanhou todo o processo de constituição afirmou que, na época, simplesmente não fazia sentido

(Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Espírito Santo Centrais Elétricas S. A (Escelsa), Furnas Centrais Elétricas S.A, Light Serviços de Eletricidade S.A, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), Associação Nacional das Empresas Elétricas Estaduais de Energia Elétrica (Acesa), Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade Norte e Nordeste (Aedenne) e Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE).

¹⁴ Fonte: Documentação do arquivo institucional da Memória da Eletricidade.

guardar o acervo de empresas do setor, com sede em outros estados, no Rio de Janeiro, onde seria a sede da Memória da Eletricidade.

Esses debates e questionamentos levaram as empresas envolvidas nesse processo a decidirem pela criação de um espaço para consecução de projetos e de programas que preservassem a história do setor de energia elétrica como um todo, e não de uma companhia ou outra em específico.

Para tanto, decidiu-se que seria necessário o cumprimento de algumas tarefas para o desenvolvimento e implantação do projeto definitivo. Foram constituídas três comissões: comissão de redação, encarregada da redação definitiva do projeto; comissão de guia de fundos, encarregada de mapear e avaliar o estado dos acervos das concessionárias do setor e elaborar um pré-diagnóstico; e a comissão de levantamento bibliográfico, encarregada de reunir e expandir os referenciais teóricos necessários para os primeiros estudos de desenvolvimento de uma terminologia específica para recuperação da informação histórica do setor.

Por fim, no dia 18 de setembro de 1986, foi criado sob forma de associação civil, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, instituído pelas empresas do setor, e mantido pelas contribuições de seus membros e de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo a Eletrobras a principal mantenedora da entidade.

2.1.2. Organização e Estrutura

Ainda se baseando na proposta de observação desenvolvida por Camargo e Goulart (2015) para traçar um panorama dos centros de memória do país, nessa seção serão apresentados os principais objetivos institucionais da Memória da Eletricidade, a missão da entidade e sua estrutura organizacional, de modo a entender os recursos simbólicos e materiais integrados em torno de um projeto que manteve a instituição em atividade ao longo de mais de 30 anos de atuação.

De maneira geral, os objetivos e a missão de uma instituição são claramente explicitados ou identificados através de estatutos, regimentos e materiais de divulgação. Em relação especificamente aos centros de memória, em sua grande maioria, referem-se à custódia, conservação, organização e divulgação do patrimônio histórico de uma determinada instituição, independente da sua natureza documental.

De acordo com o site¹⁵ da instituição, a Memória da Eletricidade “tem sua atuação caracterizada pela implementação de ações de preservação do patrimônio histórico¹⁶ e pela realização de pesquisas sobre o tema”, sendo seu principal objetivo a preservação da história da implantação e do desenvolvimento do setor elétrico brasileiro. Sua missão é “pesquisar, preservar e disseminar a história do setor de energia elétrica, de forma a contribuir para o conhecimento sobre a indústria da eletricidade no Brasil”.

Conforme o Estatuto da Memória da Eletricidade, a instituição tem como objetos sociais: promover a recuperação, conservação e salvaguarda do patrimônio relacionado à história da energia elétrica no país; elaborar um sistema de informações sobre a história da eletricidade no Brasil; promover o intercâmbio de informações e experiências, nas empresas, órgãos e instituições dedicados à pesquisa do tema; estimular a conscientização da importância da história do setor de energia elétrica e cooperar com pessoas físicas e jurídicas na realização de trabalhos pertinentes à história do setor de eletricidade no país.¹⁷ Portanto, a entidade funciona para auxiliar as empresas do ramo em assuntos voltados para a preservação de seus documentos e na recuperação da sua história institucional. Uma iniciativa considerada precursora em relação às memórias empresariais no Brasil. (FIGUEIREDO, 2009, p. 34)

A configuração do quadro de funcionário também é algo estratégico na organização de um centro de memória. As equipes que atuam nesses espaços têm um perfil variado, e integrado majoritariamente por pessoas com formação profissional em história, museologia, biblioteconomia e também da área de comunicação e marketing.

Segundo Camargo e Goulart (2015, p.70) existia uma escassez de profissionais do curso de arquivologia, que pode ser explicada não apenas pela carência de cursos de graduação, mas também pela preferência por profissionais com experiência em pesquisa e da área de ciências humanas, uma assertiva discutível diante o cenário atual. No caso da Memória da Eletricidade, mesmo não havendo profissionais especializados na área durante um grande período de atuação da entidade, a instituição contava com um corpo técnico com vasta experiência profissional na área de organização de arquivos, o que não impossibilitou

¹⁵ Fonte <<http://portal.memoriadaeletricidade.com.br/>> Acesso em 18 de janeiro de 2018.

¹⁶ Como patrimônio histórico entende-se todo e qualquer bem móvel ou imóvel constituído pelas empresas que compõe o setor de energia elétrica no Brasil e pelos agentes que atuam nesse cenário.

¹⁷ Fonte disponível em: <http://portal.memoriadaeletricidade.com.br/institucional/estatuto/> Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

a devida atenção aos métodos e procedimentos arquivísticos necessários para organização de seus acervos.

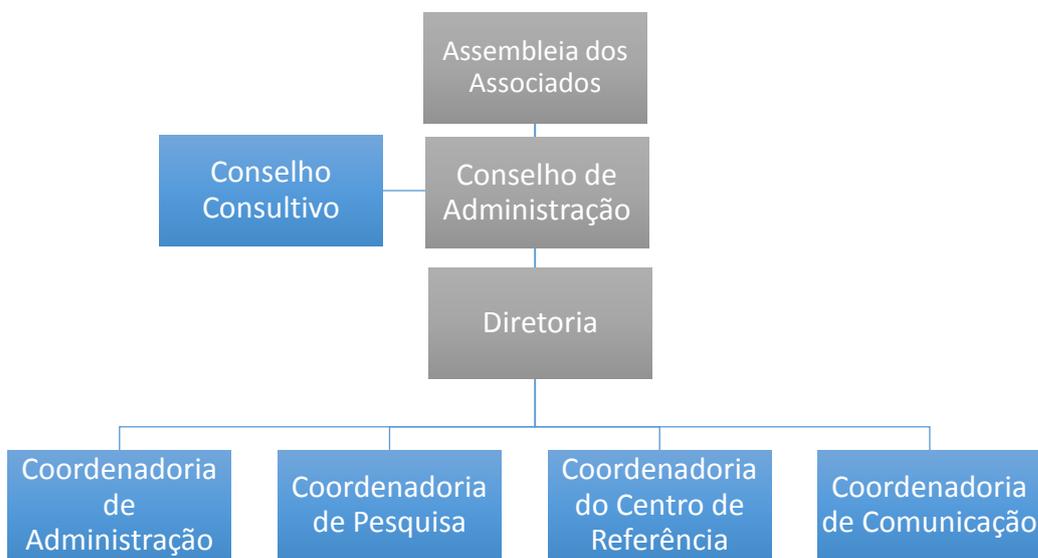
No que tange à estrutura organizacional da Memória da Eletricidade não houve mudanças significativas desde o período de sua criação, somando-se um quadro de quatro coordenadorias, sendo duas delas voltadas para as atividades-fim da instituição: a Coordenadoria de Pesquisa e a Coordenadoria do Centro de Referência.

A administração do centro de memória é feita por uma Assembleia dos Associados, órgão deliberativo composto pelos membros mantenedores da entidade¹⁸, um Conselho de Administração, órgão administrativo composto pelos membros instituidores¹⁹, e por uma Diretoria, composta por um presidente e um diretor-executivo. A instituição ainda conta com um órgão auxiliar, que é o Conselho Consultivo, composto por personalidades do setor elétrico brasileiro, este último tem por finalidade o aconselhamento das partes que integram a direção quando necessário ou solicitado. Abaixo, apresenta-se o organograma da instituição.

¹⁸ São membros mantenedores pessoas físicas e jurídicas que contribuem financeiramente para manutenção da entidade, entre elas, as empresas instituidoras do centro de memória.

¹⁹ São membros Instituidores a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e as empresas, órgãos e instituições do setor de energia elétrica que ingressaram na MEMÓRIA DA ELETRICIDADE até 30 dias após a data de sua constituição.

Figura 1: Organograma da instituição



Fonte: Elaboração própria

No Regimento Interno, observam-se as competências de cada coordenadoria, destacando-se as responsáveis pelas atividades-fim da entidade: a área de pesquisa e de documentação.

A coordenadoria de Pesquisa tem como principal atribuição o planejamento e execução de projetos de pesquisa histórica, de caráter multidisciplinar, gerando livros, artigos e outros instrumentos de difusão do conhecimento científico em torno da eletricidade e do setor elétrico no país. Para além da atividade de pesquisa, a coordenadoria também atua contribuindo para a ampliação do quadro de referências teóricas e metodológicas da entidade e na concepção de exposições permanentes, temporárias e itinerantes da instituição.

Já a coordenadoria do Centro de Referência, que atua na gestão do acervo da Memória da Eletricidade, é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas com a recuperação e preservação do patrimônio arquivístico, bibliográfico e museológico que compõe o acervo da instituição e das empresas do setor elétrico no país. Conforme definido em seu regimento atual, suas atribuições principais são:

[...] a) coordenar, desenvolver projetos e prestar/ assessoramento técnico às atividades de preservação, organização e recuperação das informações

contidas no acervo histórico das empresas do setor de energia elétrica; b) constituir um sistema de referência e uma lista de termos para recuperação da informação da memória técnica e do acervo histórico das empresas de energia elétrica, sob a forma de banco de dados; c) definir metodologias para a constituição, organização e manutenção do acervo histórico das empresas do setor de energia elétrica e promover o treinamento dos profissionais nessas atividades; d) dar tratamento e organizar fundos documentais, oriundos de doações de pessoas físicas, jurídicas e outros órgãos governamentais ligados ao setor de energia elétrica, que constituíram o acervo da Memória da Eletricidade; [...] h) elaborar catálogos pesquisados e comentados sobre o acervo, evidenciando sua importância tecnológica e social. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, Regimento Interno, 1998)

Analisando as edições dos regimentos internos²⁰, fica claro que a única mudança relevante no que diz respeito à coordenadoria está na composição e organização do acervo, uma vez que, no ano de sua criação, a instituição não previa a composição de um acervo arquivístico e sim museológico, algo que foi alterado logo nos primeiros anos de atuação do centro de memória.

Esse fato é de extrema importância para entender não só a composição desses conjuntos documentais, mas o lugar que o acervo vai ocupar no conjunto de ações e atividades da Memória da Eletricidade, visto que a instituição não nasce para esse fim; o acervo vai se compondo de acordo com a demanda e com o tempo, o que será melhor detalhado mais adiante.

2.1.3. Formação do acervo arquivístico

Antes de apresentar a dimensão e composição de um acervo, é interessante apontar brevemente a relevância histórica que o mesmo possui. A documentação custodiada pela Memória da Eletricidade apresenta um século de história, que vai desde a construção das primeiras usinas hidrelétricas até a constituição do setor elétrico brasileiro e o período de crise que perpassou durante a década de 1990. A história da construção usinas hidrelétricas, termoelétricas e nucleares, e os impactos políticos e sociais advindos desse progresso tecnológico estão registrados nessa massa documental, que até bem pouco tempo permanecia sem um tratamento adequado e parcialmente indisponível para pesquisa.

Como afirma Camargo e Goulart (2015, p.70) em centros de memória, via de regra, o acervo é formado por “documentos naturalmente reunidos por uma instituição no

²⁰ Foram ao todo 6 regimentos internos elaborados, o último deles produzido em 2017. As alterações vinham a reboque das modificações realizadas no estatuto da entidade, e não houve alteração de competência além da inclusão da organização de acervos, visto que a entidade passa ter essa atividade como parte de seus objetivos.

cumprimento de determinadas funções”. No caso da Memória da Eletricidade não é diferente, no entanto, seu acervo é formado por parcelas documentais proveniente não de uma, mas de diversas empresas de geração e distribuição de energia elétrica e dos agentes que atuaram nesse cenário, uma prática que não foi definida no momento de constituição da entidade, mas que ganhou forma no decorrer de suas atividades.

Ainda segundo as autoras sobre a composição de acervos em centros de memória, o que comumente se observa também é a “formação de conjuntos heterogêneos, nos quais se percebem as marcas de seleções feitas anteriormente a partir de critérios variados”. (CAMARGO E GOULART, 2015 p.71)

Há documentos de todos os gêneros: textuais, audiovisuais, sonoros, iconográficos, além de objetos e artefatos. [...] Se de algumas espécies existem séries contínuas e quase sem lacunas, de outras encontramos um ou outro exemplar: antigos livros contábeis, máquinas de escrever e calcular, peças de mobiliário, e outros objetos de valor simbólico ou afetivo, escolhidos para testemunhas uma época. (CAMARGO, GOULART, 2015, p.71)

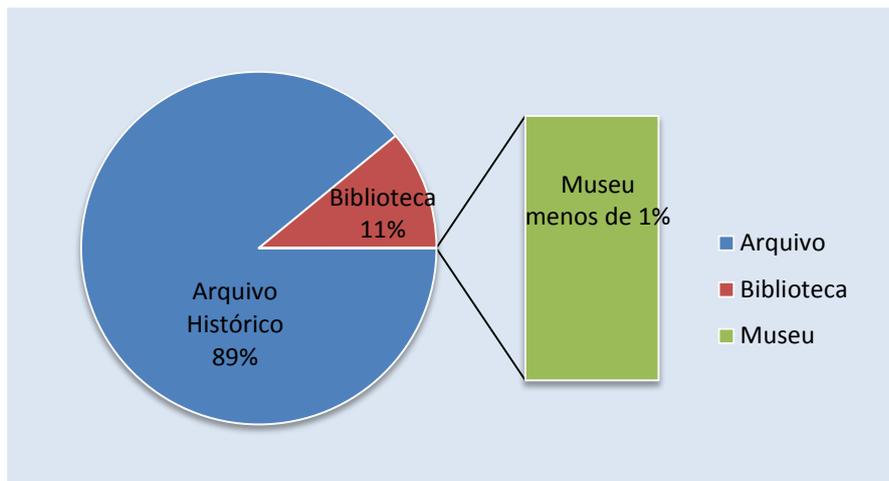
Em consonância com as características de um centro de memória, a instituição reúne, atualmente, documentos de variados gêneros e suportes e de diferentes naturezas, isto é, compostos por documentos de biblioteca, arquivo e museu. A coexistência dessas três áreas em um mesmo espaço, ao passo que parece problemático do ponto de vista técnico, também possibilita o debate e a construção de novas metodologias e técnicas de tratamento da informação, visto as diferentes formas e funções desses acervos, e as diferenciadas formas de tratamento aplicadas aos mesmo.

Nesse sentido, a Memória da Eletricidade, assim como outros centros de memória, surge como um espaço de pesquisa importante na área das ciências sociais aplicadas, pois possibilita um aprofundamento das práticas metodológicas necessárias para a integração e otimização dos processos de organização, representação e recuperação da informação.

Segundo dados do relatório anual de 2016²¹, último publicado no site da instituição, o acervo contabiliza ao todo 60.117 documentos. Desse total, 53.492 são documentos de arquivo, 6.595 documentos de biblioteca e 30 objetos tridimensionais, ou seja, 89% do acervo da instituição é formada por acervos arquivísticos, como podemos observar no gráfico abaixo.

²¹ Fonte disponível em: <http://portal.memoriadaeletricidade.com.br/wp-content/uploads/2017/12/2016-Rel-Anual-Mem%C3%B3ria-da-Eletricidade.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

Figura 2: Gráfico apresentando a dimensão em porcentagem de todo o acervo da Memória da Eletricidade



Fonte: Elaboração própria

Em relação ao acervo bibliográfico da Memória da Eletricidade, atualmente todos os mais de 6.000 exemplares encontram-se disponíveis na biblioteca técnica que integra o centro de memória: a Biblioteca Léo Amaral Penna (BLAP). Fundada em 1987, tem por objetivo a reunião e difusão de obras de interesse para a história de energia elétrica no Brasil, além de trabalhos historiográficos sobre eletricidade e áreas afins. A BLAP, que está inserida na área da coordenação de referência da instituição, também coleciona textos metodológicos das áreas de história, biblioteconomia, arquivologia e museologia e, atualmente conta com 5.339 títulos e 6.595 exemplares, entre livros, periódicos entre outros.

No que se refere ao acervo tridimensional da instituição, este é composto por uma parcela pequena de itens, entre eles, medalhas, placas de homenagem, aquarelas e objetos pessoais de personalidades e técnicos do setor. Esses objetos foram incorporados ao acervo da instituição majoritariamente através de doações, muitos deles advindos das doações de conjuntos arquivísticos de procedência pessoal.

No que tange o acervo arquivístico da Memória da Eletricidade, este é composto por arquivos pessoais e institucionais divididos entre os gêneros textual, iconográfico, sonoro e filmográfico. São ao todo 53.492 itens documentais produzidos desde o início do século XX até os primeiros anos do século XXI, e que versam sobre a história da energia elétrica e, conseqüentemente, o desenvolvimento do setor de eletricidade no país.

O conjunto arquivístico começou a ser constituído nos primeiros anos de atuação da entidade, primeiramente, através da custódia de acervos pessoais, e posteriormente, com a

aquisição dos acervos advindos de empresas e órgãos ligados ao setor de energia elétrica, mesmo que essa aquisição não constasse como uma das atribuições da instituição. Em entrevista, a ex-coordenadora do Centro de Referência, Solange Balbi, contou que o recolhimento desses acervos de natureza arquivística aconteceu paulatinamente e que na época de constituição da entidade se questionou muito a mesma deveria ou não recolher esse tipo de material.

Se discutiu muito naquela época se cabia o recolhimento de acervos tanto de empresas quanto dos luminares do setor. [...] Em termos de documentação, os profissionais envolvidos na definição das finalidades institucionais questionavam: como a Eletrobras passaria a recolher e se responsabilizar por acervos do setor elétrico do país inteiro? Simplesmente não fazia sentido, guardar o acervo de empresas do setor, com sede em outros estados, aqui no Rio de Janeiro, como por exemplo a CELPA, que é do Para. Era uma documentação que fazia muito mais sentido ser mantida lá, do que transferida para cá, no Rio. Então chegou-se à conclusão que essas pessoas do setor forneceriam seus depoimentos para recontar a história da energia elétrica no país desde a presença estrangeira, passando pelo início do processo de urbanização, a estatização, e por aí vai, sem pensar na guarda de documentos a princípio. Foi só no meio desse processo que decidiu-se receber os acervos particulares dessas personalidades, das participantes do projeto de história oral, mas não os acervos institucionais. (BALBI, 2017)

Balbi (2017) afirma também que foi a partir do desenvolvimento do Programa de História Oral²² que chegaram à instituição os primeiros conjuntos documentais. Todavia, não foi possível dimensionar quais acervos foram incorporados a partir do programa e em que época exata isso realmente aconteceu.

O que podemos afirmar, no entanto, é que essa documentação foi adquirida pela entidade em forma de doação e tem como composição inicial parcelas documentais provenientes dos arquivos pessoais de profissionais das empresas do setor, alguns deles depoentes de projetos desenvolvidos pelos Programa de História Oral da entidade.

Dividido em arquivos pessoais e institucionais, o acervo arquivístico é formado por documentos históricos de diversos gêneros e suportes. São, ao todo, 65 conjuntos documentais produzidos por personalidades e empresas do setor de energia elétrica em todo o país. No entanto, para compreender melhor a formação desse acervo, principalmente no que tange sua dimensão, é preciso conhecer a forma como esses documentos foram durante um grande período entendidos pela própria instituição.

²² O programa de história oral do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil foi instituído em 1986 e está na origem da própria organização da instituição. A gravação de uma série de depoimentos resgatando os antecedentes da Eletrobras constituiu uma das atividades fundadoras das ações de preservação da memória do setor de energia elétrica. Este trabalho inicial resultou nas primeiras cem horas gravadas do acervo. Mais informações no site da instituição através do link: <http://portal.memoriadaeletricidade.com.br/historia-oral/>

Na Memória da Eletricidade os acervos eram divididos pelos gêneros documentais não só por uma questão de necessidade de tratamento específico à cada gênero. A noção de divisão de arquivos pessoais e institucionais, utilizada atualmente, estava atrelada somente aos documentos textuais. A documentação iconográfica, sonora e filmográfica, era organizada à parte e desvinculada, em alguns casos, dos seus conjuntos documentais originais. Fernanda Monteiro, arquivista que trabalhou com os acervos da Memória da Eletricidade, explicou em entrevista essa questão:

[...] quando eu cheguei era totalmente separado, o textual tinha uma organização, o iconográfico tinha outra, mesmo sendo do mesmo produtor, não havia nenhuma ligação entre eles. Foi quando eu propus a Leila, pra inserir dentro do sistema uma nota remissiva para os códigos de cada organização, ou seja, na ficha do textual, quando o pesquisador acessasse, teria uma nota indicando que aquela documentação estava vinculada a um conjunto de fotografias [...] não é porque é de um outro gênero que nós separamos do textual, a organicidade perpassa os suportes. (MONTEIRO, 2017)

Podemos alegar que essa metodologia de trabalho desenvolvida durante anos na instituição e bastante comum nas instituições de custódia da época, se deu por diversos fatores, entre eles, dois se destacam: a carência de mão de obra da área responsável pela gestão desses acervos frente às inúmeras demandas de trabalho, o que acabou delegando a organização desses conjuntos documentais a museólogos e bibliotecários da instituição; e a falta de diretrizes pré-estabelecidas para a aquisição, tratamento e guarda dessa documentação. Como afirma Leila Mendonça, atual diretora e coordenadora de área da entidade:

Na área de referência não tinha museólogo, não tinha arquivista, só tinha documentalista e bibliotecário, e o documentalista era o historiador. Eles não tinham muita noção de como tratar o acervo e foi quando a COCM foi chamada para isso. [...] Trabalhamos eu e o Gilberto, que também era museólogo, na parte do tratamento do acervo arquivístico iconográfico. O Gilberto era bibliotecário também, e na época, fazia história. Não tinha arquivista na instituição. (MENDONÇA, 2018)

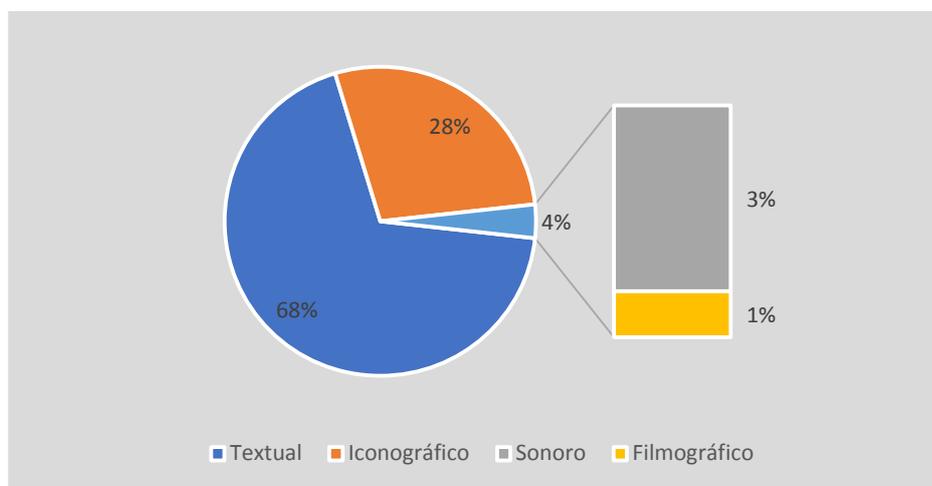
Quando questionada sobre como era feito o tratamento após a aquisição desses acervos arquivísticos, Mendonça contou que o mesmo era organizado de acordo com a demanda, o que também pode ter levado à divisão de organização por gênero documental.

[...] ficava tudo lá, parcialmente identificado, e quando surgia alguma demanda essa documentação era pesquisada e por vezes, separada. Acontecia, em alguns casos, de encontrarem fotografias no meio dessa documentação, e essas imagens passavam a ser incluídas no nosso acervo iconográfico para um tratamento adequado. A separação não era uma regra, mas acabava acontecendo para dar o devido tratamento a documentação. (MENDONÇA, 2018)

Mesmo que atualmente já se perceba uma alteração dessa visão, principalmente por parte dos dirigentes das áreas, os conjuntos arquivísticos ainda encontram-se divididos de acordo com os gêneros documentais²³. Contudo, essa divisão se mantém apenas pelo caráter de preservação dos diferentes suportes, e não mais configura uma seleção arbitrária por parte da entidade, que seguindo uma diretriz colecionadora, separava a documentação em 4 grandes coleções: coleção textuais, coleção iconográfica, coleção sonora e audiovisual.

Um trabalho de identificação realizado nesses acervos dimensionou que grande parte dos arquivos pessoais são compostos dos gêneros textuais e iconográficos, enquanto os gêneros sonoro e filmográfico são recorrentes nos arquivos institucionais.²⁴ A seguir, traremos alguns gráficos e tabelas dimensionando os gêneros documentais custodiados atualmente pela Memória da Eletricidade e explicando melhor essa formação.

Figura 3: Gráfico apresentando a porcentagem relativa de cada gênero documental que compõe o acervo arquivístico da Memória da Eletricidade



Fonte: Elaboração Própria

Os documentos textuais, que representam a maior parcela documental do acervo total da Memória da Eletricidade, foram aos poucos se acumulando na entidade sem um tratamento arquivístico adequado. Como afirma Monteiro (2017), arquivista responsável

²³ No último Relatório Anual (2016), os acervos arquivísticos foram apresentados segundo seus gêneros documentais. Essa apresentação segue um padrão estabelecido desde o relatório do ano de 2010.

²⁴ Em todo o acervo de arquivos pessoais foram encontrados apenas um item filmográfico, no arquivo do engenheiro José Antônio Muniz Lopes, e nenhum documento sonoro.

rela retomada da organização tanto dos arquivos correntes da entidade quanto do acervo histórico textual:

[...] não havia uma organização arquivística nem nos arquivos correntes e nem nos acervos. A instituição não se preocupava com isso. Existia uma identificação, existia uma metodologia aplicada, mas ela não era viável nem para o administrativo e nem para divulgar os acervos que a instituição possuía. As caixas de papelão onde a documentação corrente estava inserida, por exemplo, tinha uma etiqueta indicando apenas o ano e o tipo de documento que estava ali, ou seja, era uma organização, mas não era uma organização arquivística. Mesma coisa para as coleções pessoais, não existia organicidade, vínculo orgânico, nada. Apenas a identificação do nome do doador e, em alguns casos, uma identificação preliminar do conjunto documental doado. (MONTEIRO, 2017)

Atualmente, mais de 50% dessa documentação já foi organizada e disponibilizada para consulta, desse percentual a grande maioria refere-se aos conjuntos arquivísticos pessoais, visto que grande parte da documentação institucional ainda aguarda tratamento. Segue abaixo, um quadro sistematizando a dimensão da documentação textual da entidade

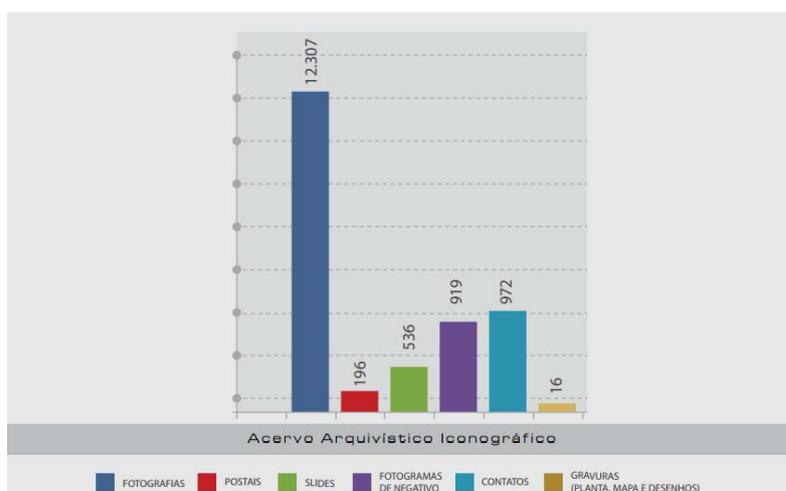
Quadro 1: Informações gerais sobre a dimensão do acervo textual custodiado atualmente pela Memória da Eletricidade

Arquivo Textual	Documentos	Caixas	Conjuntos Documentais
Pessoal	20.856	327	44
Institucional	15.816	225	06

Fonte: Elaboração própria

Já o acervo iconográfico é composto por fotografias, postais, diapositivos, gravuras, contatos, negativos, plantas, mapas, desenhos, charges e pinturas. Segue, abaixo, uma imagem retirada do relatório anual da instituição.

Figura 4: Gráfico apresentando a composição e dimensão do acervo iconográfico custodiado pela Memória da Eletricidade

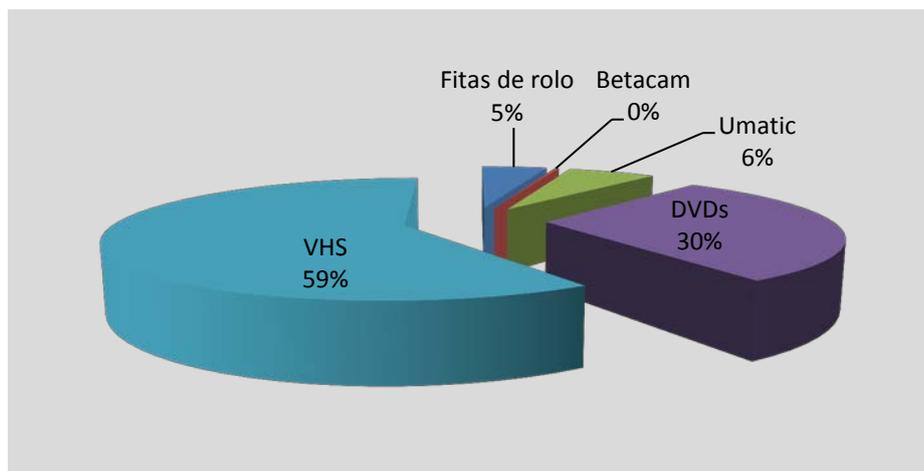


Fonte: Imagem do relatório Anual da Memória da Eletricidade, 2016.

No que tange ao acervo sonoro, este é dividido em três coleções: Coleção Programa de História Oral, Coleção Depoimentos Avulsos e Coleção Eventos. Esse gênero em especial possui uma problemática, parte dessa documentação faz parte dos documentos produzidos pela Memória da Eletricidade no decorrer de suas atividades, ou seja, fazem parte do fundo arquivístico da própria entidade. Todavia, entre esses documentos, existe uma parcela de fitas que fazem parte do arquivo institucional do Comitê de Coordenação da Operação Note-Nordeste (CCON), doado à instituição.

Por fim, a instituição conta com um pequeno acervo filmográfico que integra majoritariamente os arquivos institucionais da entidade, ou seja, são documentos proveniente de empresas e órgão do setor elétrico brasileiro. Segundo dados do último relatório anual publicado pela entidade, são ao todo 370 itens documentais nos seguintes suportes: fitas de rolo 35mm e Super 8, vídeos betacam, Umatic, DVD's e VHS. Desses documentos, apenas um item pertence ao arquivo pessoal do engenheiro José Antônio Munis Lopes.

Figura 5: Gráfico apresentando a composição e dimensão do acervo filmográfico custodiado pela Memória da Eletricidade



Fonte: Elaboração própria

A entrada dos acervos doados por empresas do setor, os arquivos institucionais, também não foi algo planejado. Segundo Solange Balbi em entrevista, as empresas começaram a entrar em contato com a Memória da Eletricidade dizendo que se desfariam de determinadas documentações, e questionavam se a entidade não gostaria de visitar o acervo antes desse descarte. Essa aparente falta de interesse das empresas foi o que ocasionou o interesse da entidade nessa documentação, e que conseqüentemente motivou a entrada de outros acervos institucionais no centro de memória.

A constituição do acervo se deu a partir de dois trabalhos. Um deles era a captação dos acervos pessoais, e o outro se estruturou a partir da interface com as empresas. Começou a acontecer a seguinte coisa: perguntavam se nós queríamos dar uma olhada em determinada documentação que seria descartada pela empresa. “Vamos nos desfazer dessa documentação aqui, a Memória não quer dar uma olhada?” E nós pensávamos que era algo que não podia ser descartado assim. A gestão de acervos documentais ainda não estava bem sedimentada nas empresas e elas estavam muito vulneráveis à ideia de projetos desse tipo. Então, foi dessa forma que começaram a chegar na instituição várias parcelas de acervos institucionais. E o interessante é que a conversa era sempre nesse tom: “vamos jogar fora, vocês têm interesse?”. Não havia uma política de avaliação de acervos, uma política arquivística das empresas em relação a isso. (BALBI, 2017)

Em 1988, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica recomendou as empresas de energia elétrica que objetivavam a eliminação de documentos microfilmados que consultassem a Memória da Eletricidade sobre o interesse na recuperação ou análise dessa documentação.

Recomendar aos concessionários do serviço público de energia elétrica que, além do cumprimento das condições previstas na Portaria nº 110, de 25 de novembro de 1982, que objetivam instruir o pedido de autorização para destruir documentos microfilmados, seja consultado o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade, com vistas ao seu interesse na documentação a ser destruída, de forma a propiciar indispensável resgate da história do setor elétrico. II- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. (DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, 1988)

Os arquivos institucionais representam, em volume documental, quase a metade de todo o acervo arquivístico custodiado atualmente pela instituição. No entanto, no que se refere ao número de conjuntos documentais de origem institucional abarcam uma parcela pequena desse acervo: são apenas 8 arquivos institucionais frente os 57 arquivos pessoais atualmente custodiados.

O maior conjunto documental de procedência institucional custodiado pela entidade é o da Companhia Brasileira de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), que foi doado para a Memória da Eletricidade durante seu processo de liquidação, em 1992.

Em dezembro de 1988, a companhia solicitou uma assessoria técnica da Memória da Eletricidade para a realização de um projeto de recuperação da documentação arquivística da secretaria geral da CAEEB. Este trabalho resultou no inventário de identificação do acervo que só passou para custódia da Memória da Eletricidade após a extinção da mesma.

Vale ressaltar que, segundo o projeto de doação, todo o decurso de transferência desse acervo teve a interlocução do Arquivo Nacional, órgão responsável não só pela implantação de diretrizes para a gestão de toda documentação pública de natureza federal, como também pelo recolhimento dos acervos de instituições públicas federais em extinção. Desse modo, ficou estabelecido entre a Memória da Eletricidade e a CAEEB que o acervo arquivístico da empresa seria recolhido pelo Arquivo Nacional, exceto a parcela documental de interesse da Memória da Eletricidade. Segundo apresenta a cláusula primeira do convênio firmado entre a Memória da Eletricidade e a CAEEB:

Constituem objeto do presente Convênio parcelas de documentação de natureza arquivística, produzidas e acumuladas, pela CAEEB e armazenadas em sua sede e no Centro de Estudos de Itaipava – CETRECON, que devem ser recolhidas ao Arquivo Nacional ao término de sua organização, caso não seja de imediato interesse à Memória da Eletricidade mantê-las em custódia, por prazo que julgar necessário à sua pesquisa e utilização. (COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS, 1991)*²⁵

²⁵ *Convênio assinado entre a CAEEB e a Memória da Eletricidade, em 1991, tratando sobre a organização do acervo da CAEEB e futura guarda do mesmo após a liquidação da empresa.

Ainda com relação aos arquivos institucionais custodiados pela Memória da Eletricidade, como principal mantenedora da instituição, a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e suas subsidiárias também possuem no arquivo histórico da entidade uma parcela do seu acervo. São ao todo mais de 100 caixas de documentação textual ainda não identificada e conjuntos fotográficos provenientes de relatórios técnicos da empresa. Entre essa documentação, destacam-se os diversos estudos produzidos pela *holding* e suas subsidiárias para o aproveitamento hidrelétrico em diversos rios brasileiros, documentação que ainda hoje possui um valor informativo de extrema relevância para os profissionais do setor.

Quadro 2: Informações sobre os arquivos institucionais custodiados pela Memória da Eletricidade

ARQUIVOS INSTITUCIONAIS			
Arquivo / Empresa	Gêneros	Dimensão	Situação
Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEEB	Textual Iconográfico	102 caixas box de documentação textual e 3 itens iconográficos (fotografias)	Conjunto apenas identificado
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	Textual Iconográfico Filmográfico	2 caixas box de documentação textual; 5 dvds contendo 16 vídeos, e 40 fotografias	Conjunto organizado
Light Serviços de Eletricidade S.A	Textual	1 caixa box de documentação textual	Conjunto organizado
Engerio Engenharia e Construções Ltda.	Textual	1 caixa box de documentação textual	Conjunto organizado
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras	Textual Iconográfico Filmográfico	79 caixas box de documentação textual e documentação filmográfica	Aguardando tratamento
Ministério de Minas e Energia (Projeto RE-SEB)	Textual	40 caixas box de documentação textual	Aguardando tratamento
Comitê Coordenador para Operação no Nordeste - CCON	Sonoro Filmográfico	Fitas cassete e DVDs	Aguardando tratamento
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTE	Filmográfico	Filmes de rolo.	Aguardando tratamento

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, os arquivos pessoais da instituição podem ser descritos como conjuntos documentais doados por personalidades e técnicos do setor, que, ao longo de sua trajetória profissional, selecionaram documentos administrativos e produtos técnicos institucionais decorrentes de suas funções e atividades em determinada organização.

Entretanto, alguns refletem de maneira substancial a trajetória profissional do titular do acervo, enquanto outros apenas apresentam uma parcela desse processo.

Atualmente, a instituição custodia um total de 57 arquivos pessoais. O maior deles é do engenheiro John Reginald Cotrim, com 10 metros lineares de documentação textual e mais de 500 documentos iconográficos, e o menor contendo apenas duas fotografias, de uma subestação da Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). Essa disparidade se dá, principalmente, pela inexistência de uma política de aquisição na instituição, que resultou numa incorporação de acervos de forma variada e informal, norteadas segundo critérios subjetivos. Como bem aponta Monteiro:

[...] quando a gente se preocupa com a documentação desde a entrada até o tratamento, o trabalho fica bem mais facilitado. O processo de organização se torna muito mais lógico e muito mais orgânico, de acordo com as teorias e as práticas arquivísticas. Isso não acontecia na Memória. [...] nunca existiu nada ali, nenhuma diretriz, nada que desse um norte para as práticas de aquisição de acervo. (MONTEIRO, 2017)

Essa discussão, no entanto, será melhor abordada no quarto capítulo da dissertação, onde serão apresentados, de forma detalhada, os arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, a história de sua composição e o tratamento aplicado a esses conjuntos documentais.

2.2. HISTÓRICO DE ATUAÇÃO

Nos anos iniciais após sua criação, as atividades da Memória da Eletricidade voltam-se principalmente para o levantamento de informações e pesquisas na área. O objetivo principal era a constituição de um centro de referência documental dos acervos históricos das empresas do setor, o apoio à organização e preservação desses acervos e a viabilização de pesquisas em torno da história da eletricidade no Brasil.

Segundo o relatório anual da instituição de 1986, a Memória da Eletricidade se desenvolveu a partir de três frentes fundamentais: o trabalho de pesquisa histórica e de constituição de um programa de história oral, o trabalho de levantamento de dados sobre fontes documentais do setor para a elaboração de uma base de referências, e a elaboração de um programa de financiamento de pesquisas sobre a história da eletricidade, a partir do exame das práticas adotadas por entidades congêneres e agências financiadoras. Dessas

atividades, as duas primeiras foram essenciais para o desenvolvimento da entidade enquanto espaço de referência e de pesquisa na área, o que será melhor detalhado adiante.

A pesquisa histórica e o programa de História Oral se desenvolveram através da Coordenadoria de Pesquisa. O trabalho teve como ponto de partida o estudo da evolução histórica da estrutura organizacional de empresas do setor, onde o objetivo era traçar a trajetória dessas organizações e suas transformações para então compreender a forma pela qual se organizaram ao longo do tempo para alcançar seus objetivos.

O Programa de História Oral teve início com o projeto chamado Fase Pré Operacional da Eletrobras, que visava a investigação sistemática do período entre 1953, quando foi proposta a criação da empresa, até 1962, ano em que ela se instala. O projeto foi executado por meio de uma parceria entre pesquisadores da Memória da Eletricidade e do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea no Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV)²⁶, e possuía como parte da metodologia de trabalho o rastreamento das fontes documentais referentes a esse período e o desenvolvimento de um programa de entrevistas com os principais agentes envolvidos no processo de constituição da Eletrobras²⁷.

Ao longo de 30 anos, o programa realizou entrevistas com técnicos e dirigentes em diferentes projetos de pesquisa, contemplando não só a trajetória de empresas e/ou instituições, mas também produzindo depoimentos referentes à história de vida desses profissionais. Em linhas gerais, o acervo é composto, atualmente, por cerca de 540 horas de áudio, acompanhadas por aproximadamente 50 horas de vídeo, registrando 307 depoimentos de 256 depoentes.

A segunda frente de trabalho da Memória da Eletricidade se desenvolveu sob a coordenação do Centro de Referência da entidade, e voltava-se para a constituição de um levantamento bibliográfico e documental sobre a evolução do setor elétrico no Brasil, que tinha por finalidade indicar um conjunto significativo e diversificado de fontes de pesquisa não disponíveis até aquele momento. O levantamento, que teve início na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, adotou como marcos cronológicos o final do século XIX,

²⁶ Fonte: Relatório anual de 1986, p. 11. Maiores informações sobre o projeto podem ser obtidas em: “Programa de História Oral da Memória da Eletricidade: catálogo de depoimentos” (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990)

²⁷ As entrevistas desse projeto também estão disponíveis no acervo de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea no Brasil.

época em que a energia elétrica foi introduzida no país, e os primeiros anos da década de 1950, período imediatamente anterior à redação do projeto de criação da Eletrobras.

Ainda no que tange à atuação da Coordenadoria do Centro de Referência, o início de suas atividades se deu com o estabelecimento de cinco programas que visavam, sobretudo, à estruturação dos serviços básicos do órgão: a elaboração de um guia de fundos documentais do setor de energia elétrica, a implantação de um banco de dados, o assessoramento técnico para a preservação de acervos das empresas do setor, a elaboração de um projeto para constituição de uma biblioteca para a entidade e a preparação do arquivo corrente da Memória da Eletricidade.

O primeiro programa, considerado prioritário²⁸, teve início logo nos primeiros meses de criação da entidade, e estava associado ao trabalho de levantamento bibliográfico e documental citado anteriormente. Essa precedência na elaboração do programa se deu pelo fato do mesmo ter dado continuidade ao levantamento de dados realizado por técnicos da Assessoria da Presidência para Preservação da Memória do Setor de Energia Elétrica (ASPR)²⁹, ainda antes da criação da Memória da Eletricidade. Além disso, sua prioridade justificava-se pelo fato de que a análise dos dados recolhidos resultaria na elaboração de um diagnóstico sobre os acervos das empresas do setor, o que permitiu a definição de estratégias para a implementação de ações relativas ao programa de assessoramento técnico a essas empresas.

O produto deste trabalho também originou, em 1987, a primeira versão do “Guia dos Fundos Documentais do setor de Energia Elétrica Brasileiro”, editado e distribuído às empresas do setor e a algumas instituições acadêmicas e culturais.

Após esse primeiro levantamento, foram realizados novos debates técnicos com documentalistas das empresas do setor sobre os resultados obtidos, onde concluiu-se que havia necessidade de dar continuidade periódica ao trabalho. A ideia principal era “obter não somente um retrato estático, de acervos e órgãos de documentação, mas também um instrumento para acompanhamento de suas alterações, avanços e retrocessos”. (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1989, p.12).

Sendo assim, foi desenvolvido, no ano de 1988, não só um segundo levantamento de dados com a colaboração dos profissionais de cada uma das áreas de documentação das

²⁸ Relatório Institucional 1986 (p.11).

²⁹ Área subordinada à presidência da Eletrobras, cujo objetivo principal seria assessorar a empresa no estudo, implementação e coordenação de medidas destinadas a preservar a memória da Eletrobras.

empresas do setor, mas também um rastreamento de informações sobre diversos fundos documentais provenientes de empresas extintas ou que foram incorporadas. O resultado final foi uma publicação oficial do guia, lançada em 1989, que reunia todo o trabalho de levantamento documental desenvolvido pela instituição até aquele momento.

Em suma, o Guia de Fundos Documentais do Setor de Energia Elétrica surgiu em paralelo à criação da própria Memória da Eletricidade, constituindo-se como um marco importante para a instituição. Essa importância se dá não só por ser o primeiro produto publicado pelo centro de memória, mas também pela relevância e ineditismo do trabalho, que teve como objetivo o levantamento e a compilação de dados sobre os acervos documentais das empresas do setor elétrico brasileiro como um todo.

O segundo programa, que visava à criação de um banco de dados para a instituição, aconteceu paralelamente às atividades de elaboração do guia de fundos. Na década de 1980, a constituição de uma base de informações aberta ao público era considerada um grande desafio a ser atingido, e a compilação dessas informações apresentava-se como o primeiro passo desse processo, que acontecia através da descrição pormenorizada de informações em fichas de papel³⁰.

Em 1987 iniciaram-se as atividades do terceiro programa proposto pela COCR, que consistia na atividade de assessoramento técnico à implantação de projetos de preservação e organização do patrimônio documental das empresas do setor, sendo a primeira delas desenvolvida com a Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ). Ao longo dos anos esse trabalho ganhou corpo, aumentando o número de órgãos e empresas que procuravam a instituição com o intuito de fechar parcerias para o desenvolvimento de projetos que visavam à organização de seus acervos e/ou gestão de seus documentos, entre elas, o extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAE), a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), a Eletrobras, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), entre outras³¹.

³⁰ Fonte: Arquivo Institucional da Memória da Eletricidade. As informações foram retiradas dos Relatórios anuais da instituição e de alguns relatórios de atividades da Coordenadoria do Centro de Referência que estão arquivados na entidade.

³¹ Todos os contratos assinados entre as empresas citadas e a Memória da Eletricidade para organização de seus respectivos acervos/arquivos encontram-se no arquivo institucional da entidade.

Figuras 6 e 7: Fotografias produzidas pela equipe da Memória da Eletricidade do início das atividades de tratamento documental desenvolvidas no arquivo permanente da Eletrobras, no ano de 1989.



Fonte: Arquivo Institucional da Memória da Eletricidade

Por fim, após um ano de atuação, a Coordenadoria do Centro de Referência concluiu seus quarto e quinto programas previstos no ano de sua criação: a implantação de uma biblioteca especializada e a elaboração de uma metodologia de trabalho para gestão do arquivo institucional da entidade.

Vale lembrar também que, para além das atividades explicitadas, a coordenadoria também atuava na elaboração de eventos e exposições, em parceria com a Coordenadoria de Comunicação, mesmo que isso não constasse nas atribuições especificadas em regimento para a área.

As primeiras exposições ocorreram em 1988, na antiga sede provisória da instituição. A pioneira foi uma mostra filatélica intitulada “*Rios Prisioneiros, Energia em Liberdade*” que, por meio de selos e postais do Brasil e do exterior, apresentava o trabalho de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica a partir de fontes hídricas. A exposição, que acabou premiada internacionalmente, era composta por uma coleção cedida à Memória da Eletricidade, por empréstimo, pelo filatelista Reinaldo Macedo, especialmente para inauguração de seu espaço de exposições.

Outro trabalho de destaque foi a “Energia Elétrica no Traço do Humor”, primeira exposição itinerante produzida pela instituição e que abordava aspectos do comportamento da sociedade brasileira na sua relação com o uso da eletricidade desde o final do século XIX. A mostra contou com documentos reproduzidos dos arquivos da Light, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e de arquivos particulares. Alguns originais também foram criados especialmente para o evento por chargistas e cartunistas de renome na época.

Figura 8: Ilustração utilizada na exposição Energia Elétrica no Traço do Humor



Fonte: Revista Light, 1928 / Acervo Biblioteca Nacional

Já os primeiros eventos promovidos foram o “Ciclo de Debates em Documentação” e o “Encontro de Documentalistas de Empresas Projetistas, Consultoras e Construtoras ligadas ao setor de energia elétrica brasileiro”, que tinham como objetivo a discussão de questões técnicas nas áreas de arquivologia e biblioteconomia. Ao longo dos anos a

instituição manteve ativo esse programa, promovendo eventos na área de gestão de documentos e de preservação de acervos voltados para profissionais e técnicos do setor.

Essas primeiras atividades, desenvolvidas no final da década de 1980 foram norteadoras para a constituição da Memória da Eletricidade e para sua linha de atuação.

Quadro 3: Cronologia com as primeiras atividades da Memória da Eletricidade até a década de 1990.

1986	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Início do Projeto “Memória do Setor de Energia Elétrica: Fase Pré-Operacional da Eletrobras, que deu início ao Programa de História Oral da Instituição.
1987	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação e apresentação da Memória da Eletricidade em eventos internacionais³². ▪ Registro da Biblioteca Léo Amaral Penna no Conselho Regional de Biblioteconomia.
1988	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção e execução das primeiras palestras voltadas para a discussão técnica nas áreas de arquivologia e biblioteconomia ▪ Início do trabalho de assessoria e consultoria o projeto de organização e conservação do acervo permanente do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE ▪ Primeiras doações de arquivos pessoais: arquivo pessoal do engenheiro Léo Amaral Penna, e da coleção iconográfica do engenheiro Cesar Rabello. ▪ Inauguração do espaço de exposições com a mostra filatélica “Rios prisioneiros, Energia em Liberdade. ▪ Montagem da primeira exposição itinerante: Energia e Memória no Traço do Humor. ▪ Lançamento do livro “Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil”, primeira publicação produzida totalmente pelo corpo profissional da instituição
1989	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lançamento do primeiro Guia de Fundos Documentais do Setor de Energia Elétrica.

Fonte: Elaboração própria

Nos primeiros anos da década de 1990, a instituição passou por um processo de grandes mudanças internas em decorrência do cenário de instabilidade política e econômica que assolava o país. Nesse período, o quadro de funcionários da instituição foi drasticamente reduzido, assim como as verbas para o financiamento de pesquisas na área.

³² IV Colóquio da Associação para História da Eletricidade realizado em Paris; e no Seminário Internacional sobre Centros Nacionais de Documentação, realizado em Estocolmo, Suécia.

Ainda que a implantação do plano real, em 1994, tenha trazido certa estabilidade econômica para o país, o processo de privatização do setor de energia elétrica, levado a cabo pelo governo federal, não permitiu que a instituição se recuperasse efetivamente do impacto. Esse processo, ao que tudo indica, não desanimou o corpo técnico, que continuou atuando de acordo com a lógica proposta nos primeiros anos de atividade da instituição, mas ocasionou um declínio gradual da visibilidade do centro frente ao setor de energia elétrica e do público em geral.

Ao longo de sua atuação, a instituição manteve suas funções e atividades voltadas para a preservação documental das empresas do setor e para a produção de pesquisas na área. Como resultado desse processo, foram ao todo 85 livros publicados, e mais de 20 projetos de consultoria produzidos, além das inúmeras exposições e projetos para a criação de museus e espaços de memória³³.

Vale ressaltar que, no que diz respeito à história de atuação do Centro de Referência da Memória da Eletricidade, a escolha inicial de não recolher acervos, a entrada irrefletida dessa documentação, a grande demanda de trabalho frente ao número reduzido de pessoas atuando na área e a ausência de diretrizes institucionais mais contundentes, propiciou um cenário de instabilidade onde a coordenadoria acabou se apagando frente às demais, principalmente frente à Coordenadoria de Pesquisa, também entendida como área fim do centro de memória.

Nas entrevistas, quando questionadas sobre a relação entre as áreas fins da entidade todas as entrevistas responderam que existia um conflito de interesses entre as coordenadorias, e que isso acabou prejudicando o trabalho que era desenvolvido pelo Centro de Referência, principalmente no que se refere à visibilidade. Como coloca afirma Balbi,

Até hoje muita gente identifica a Memória da Eletricidade pelos livros que já foram publicados pela área da pesquisa, que diga-se de passagem são de excelente qualidade. Poucos falam do acervo. E volto a dizer, quando não se tem pessoal, quando não se tem estrutura, você não tem tempo de ficar discutindo muito. A realidade é que você tinha que dar conta minimamente de toda aquela demanda. E eu acho que fizemos muita coisa, basta ler os relatórios, foram muitos trabalhos desenvolvidos. (BALBI, 2017)

Ainda sobre esse aspecto, segundo Monteiro:

[...] a coordenadoria de pesquisa desenvolve um trabalho historiográfico de analisar a trajetória da energia elétrica em diversas frentes: projeto de eletrificação rural, 50 anos da Eletrobras. Enfim, é um trabalho que tem maior visibilidade para

³³ Informações retiradas do site e dos Relatórios Anuais da Instituição.

público em geral, e por isso, eu acho que é uma área mais valorizada do que a área dos acervos. Esse é um ponto importante porque a pesquisa acaba dando uma visibilidade maior para a instituição do que a guarda e tratamento de acervos. Um outro ponto é também o desconhecimento do que seriam esses acervos e a importância dessa documentação para a instituição, porque infelizmente algumas instituições não tem uma visão da importância do tratamento arquivístico na documentação, mesmo sendo um centro de memória. (MONTEIRO, 2017)

Essa relação, no entanto, deve mudar nos próximos anos, visto que, atualmente a Memória da Eletricidade está passando por uma série de modificações estruturais que deverão alterar o organograma do centro de memória. Uma dessas mudanças é a junção das áreas-fim em apenas uma coordenadoria, que passará a se chamar Gerência de Patrimônio Cultural e Pesquisa.

Por fim, o capítulo procurou demonstrar o caminho percorrido pela instituição desde sua criação até os anos de 1990, período onde as linhas de trabalho da instituição se solidificam. Nos anos posteriores, a Memória da Eletricidade passou a ser entendida enquanto espaço de custódia de acervos, assim como uma entidade de referência e pesquisa histórica. Os primeiros anos de atividade definiram um perfil de atuação que permaneceu ao longo dos anos, independente dos percalços econômicos e do contexto político e social que afetou o setor de energia elétrica, principal responsável pelo projeto de memória instaurado através da instituição.

3. O LUGAR DOS ARQUIVOS EM CENTROS DE MEMÓRIA

Nessa seção será apresentada a análise teórica desenvolvida ao longo da pesquisa, que teve como norte dois eixos conceituais: centros de memória e arquivos pessoais. Para tanto, serão levantadas breves reflexões sobre a memória e seu entrelaçamento com a história e os arquivos, e a problemática dessa relação no espaço circundante dos centros de memória.

No que tange os arquivos pessoais, o capítulo pretende pontuar conceitos e apresentar um debate voltado para a metodologia de tratamento aplicada a esses arquivos. A escolha por esse viés se justifica pela importância da análise do processamento técnico dispensado aos acervos da Memória da Eletricidade, que em alguns casos foram tratados sem se ter em conta a proveniência desses conjuntos documentais, uma prática que está atrelada ao processo de aquisição desses arquivos na entidade.

Por fim, será abordada uma breve reflexão teórica sobre o conceito de fundo e coleção, analisando a concepção de coleções em arquivos e a diferença entre esses conceitos considerados excludentes para arquivologia. Essa análise se faz necessária visto que a Memória da Eletricidade atualmente utiliza o termo coleção para se referir aos arquivos pessoais custodiados pela entidade, uma escolha que à luz da teoria arquivística implica na possibilidade de utilização de uma metodologia de tratamento que se confronta ao preconizado pela área.

De maneira geral, os estudos sobre instituições de memória nos levam a pensar na própria definição de memória e na sua relação com a história. Considerado um tema abrangente e de muitas dimensões e significados, a memória suscita o debate e a produção de diversos trabalhos de relevo, sendo alguns dos temas mais recorrentes os que dizem respeito à relação memória e história, e a problemática da construção social da memória e de suas variadas conceituações: memória individual, coletiva, nacional, entre outras.

Para além dessas construções conceituais, a memória pode ser entendida enquanto uma capacidade humana de guardar alguns acontecimentos e experiências do passado. No entanto, a percepção e o resgate dessas experiências estão diretamente relacionados à construção de uma realidade social e coletiva, que define, em alguma medida, o que deve ser lembrado e o porquê dessa lembrança.

Conforme aponta Pierre Nora (1993), a aceleração do tempo histórico, fruto de uma sociedade cada vez mais moderna e complexa, propiciou uma gradual perda de memória. Essa ideia pode ser entendida enquanto a perda gradual do poder de seleção do que deve ser resguardado pelos indivíduos e pela comunidade frente ao acúmulo de informações que são consumidas na sociedade atual, o que os profissionais da informação chamam de “sociedades do esquecimento”³⁴.

Na sociedade ocidental atual, o ritmo acelerado do trabalho urbano somado a facilidade e rapidez dos meios de comunicação (criadas pelos constantes avanços tecnológicos) colocam o homem comum frente a uma quantidade avassaladora de informações. Tais fatos criam para o homem contemporâneo quase a obrigação de consumir a informação de uma forma acrítica, sem maior cuidado seletivo, perdendo-se, portanto, uma das mais importantes funções da memória humana – a capacidade seletiva – que é o poder de escolher aquilo que deve ser preservado como memória importante e aqueles fatos e vivências que devem ser descartados. (VON SIMSON, 2006, p.12)

A solução para esse “esquecimento coletivo” seria a criação de “lugares de memória”, ou seja, suportes e espaços para a preservação da mesma, como por exemplo, os arquivos, museus e bibliotecas. “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 07). Em outras palavras, os lugares de memória são entendidos enquanto construções sociais que servem de instrumento delineador e cristalizador de lembranças.

E assim, entram em cena os museus, bibliotecas e centros de documentação, que se entendidos como lugares de memória são delineados por Nora (1993) através de três aspectos específicos que coexistem, mas em graus distintos: o material, o simbólico e o funcional.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

Em resumo, Nora (1993) apresenta a concepção de que para ser um lugar de memória é preciso ter um recorte material, espacial ou temporal, precisa ter uma função específica, e precisa ser revestido de um significado simbólico, que é sempre construído.

³⁴ Termo retirado do artigo intitulado “Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da unicamp”, de Olga Von Simson. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.html> Acesso em: 12 dez 2017.

Já no que se refere à relação memória e documento esta também pode ser percebida na constituição das chamadas instituições de memória, ou seja, entidades que tomam para si a responsabilidade de preservar uma memória através da composição de uma história que a legitima, história essa fundamentada através de registros documentais preservados para esse fim. Como bem afirma Le Goff:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1996, p.535)

No caso dos documentos de arquivo não é diferente, mesmo que evidenciados por seu caráter probatório, isto é, de provarem a consecução de determinadas funções e atividades no âmbito de uma entidade produtora, não deixam de ser criações sociais, no sentido de serem produtos de uma sociedade.

Podemos concluir, então, que os documentos como um todo, incluindo os documentos de arquivo, não possuem valor histórico por si mesmos, mas possuem características funcionais e simbólicas que lhe são atribuídas. Essa “avaliação”, que é fruto de uma construção social, determina a posição desses objetos como fontes históricas.

Como bem apresenta Assman (2011), “o arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido”. Uma construção que depende de diversos fatores, entre eles as técnicas empregadas para perpetuação desses registros e os motivos que levam à preservação das informações encontradas nesses documentos.

3.1. CENTROS DE MEMÓRIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

Os centros de memória, de maneira geral, surgem numa tentativa de resgate e preservação de uma história institucional³⁵. A composição dessa memória se dá através da representação de uma ideia e da construção de uma narrativa histórica sustentada pelo uso dos documentos enquanto produtos de uma cultura organizacional ou social.

³⁵ A palavra “institucional” nesse contexto deve ser entendida de uma forma mais ampla, referindo-se a costumes ou estruturas sociais estabelecidas por lei ou consuetudinariamente que vigoram num determinado Estado ou povo, e não apenas a estruturas organizacionais.

Um ponto em comum nas literaturas e estudos sobre centros de memória e documentação é que estes não possuem um consenso quanto ao seu formato, alcance e significado. É comum atribuir características comuns a esses espaços, mesmo que apresentem algumas diferenças entre eles.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, centro de documentação – considerado um termo análogo ao centro de memória – é definido enquanto “instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações”. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2010 p. 46). Não há definição de centro de memória, nem ao menos a menção à palavra “memória”, mesmo que a composição desses espaços tenha como foco principal a constituição e disseminação de acervos arquivísticos.

Mesmo a bibliografia dedicada a traçar uma definição de centros de memória não chega a um resultado final, visto as inúmeras possibilidades de atuação desses lugares, que variam de acordo com a estrutura, a história e os objetivos em torno dos quais são criados. Entretanto, um olhar mais atento sobre esses espaços possibilitou a identificação de algumas características gerais na composição dessas instituições culturais, como por exemplo, a heterogeneidade da documentação e a necessidade de uma temática que norteie a constituição desses acervos.

Sobre a heterogeneidade, segundo Monteiro (2015), os centros de memória reúnem documentos únicos ou múltiplos e de origens diversas. Seus acervos, devido ao caráter colecionista desses espaços, são compostos de forma artificial, e “diferente dos arquivos que não podem ter seus documentos desmembrados e são formados exclusivamente por exemplares únicos”. (MONTEIRO, 2015, p.13)

Já que no tange à temática, podemos considerá-la enquanto fator determinante para entender esses espaços. Um centro de memória, via de regra, nasce para atender uma demanda por informação especializada. Para tanto, tem como orientação um recorte temático específico que irá nortear todo o trabalho desenvolvido por essas entidades, sendo o primeiro deles a constituição de seu acervo. Conforme afirma Tessitore (2003), quanto mais clara for a temática, melhor o centro dominará essa área e conhecerá as pessoas e entidades envolvidas nesse processo, possibilitando, desse modo, um resultado mais eficiente no que tange às atividades de referenciamento, ampliação do acervo, recuperação da informação e atendimento ao público.

A criação sistemática de centros de memória só começa a acontecer no final da década de 1970. Esses espaços surgem como uma alternativa capaz de atender às novas demandas sociais por informação especializada. Como afirma Célia Camargo (2003), tanto na esfera privada quanto na pública, conjuntos de ações específicas de proteção e organização do patrimônio documental revelavam um intenso movimento em torno da questão cultural e da memória nacional.

No Brasil, a partir da década de 1980 e em meio ao processo de redemocratização do país, houve um notório crescimento quantitativo dessas instituições. Esse fato está diretamente ligado à conjuntura política e social brasileira daquele momento, que revelava a emergência de ações visando à preservação da cultura e da identidade das organizações, necessidade que perdura ainda nos dias atuais, conforme afirmam Camargo e Goulart (2015):

Apesar dos casos de negligência do poder público em relação a fontes de grande importância para o conhecimento do passado nacional, há hoje uma nítida consciência da necessidade de preservar a memória das organizações como parte significativa da própria memória da sociedade (CAMARGO, GOULART, 2015. p. 64).

Ainda nesse período da década de 1980, surgiram as primeiras experiências brasileiras de criação de centros de documentação e memória por empresas privadas e públicas. Entre elas o Centro de Memória da Eletropaulo, entendido como fonte inspiradora para a construção da Memória da Eletricidade, também instituída nesse período. Segundo entrevista com Solange Balbi, o centro de memória da Eletropaulo não só já existia no ano de constituição da entidade, como tinha uma repercussão grande no setor elétrico. Considerado uma inovação naquele período, incentivou outras empresas do setor a pensarem nesses espaços de memória, mesmo que de forma muito embrionária.

Os interesses por trás da criação dessas instituições são diversos. No entanto, de maneira geral, estão relacionados à preservação e à valorização de uma identidade institucional:

[...] os motivos que levaram o Estado, a iniciativa privada e os movimentos sociais a investirem na preservação de determinados bens como patrimônio histórico-cultural também estão associados ao poder simbólico que detém este patrimônio no sentido de representar, de determinada forma, uma determinada identidade, como propõe Prats e, conseqüentemente, orientar as práticas sociais. Nesse sentido, o patrimônio transforma-se em campo de disputa e esses agentes investem nele na perspectiva de produzir e massificar determinada versão sobre o passado que constitui determinada identidade, seja ela nacional ou empresarial. (OTT, 2014, p. 221)

Assim sendo, os centros de memória podem ser entendidos como uma unidade informacional, voltada para geração de informações e para organização de fontes para pesquisa. Segundo Bicalho (2013), a criação desses espaços normalmente é justificada por serem locais de preservação da memória de uma determinada entidade ou comunidade, reunindo profissionais de diversos campos de formação e que apresentam como característica fundamental uma proposta de trabalho que envolve reunião, preservação e organização de conjuntos documentais diversos, reunidos através de critérios próprios e associados ao valor histórico e informativo do documento.

Tais centros apresentam como característica fundamental a proposta de trabalho que envolve a reunião, a preservação, e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as “fontes primárias”) e de conjuntos documentais diversos (de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópias) reunidas sob o critério do valor histórico e informativo, em torno de temas e de períodos da história. Trabalha-se portanto com *informação especializada*. (CAMARGO, 1999, p. 50).

De acordo com Barbanti (2015), centro de memória é um dispositivo que convive com documentação diversa: documentos textuais, icnográficos, eletrônicos e objetos tridimensionais provenientes dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Uma coexistência que, ao passo que parece problemática, do ponto de vista técnico, também possibilita o debate e a construção de novas metodologias e técnicas de tratamento da informação.

Tessitore (2017), no entanto, levanta diferenças quanto às características de um centro de documentação e um centro de memória e acredita que muitas entidades denominadas centro de memória são tipicamente centros de documentação.

Para a autora, centro de documentação, ao contrário de um centro de memória, “representa uma mescla das entidades de custódia do patrimônio documental, sem se identificar com nenhuma delas” (TESSITORE, 2017, p.20). Essa afirmação se dá pela condição de entidade híbrida³⁶ característica desses espaços, ou seja, da reunião de documentos únicos ou múltiplos de origens diversas ou de referências de uma área específica da atividade humana, que podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e museu. Ainda segundo a autora suas principais características são:

³⁶ Termo citado por Tessitore no primeiro capítulo do livro “Arquivos Pessoais: experiências, reflexões e perspectivas. Organizado por José Francisco Guelfi Campos.

- possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo;
- ser um órgão colecionador e/ou referenciador, tendo, portanto, que manter uma política de aquisição de acervo, que a ele não chega naturalmente, como no caso dos arquivos [...];
- ter acervo constituído por documentos únicos e múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras;
- realizar o processamento técnico de seu acervo segundo a natureza do material que custodia. (TESSITORE, 2017, p.21)

Por seu turno, os centros de memória seriam espaços voltados para a consolidação da história de uma organização, que tem como suporte o arquivo permanente de uma empresa. Entre as motivações para criação desses espaços a principal delas é o reforço de uma identidade institucional.

Embora a autora aponte que tal argumento seja passível de discussão, não é a denominação a questão fundamental que deve ser discutida, mas os problemas que podem advir dela: a quebra da organicidade de um arquivo e seleção do que deve ser ou não considerado memória.

O mais grave desses problemas é o rompimento da organicidade, da integridade do arquivo permanente, dividido em uma parcela que é memória e outra que não é memória (normalmente a documentação das atividades-meio). Situação mais deplorável é aquela em que os gestores da Organização decidem pinçar do arquivo “preciosidades”, documentos monumentalizados por registrarem fatos memoráveis ou “assinaturas de personalidades”, para constituírem o acervo do Centro. (TESSITORE, 2017, p.26)

Em resumo, para Tessitore, a principal diferença entre centro de memória e de documentação está na formação e uso de seu acervo. Enquanto o centro de documentação busca reunir o maior número de possível de fontes documentais sobre determinado tema, o centro de memória estrutura-se, em geral, com base na documentação acumulada por uma organização ou entidade.

Levando essa discussão teórica para o caso específico da Memória da Eletricidade, observa-se que a instituição, denominada como um centro de memória, possui na verdade características de um centro de documentação, visto a composição híbrida de seu acervo e o recorte temático aplicado a sua documentação. E também características de um centro de memória, devido sua ligação direta com empresas do setor de energia elétrica do país.

No que se refere a relação de centros de memória e documentação e arquivos, Camargo e Goulart (2015) ressaltam a importância de se entender os centros de memória enquanto entidades cujas funções específicas divergem, por exemplo, dos arquivos, que

nascem em decorrência das ações praticadas por pessoas físicas e jurídicas ao longo de suas respectivas trajetórias, e de museus e bibliotecas, que possuem funções pré-determinadas ligadas, sobretudo, ao lazer e às práticas culturais. Para as autoras, a problemática principal está na percepção de que, por possuírem um acervo heterogêneo, suas funções convergem para um único fim, assim como a utilização dos meios de tratamento, guarda e difusão desses acervos: “Ainda que se possam desenvolver uma convivência pacífica, não se pode deixar de assinalar os traços distintos que separam essas três modalidades institucionais”. (CAMARGO, GOULART, 2015, p.23)

Desse modo, para fins dessa pesquisa, se faz necessário entender a problemática da constituição de um acervo arquivístico no contexto de custódia de um centro de memória. Um acervo composto de documentos produzidos em decorrência das ações praticadas por pessoas físicas e jurídicas ao longo de suas respectivas trajetórias, mas que é alçado à categoria de patrimônio histórico quando inserido nesses espaços.

Principalmente no contexto de atuação da Memória da Eletricidade, que será apresentado mais adiante, é importante se ater a factível diferença entre a formação progressiva e automática dos arquivos e o que, segundo Camargo e Goulart (2015), convencionou-se chamar de “acumulação e reunião de documentos selecionados a partir de critérios variados”. No primeiro caso, se tem a formação de um acervo considerado orgânico e funcional, estabelecido segundo o caráter probatório dos documentos, e no segundo privilegia-se o caráter informativo da documentação, independente do contexto de produção. Diferenças que vão refletir no tratamento documental aplicado a esses conjuntos documentais.

3.2. ARQUIVOS PESSOAIS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Com relação aos arquivos pessoais, a inserção dos mesmos no cenário arquivístico de diferentes países se deu, principalmente, pela ligação direta entre a preservação desses conjuntos documentais e a renovação historiográfica ocorrida a partir dos anos de 1970. O reconhecimento da importância cultural que esses materiais possuíam, e o interesse cada vez maior dos pesquisadores da área, gerou um aumento gradual na procura e utilização por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e acesso.

Entendidos como registros das interações entre indivíduos, os arquivos pessoais podem se tornar monumentos erigidos a si mesmo e sobre si mesmo. Segundo Artières (1998), é comum o interesse pela natureza dos arquivos pessoais e pelas práticas que lhe dão origem, mas ainda se sabe pouco dos modos de fabricação desses arquivos, ou seja, do gesto simples de guardar e as motivações que levam a essa ação. Nesse sentido, surgem alguns questionamentos inerentes à reflexão teórica sobre esses acervos: qual é essa série de gestos que transforma as práticas do dia a dia de um indivíduo em pequenos altares singulares? Qual a lógica por trás da produção e acumulação dos registros de si mesmo?

Mesmo que não seja nossa pretensão, as respostas para essas questões são muitas e não devem ser ignoradas. Todas indubitavelmente buscam um melhor entendimento e embasamento para analisar a composição desses arquivos e propor novas maneiras de tratamento ancoradas, ou não, no que vem sendo formulado pela teoria arquivística até então.

Para além da análise conceitual sobre os arquivos pessoais, o que pretendemos nessa seção é trazer à tona um pouco do debate atual em torno da metodologia aplicada a esses arquivos: das correntes que aproximam os arquivos pessoais dos institucionais, e das que os distanciam, pois acreditam que independentemente de possuírem uma matriz comum que os aproxima, esses arquivos (o pessoal e o institucional) também possuem uma série de diferenças que não devem ser descartadas. Sob essa perspectiva Hobbs (2016) afirma que:

Parece haver um consenso sobre a natureza arquivística do arquivo pessoal, embora existam duas abordagens amplas: a primeira é de responsabilidade de teóricos que concordam que as práticas de procedimento técnico aplicadas a arquivos de instituições podem ser integralmente aplicadas aos arquivos pessoais; a segunda é postulada por aqueles que ainda vislumbram espaço para novas explorações e consequente afastamento de tais métodos. (HOBBS, 2016, p.314)

Visto que a pesquisa propõe a construção de um instrumento metodológico para aquisição de acervos pessoais, a discussão atual em torno da lógica de tratamento desses conjuntos documentais se faz necessária. Principalmente se pensarmos que o pleno desenvolvimento da metodologia de trabalho aplicada a esses acervos compreende o processo de identificação e entrada dos mesmos numa instituição de custódia.

A documentação de caráter pessoal, de maneira geral, pode ser definida como um conjunto de documentos produzidos e acumulados por pessoa física e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essa pessoa, ao longo de sua trajetória. Entretanto, conforme aponta Camargo (2007), o próprio

entendimento de um conjunto de documentos de caráter pessoal como arquivo é algo recente, assim como o seu tratamento realizado durante muitos anos quase exclusivamente por bibliotecários:

Considerados como coleções de documentos, os arquivos pessoais têm sido abordados por meio de critérios originários das bibliotecas, coerentes com a tradição de ali se depositarem as obras e os demais papéis de escritores. Dessa perspectiva os documentos são tratados um a um, gerando unidades descritivas autônomas. Resultado: transferem-se para os documentos de arquivo os atributos do livro cuja autonomia de significado – que o leva a constituir um verdadeiro universo de auto-suficiência – corresponde à possibilidade de ser descrito a partir de regras gerais, sem levar em conta o contexto que foi produzido. (CAMARGO, 2007, p.37)

Esse posicionamento ocasionou um atraso na introdução do arquivo pessoal como objeto de questões científicas da arquivologia, que se encontram, como Hobbs (2016) define, numa curiosa posição: “ao mesmo tempo dentro e fora do desenvolvimento do pensamento arquivístico”. (HOBBS, 2016, p. 304).

Ainda que a discussão em torno desse conjunto documental tenha aumentado significativamente nos últimos anos, esse tipo de acervo ainda é entendido como algo recente e/ ou periférico no que tange às reflexões teóricas e práticas da arquivologia. Essa relação começa a mudar quando se percebe que, em quase todos os sentidos, os chamados “manuscritos históricos” possuem características semelhantes a conjuntos arquivísticos institucionais e que, muitas vezes, sua composição abarca documentos que possuem relação orgânica entre si. Essa percepção de características semelhantes engendrara, no entanto, uma série de discussões teóricas em torno dessa temática, que ora aproximam esses conjuntos e ora os distanciam.

De maneira geral, a literatura arquivística clássica tratou as diferenças entre arquivos pessoais e institucionais estabelecendo uma oposição muito clara, onde de um lado tínhamos a composição de um conjunto arquivístico homogêneo resultado direto das funções e atividades administrativas de determinada organização pública ou privada, e do outro a produção segundo uma lógica intencional e subjetiva de perpetuar uma determinada imagem, portanto “fruto de uma seleção arbitrária” que se apresenta como um “agrupamento artificial e antinatural onde não é possível a objetividade”. (SANTOS, 2012, p. 29)

A concepção mencionada acima apenas reforça uma ideia de negação de arquivos pessoais enquanto arquivos. Para uma outra corrente teórica, o processamento técnico dessa documentação exige que os mesmos sejam entendidos como conjuntos orgânicos inseridos

num contexto de produção próprio, uma assertiva similar ao tratamento aplicado aos arquivos institucionais. Segundo Camargo,

Para tratar os arquivos pessoais como arquivos, é preciso vê-los, antes de tudo, como conjuntos solidários e orgânicos. Não dispõem de autonomia, como os de biblioteca, nem prescindem da relação que mantêm com os documentos que os precedem ou sucedem no âmbito da atividade para a qual servem de instrumento. Nesse sentido, apontam para uma abordagem que, necessariamente, busca recuperar a conexão lógica e formal que liga um documento a outro mediante vínculo de necessidade, ou seja, a teia de relações (originária, necessária e determinada) que os documentos de um mesmo grupo mantêm entre si. (CAMARGO, 2007, p. 43)

Esse vínculo de necessidade pode ser entendido como uma das características principais para identificação de documentos de arquivo como um todo. Conforme afirma Bellotto (2012 p.7), “trata-se de uma conexão lógica e formal que une os documentos de um mesmo conjunto” que também pode ser perceptível em conjuntos documentais que não foram produzidos e acumulados segundo critérios jurídicos e formais:

Se o vínculo arquivístico é mais facilmente individualizável entre os documentos de um arquivo que tenha uma estrutura complexa e uma articulação pré-construída com base de critérios jurídicos e formais mais rígidos, ele é presente como conexão lógica e formal (mesmo que de modo rudimentar) em cada complexo de documentos que foram juntados pela finalidade prática de alguma questão. (CARUCCI apud BELLOTTO, 2012 p.332).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Camargo (2007, p.36) afirma que deve-se “tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só tem sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram”. Essa seria a premissa principal para o entendimento e o tratamento dos conjuntos documentais de caráter pessoal como arquivos.

Para Cox (2017, p.213), uma pessoa produz documentos pelos mesmos motivos que uma instituição. Segundo o autor, “os documentos não surgem milagrosamente e sem razão”. Nenhuma pessoa ou empresa produz um documento para se divertir, mas sim por que isso lhes é exigido, ou seja, “todo o documento existe por um motivo específico que cobre uma variedade de necessidades jurídicas, administrativas entre outras”.

Para esses autores, o tratamento dos arquivos pessoais não se distancia tanto do tratamento dos arquivos institucionais, uma vez que os arquivos de um modo geral possuem uma matriz comum de características constitutivas ancoradas no valor de prova e de naturalidade de produção, visto que a produção documental é uma realidade inerente da sociedade. Ainda seguindo essa linha, de acordo com McKemmish,

Os arquivistas podem analisar o que está acontecendo na manutenção de documentos pessoais da mesma forma que analisam a manutenção de documentos corporativos. Assim, como eles podem identificar funções e atividades significativas de negócios e especificar quais documentos são capturados como evidência dessas atividades, eles podem analisar funções socialmente atribuídas e atividades relacionadas. (MCKEMMISH, 1996, p. 29-30 Apud ABREU, 2017, p. 30-31)

Uma outra abordagem, no entanto, levanta a importância de se considerar a história arquivística do arquivo, ou seja, a história de produção e acumulação de um determinado conjunto documental. Segundo Heymann (2012), as especificidades dos conjuntos documentais de natureza pessoal, caracterizados pela informalidade do arquivamento e pela variedade de razões para sua acumulação, sugerem uma abordagem que leve em consideração, além dos vínculos que unem esses documentos entre si e dos vínculos que unem esses documentos às atividades que lhes deram origem, a relação de cada titular com os “seus” documentos. Diferentemente dos arquivos institucionais, em que a contextualização implica em necessariamente entender o contexto de produção do documento, “no caso dos arquivos pessoais, a contextualização dependerá, em grande medida, de procurar entender o motivo de guarda do documento, identificando a intenção acumuladora”. (HEYMANN, 2012, p.73)

Para Hobbs (2016), é imprescindível refletir sobre as diferenças existentes entre o arquivo pessoal e o institucional, para assim se elaborar uma teoria com particularidades próprias dos arquivos pessoais. Segundo a autora, o modelo transacional³⁷ do documento não permite que o arquivo seja interpretado adequadamente, muito menos o conceito de prova, tão consagrado por diversos autores da área.

A autora defende a não utilização do enfoque probatório quando se trata de arquivos pessoais. O termo prova atua no sentido de trazer o documento para o universo do factual e do jurídico, o que não se enquadra perfeitamente à realidade do arquivo pessoal, que não contempla uma produção documental estruturada e objetiva, seguindo um padrão lógico de ordenação, muito pelo contrário. Essa assertiva além de arbitrária, poderia produzir sérios danos em relação à organização desses acervos.

É preciso estar aberto à possibilidade de que impor uma visão estruturada de criação de documentos ao arquivo pessoal pode ter efeitos negativos tanto sobre o arranjo quanto sobre a ordem original, o que torna necessário usar métodos diferentes pensados especificamente para o arquivo pessoal [...] O diferencial dos

³⁷ Esse termo é entendido como o reflexo natural de produção de documentos no âmbito de transações automáticas provenientes das relações entre indivíduos com a sociedade.

arquivos pessoais se concentra na importância da intenção, na psicologia do criador e em como este interpreta o que está fazendo. (HOBBS, 2016, p.316 -317)

Ainda sobre essa questão, para Heymann, em arquivos pessoais nem sempre a documentação será um reflexo íntegro das atividades exercidas pelo seu titular. É comum observar que nem sempre o padrão associado ao acúmulo progressivo e natural de registros que remetem às funções e atividades do titular corresponde à lógica de acumulação de determinado fundo. Em resumo, o contexto de produção por si só não torna aqueles documentos identificáveis, sendo necessário recorrer ao contexto de acumulação:

Entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produto de investimentos pessoais e coletivos, mais do que como produtos “naturais” da trajetória dos indivíduos, pode nos ajudar a desvendar significados e a avançar na tarefa de refletir sobre procedimentos que possam auxiliar no tratamento. Investimentos pessoais, imagem pública e visões de mundo se objetivam nos arquivos pessoais e nos usos que seus titulares ou seus herdeiros lhes conferem, e fornecem chaves para compreender o arquivo que vão além das tradicionais associações entre trajetória e documentos. (HEYMANN, 2012, p.73)

O próprio caso dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade exemplifica essa questão, visto que nem sempre é clara a relação dos documentos de um arquivo com a biografia do seu produtor. É comum encontrar parcelas documentais de empresas nas quais o titular não exerceu nenhuma função, ou estudos técnicos que fogem da área de interesse de quem acumulou a documentação.

A reflexão em torno desses arquivos deve sempre considerar os processos de constituição desses acervos: “Além dos gestos individuais de seleção e guarda de registros, devem ser considerados os contextos nos quais os conjuntos documentais se inserem” (HEYMANN, 2013, p. 67), ou seja, os contextos sócio-históricos e os contextos arquivísticos nos quais são preservados, tratados e disponibilizados.

A grande questão, porém, é estabelecer plenamente esses contextos, visto que arquivos pessoais são formados segundo conjunturas diversas: “Ao contrário dos institucionais, os arquivos pessoais não possuem qualquer estrutura indicando que certos documentos foram ou deveriam ter sido criados/preservados”. (HOBBS, 2016, p.303)

E é nesse sentido que o debate teórico apresentado vai ao encontro da presente pesquisa. Entender a história arquivística de um arquivo pessoal está diretamente relacionado ao processo de aquisição desse arquivo na entidade de custódia, momento no qual é possível recuperar informações para a construção dessa trajetória. Principalmente no que se refere a esses acervos, preservados pelo seu titular de acordo com uma lógica

subjetiva de seleção, entender os caminhos percorridos pela documentação e o contexto no qual se acumularam torna-se imprescindível para que o tratamento aplicado aos mesmos não fique engessado numa metodologia pautada unicamente na atividade que deu origem a documentação. Uma sistematização que como bem afirma Heymann, “embora tenha o mérito de apontar para a necessária contextualização dos registros, só se mostra inteiramente eficiente para determinados tipos de arquivo: aquele cuja lógica de produção o aproxima de um arquivo institucional”. (HEYMANN, 2012, p.70)

Em suma, esses debates em torno dos arquivos pessoais e as perspectivas teóricas que os envolvem favorecem um maior enriquecimento teórico-metodológico sobre o tema. Deve-se compreender a relevância de técnicas e procedimentos que norteiem o processamento desses acervos à luz da teoria arquivística, como também a possibilidade de percebê-los enquanto conjuntos documentais construídos sob uma ótica subjetiva e intencional, que os distancia, de certa forma, de preceitos arquivísticos consagrados.

3.3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE FUNDOS E COLEÇÕES

Para finalizar a fundamentação teórica da pesquisa, uma abordagem se faz indispensável como pano de fundo para a caracterização dos acervos pessoais da Memória da Eletricidade: a análise das concepções de fundo e de coleção.

A escolha institucional da Memória da Eletricidade em trabalhar com a terminologia “coleção” no lugar de “fundo”, comumente utilizada nos arquivos brasileiros, gera uma série de dúvidas e questionamentos. Sendo assim, se faz necessário entender o porquê dessa escolha e o que a teoria nos apresenta como possibilidade de aplicação aos arquivos pessoais da entidade.

A opção em trabalhar com a terminologia *coleção* no lugar da de *fundo* se deu na retomada do processo de organização da documentação textual, quando a então arquivista da entidade sugeriu o termo. Em entrevista, Fernanda Monteiro explicou melhor essa escolha:

Analisando aquela documentação eu percebi que aqueles conjuntos não eram fundos, existia muita documentação solta, tinham três doações da mesma pessoa, de períodos diferentes, tinham acervos que tinham pouquíssima coisa, um documento ou dois. Não existia uma organicidade completa, era mais uma seleção que aqueles titulares faziam para doar pra Memória, ou seja, não era um fundo

arquivístico como indica a teoria. Foi então que eu indiquei a troca do termo de fundo para coleção. (MONTEIRO, 2017)

Para compreender os motivos e as implicações dessa decisão, é fundamental não só entender a concepção de fundo, que está diretamente associada à ideia de arquivo, mas traçar um paralelo dessa concepção com o conceito de coleção, esta apresentada na teoria arquivística brasileira como oposição de fundo e negação de arquivo, principalmente quando inserida no contexto dos arquivos pessoais. Como afirma Fraiz, na arquivística “os termos coleção e acervo/ fundo são distintos, o primeiro subsumido no segundo. Mais além: os vocábulos coleção e arquivo são antônimos e excludentes, um servindo como contraponto ao outro”. (FRAIZ, 2005, p.16-17)

Na literatura arquivística, o conceito de fundo aparece fortemente atrelado ao conceito de arquivo, isto é, um conjunto de documentos produzidos e acumulados por pessoa física ou jurídica no decorrer de suas atividades.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2010) fundo é entendido como um conjunto de documentos de uma mesma proveniência, termo que equivale a uma das concepções da definição de arquivo. Essa equivalência também é comum nas definições clássicas, que tradicionalmente apontam fundo como um conjunto de documentos, cujo crescimento se efetua no exercício das atividades de uma pessoa física ou jurídica, automática e organicamente.

Segundo Bellotto (2006), é indispensável que a ordenação dos arquivos permanentes, sejam eles institucionais ou pessoais, se faça por fundos. Dessa forma, fundo de arquivo pode ser definido como:

[...] conjunto de documentos produzidos e /ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2006, p.128)

A concepção de fundo também está diretamente atrelada ao princípio da proveniência. De acordo com Cook (2017), é a partir das afirmações acerca do princípio da proveniência, do respeito aos fundos e da ordem original, que os arquivistas podem preservar a natureza orgânica dos arquivos, uma vez que os documentos refletem as funções, programas e atividades da pessoa que os produziram. No entanto, ainda segundo o

autor, “apesar da aparente centralidade, o conceito de fundo é mais fácil de enunciar do que definir e mais fácil de definir do que de aplicar. (COOK, 2017, p. 12)³⁸

Cook (2017) vai mais além ao contrastar o conceito de fundo e coleção. Segundo o autor, o primeiro é resultado de um processo natural e a coleção uma construção artificial, ou seja, um “antifundo³⁹”.

No caso dos acervos da Memória da Eletricidade, marco empírico da pesquisa, a identificação dessa proveniência é bastante complexa, já que seus conjuntos documentais vieram de doações realizadas por personalidades do setor que, ao longo de sua trajetória profissional, selecionaram documentos administrativos e produtos técnicos institucionais decorrentes de suas funções e atividades em determinada organização, ou seja, resguardaram para si e tornaram particular documentos que faziam parte de um contexto de produção originalmente institucional.

A grande questão, no entanto, é o uso e o entendimento que podemos fazer dessas assertivas. Principalmente no caso dos arquivos pessoais, esse reflexo dos documentos com as atividades do produtor não necessariamente precisa apresentar uma ordem pré-concebida de estruturas e funções. A documentação pode refletir uma trajetória de vida de diversas formas, e não a pré-concebida de acordo com a leitura biográfica construída de determinado indivíduo. Todavia, a preocupação com o contexto social citado por Douglas (2016) pode elucidar essa problemática.

A autora levanta uma nova concepção de proveniência, onde sua compreensão deve incluir diversos fatores que vão além da identificação de um produtor e da lógica de produção da documentação:

[...] um conceito de princípio da proveniência que permita a inclusão da história do produtor (“a narrativa de quem produziu, acumulou e usou o documento com o passar do tempo”), a história do documento (“a narrativa do arranjo físico e do fluxo do documento com o passar do tempo”), e a história da guarda (“a explicação para transferência de propriedade ou de guarda do documento desde o produtor ou responsável até chegar a instituição arquivística, incluindo também a sua manutenção subsequente”). Uma descrição dessas três histórias deveria incluir informações sobre como os documentos foram usados, por quem e quando, bem como uma descrição de qualquer melhoria ou alteração sofrida. (DOUGLAS, 2016, p. 63)

³⁸ O texto foi publicado originalmente em 1992, sob o título *The concept of the archival fonds: theory, description, and provenance in the post custodial era*, como um capítulo do livro *The archival fonds: from theory to practice*, organizado por Terence M. Eastwood.

³⁹ COOK, Terry. 2017, p. 17

Essa visão amplia as possibilidades de entendimento e, conseqüentemente, de organização de conjuntos documentais complexos e singulares, como é o caso dos arquivos pessoais.

Para a autora canadense Millar (2015), a terminologia fundo deve ser urgentemente repensada. A autora propõe uma análise do conceito a partir da premissa que muitos arquivos são apenas fragmentos de uma história mais ampla e que constituem, assim, parte de uma trajetória. Já no título do seu artigo “A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: contexto arquivístico no espaço e no tempo” fica claro sua posição quanto a arbitrariedade do termo, que segundo ela, pode ser desconsiderado visto a concepção atual a ele atribuída:

E quanto aos fundos? Chegou a hora de despedir-se do termo. Transformamos em loucura o nosso trabalho ao almejar uma totalidade que nunca conseguiremos alcançar. Ao referir-se aos arquivos como fundos, estamos classificando-os como algo que não são e nem podem ser. Nesse processo, acabamos ignorando como chegaram a tornar-se partes, e não totalidade. Nós gerimos documentos, gerimos arquivos, mas não gerimos fundos. Nesse caso, as partes em si são maiores que sua soma, enquanto totalidade hipotética. (MILLAR, 2015, p. 159)

Já a coleção, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2010), é concebida como a “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica em comum”. É importante destacar que o termo “artificial” empregado pelo Dicionário faz o contraponto com o termo “orgânico”, característica comum aos documentos de arquivos.

Fica claro, a priori, que existe nessas concepções uma ideia de negação da coleção enquanto arquivo, visto que sua definição nega uma das principais características do documento arquivístico: a organicidade. Segundo Fraiz (2005), esse entendimento precisa ser revisado pela teoria arquivística, assim como é necessário refletir mais sobre a definição de coleção:

[...] é necessário elencar possibilidades para definir melhor o conceito de coleção dentro da disciplina arquivística, de maneira que seus objetos/documentos constitutivos possam ser tratados como documentos de arquivo, isto é, com a contextualização necessária e consequentes procedimentos metodológicos para sua organização dentro de um arquivo ou como fazendo parte do acervo de uma instituição arquivística (ao menos do ponto de vista intelectual). (FRAIZ, 2005, p.51)

No caso específico dos arquivos pessoais, segundo Oliveira (2012), nas literaturas americana e canadense não há distinção entre os termos coleção e arquivos pessoais:

O conceito de arquivo simplesmente não é aplicado ao se nomear o conjunto de documentos de uma pessoa ou família. Tratando-se de documentos pessoais ou familiares no âmbito da arquivologia canadense e americana, há apenas o termo coleção associado a esses arquivos. (OLIVEIRA, 2012, p.32).

Confirmando essa teoria, vale ressaltar que Schelleberg (2005) divide em dois os tipos distintos de um conjunto documental de caráter pessoal: as coleções naturais ou orgânicas e as coleções artificiais. As coleções orgânicas, como o próprio nome diz, revelam o produto de uma atividade fundamental ou natural, oriunda de uma determinada fonte e reunida concomitantemente com as ações a que se refere, ou seja, a própria definição de arquivo pessoal. Já as coleções artificiais, de maneira geral, derivam de diversas fontes, são reunidas aleatoriamente, e constituídas depois de ocorridas as ações que lhe deram origem. Em resumo, para o autor, o termo “arquivo” sequer deve ser usado para se referir a esse tipo de acervo, no entanto, seu entendimento enquanto conjunto orgânico produzido e acumulado naturalmente, isto é, seu entendimento enquanto arquivo, não foi de todo descartado.

Com relação à aplicação da teoria arquivística na prática, para Silva (2013) existe uma dificuldade de se definir um acervo arquivístico como fundo de arquivo ou coleção. Ao levantar questões referentes aos arquivos de museus, a autora descreve situações em que, por vezes, um fundo acaba sendo tratado como coleção e uma coleção por fundo. Nesse caso, aponta a necessidade de entender a definição de ambos os conceitos e suas principais diferenças.

Em suma, por ser uma discussão ampla e que não se esgota facilmente, e por não ser a pretensão desse trabalho esgotá-la, é necessário apontar que optou-se pelo o uso da terminologia *fundo* para se referir aos conjuntos documentais produzidos e acumulados por técnicos de empresas do setor elétrico no decorrer de suas atividades profissionais, mesmo que alguns desses arquivos apresentem uma parcela reduzida dessa atuação.

Mesmo que a instituição tenha como prática a aplicação do termo coleção, acreditamos que manter esse posicionamento não só se confronta com o preconizado pela teoria arquivística no atual momento, como reforça um estereótipo de arquivo pessoal como um não arquivo. Os conjuntos documentais de procedência pessoal da Memória da Eletricidade, via de regra, apresentam uma parcela da trajetória profissional de engenheiros e técnicos do setor de energia elétrica, mesmo que de forma reduzida. Essa documentação,

indubitavelmente, representa um arquivo pessoal desses profissionais e, portanto, deve ser reconhecida como tal.

4. OS ARQUIVOS PESSOAIS DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE

Nesse capítulo serão apresentados os resultados do trabalho de caracterização dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, processo elaborado através de quatro procedimentos metodológicos: a identificação e descrição dos conjuntos documentais sob a guarda da instituição, a tentativa de recuperação da trajetória arquivística desses arquivos, a observação do processamento técnico realizado nessas documentações e o exame pormenorizado de cada conjunto documental.

Essas etapas perfazem o caminho pelo qual foi possível traçar um diagnóstico dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, possibilitando o embasamento necessário para a construção de um instrumento técnico que oriente as próximas incorporações ao acervo.

A identificação dos arquivos pessoais, primeira etapa do processo de caracterização, revelou-se uma atividade de grandes surpresas. Com a anuência da Coordenadora do Centro de Referência, foi possível acessar armários antigos da instituição, o que resultou no encontro de diversos conjuntos iconográficos que, até aquele momento, mantinham-se sem nenhum tipo de tratamento documental. Estes arquivos, chamados pelos profissionais da entidade de “arquivos esquecidos”, eram conjuntos documentais que, por motivos diversos e, em alguns casos, desconhecidos, foram apartados do acervo da entidade e mantidos fora do olhar dos profissionais do centro de memória ao longo dos anos.

O resultado dessa primeira atividade foi o aumento significativo no número de arquivos analisados pela pesquisa, que saltou de 42 para 57 até o final do trabalho. Para além desse acréscimo, o processo de identificação também possibilitou entender, minimamente, os procedimentos, ou a ausência desses, na atividade de aquisição dos acervos, isto é, a forma como os mesmos eram recebidos e identificados pelos profissionais da instituição.

Outro ponto crucial para a caracterização foi a tentativa de recuperação da trajetória arquivística desses arquivos pessoais, ou seja, buscar apresentar a história da composição e da doação desses arquivos. Através de pesquisas no arquivo institucional da Memória da Eletricidade e das entrevistas realizadas com antigos profissionais, foi possível desvelar uma série de informações significativas acerca da constituição desses arquivos.

De igual modo, a observação do processamento técnico apresentou-se como uma etapa indispensável para a caracterização. E por “processamento técnico”, também chamado no decorrer do texto de “tratamento documental”, queremos dizer toda e qualquer atividade aplicada aos arquivos da instituição, desde a aquisição até o acesso. Para além de facilitar a pesquisa, função primeira do tratamento aplicado a esses arquivos, o estudo desse processo demonstrou quais as principais dificuldades encontradas pelos profissionais da Memória da Eletricidade nesse aspecto, o que justifica o produto técnico-científico que será apresentado ao final da pesquisa.

Por fim, após a finalização de todas as etapas apresentadas acima, foi possível dimensionar o acervo, seu potencial informativo e sua configuração atual. Um trabalho que possibilitou a construção de uma política de aquisição que deverá ser aplicada futuramente no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade.

4.1. IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO PESSOAL

A identificação documental desses arquivos foi um processo complexo e de muitas surpresas. Como já explicitado na introdução do capítulo, alguns conjuntos documentais de volume reduzido ainda estavam sem identificação e armazenados em envelopes em um armário antigo da entidade. Em sua grande maioria, eram conjuntos do gênero iconográfico, que não constavam em nenhuma listagem, ou seja, inexistiam para a instituição e seu acervo.

A partir da imersão nos armários e arquivos da instituição, foi possível produzir uma listagem identificando assim cada conjunto documental custodiado pela Memória da Eletricidade. Desse modo, a pesquisa, que se iniciou com a projeção de análise de 42 conjuntos documentais, passou a trabalhar com 57 arquivos pessoais identificados. Esses conjuntos apresentavam características diversas e nem sempre seguiam a linha temática da instituição, como, por exemplo, o caso do conjunto documental de Gabriel Capistrano Costa e Silva, composto por fotografias da família do titular do acervo, funcionário da Eletrobras na década de 1970. Encontrado em meio ao processo de identificação, esse arquivo difere completamente dos demais por fugir da linha temática do centro de memória, que é a história do setor de energia elétrica no país.

Figuras 9 e 10: Fotografias do arquivo pessoal de Gabriel Capistrano Costa e Silva



Fonte: Acervo Memória da Eletricidade

A documentação acima, claramente, não se enquadra na linha de acervo da instituição. No entanto, não existe nenhuma informação que ajude os profissionais da entidade na busca pelo doador do arquivo para que a mesma possa ser devolvida à família, ou para que se entenda, através desse contato, os motivos que levaram à incorporação do acervo em questão.

Ainda sobre o que podemos chamar de os “arquivos esquecidos” da Memória da Eletricidade, foram encontrados conjuntos iconográficos que fazem parte de acervos já identificados e organizados pela instituição. Fragmentados no momento da aquisição, são parcelas documentais consideradas “irrelevantes” por gestores da unidade segundo a linha

de acervo e pesquisa, como por exemplo, algumas fotografias do arquivo John Reginald Cotrim, que foram separadas para devolução, uma vez que mostravam o engenheiro no seu momento de lazer no carnaval do Rio de Janeiro. Entretanto, algumas dessas imagens acabaram não sendo descartadas, apenas deixadas de lado sem o devido tratamento. Segundo a coordenadora da área atualmente, essa seleção é justificável pois não acrescenta em informação, e deveria haver uma política de descarte para esse tipo de material.

Figura 11: Fotografia do engenheiro John Reginald Cotrim participando das festividades do carnaval na cidade do Rio de Janeiro. S/d



Fonte: Acervo Memória da Eletricidade

Os critérios para a segregação desses conjuntos não foram devidamente explicados. Apenas o caso do arquivo citado acima possui uma justificativa, em todos os outros não se sabe ao certo os motivos que levaram à seleção documental, muito menos o profissional responsável por esse procedimento.

Voltando aos resultados da etapa de identificação, após a conclusão desse processo foi necessário iniciar um trabalho de descrição para cada conjunto documental, visto que, das 57 coleções⁴⁰, apenas 18 tinham suas informações sistematizadas no Guia de Coleções Pessoais produzido pela entidade.

⁴⁰ O termo coleção ainda é utilizado pela Memória da Eletricidade para se referir aos seus conjuntos documentais de natureza arquivística.

Os arquivos foram descritos segundo as orientações da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)⁴¹. Foram utilizados ao todo 8 campos de descrição:

- **Título:** identifica a pessoa que produziu e/ou acumulou o arquivo.
- **Dimensão e suporte:** apresenta o volume documental do arquivo por gênero documental.
- **Data:** apresenta a data cronológica de produção do arquivo.
- **Procedência:** identifica, quando possível, a origem de aquisição e data em que o arquivo foi incorporado ao acervo de arquivos pessoais da entidade. O mais próximo que conseguimos chegar de uma história arquivística desses acervos.
- **Organização:** apresenta a situação do processo de organização, ou seja, se o mesmo já foi concluído ou se está em andamento.
- **Conteúdo:** resumo do conteúdo informativo do arquivo elencando os principais assuntos da documentação.
- **Sistema de arranjo:** sistematização do esquema de organização da documentação em séries e subséries.
- **Condição de acesso:** apresenta se o arquivo possui alguma restrição de acesso e o respectivo motivo.

Vale ressaltar que devido a carência de informações sobre o processo de aquisição dos arquivos pessoais da entidade, não foi possível recuperar a trajetória arquivística de cada conjunto documental, uma atividade que visa, sobretudo, estabelecer informações quanto à história de produção, de acumulação e de sua custódia do acervo.

Por fim, o resultado final desse trabalho foi a produção de um guia conciso que apresenta de maneira sistematizada um resumo de cada conjunto documental que constitui atualmente o acervo de arquivos pessoais do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Um instrumento que pode ser considerado um segundo produto técnico-científico elaborado no âmbito da pesquisa, e que está inserido ao final desse documento, na seção de apêndices. (Apêndice A)

⁴¹ Norma que estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos compatíveis com as normas internacionais em vigor.

4.2. TRAJETÓRIA ARQUIVÍSTICA DO ACERVO

Antes de tentar recuperar a trajetória arquivística desses acervos, é necessário entender que a aquisição dos mesmos não ocorreu de forma planejada. Não existia, no ato de constituição da entidade, o interesse no recolhimento dessa documentação, muito menos uma política que norteasse o tratamento documental dessas coleções, que foram gradualmente doadas ao longo de mais de 30 anos de atividades.

Esse fator é primordial para entender o processo de constituição do acervo de arquivos pessoais da instituição, que se deu de formas diversas e sem nenhum controle e direcionamento. Como é possível perceber nas entrevistas realizadas com profissionais que atuaram na área de documentação, o objetivo principal da instituição no momento de sua criação era produzir um mapeamento dos acervos de empresas do setor para montar uma base de referências e dar subsídios para a elaboração de projetos de pesquisa na entidade. Como afirma a atual coordenadora do Centro de Referência da entidade,

[...] não trabalhávamos com os acervos, porque a Memória logo no início não tinha como objetivo acumular esse tipo de material [...] A entrada desse material se deu muito paulatinamente, com o passar dos anos. Começamos a receber acervos, principalmente de personalidades do setor, que preferiam doar para a Memória da Eletricidade devido sua atuação em caráter nacional, voltada para o setor elétrico do país inteiro. (MENDONÇA, 2018,)

O próprio nome da área responsável pela gestão dos acervos na instituição ainda guarda essa característica. A coordenadoria, intitulada de “Centro de Referência”, tinha como competência a recuperação de informações e a construção da base de dados, e não a salvaguarda e preservação documental. Confirmando essa ideia, duas das coordenadoras da área elencaram em entrevista que a ideia inicial era trabalhar com referências, com o acúmulo de informação bibliográfica, iconográfica, ou qualquer outro tipo de informação sobre energia elétrica que auxiliasse o pesquisador.

Foi apenas no ano de 1988 que os técnicos da Memória da Eletricidade começaram a se preocupar com a constituição de seu acervo. Segundo o Relatório Anual, estudos metodológicos estavam sendo desenvolvidos visando às necessidades de organização e conservação de documentos produzidos e/ou acumulados pela instituição:

A Memória da Eletricidade vem produzindo e acumulando um acervo documental de natureza diversificada, diferentes suportes (papel, microfilme, fitas magnetizadas, e suportes especiais em geral), a partir de diversas origens e formas de obtenção. (RELATÓRIO ANUAL, 1988, p.7)

A preocupação voltava-se tanto para a documentação que estava sendo doada, quanto para os documentos que estavam sendo produzidos pelos técnicos da entidade. Naquele período, tanto o acervo doado quanto o produzido pela instituição através dos projetos e programas de trabalho eram tratados como se tivessem a mesma procedência, ou seja, não existia uma separação do que era produzido pela entidade e o que era doado. Isso se deve principalmente à ideia de que ambos os acervos compunham o patrimônio documental da Memória da Eletricidade, o que tornava desnecessário pontuar a diferença do processo de constituição dos mesmos.

Uma consequência dessa situação foi apresentada no segundo capítulo desse trabalho, onde se percebe que os arquivos da entidade durante um longo período foram agrupados em grandes coleções separadas por gênero documental. Até hoje, os acervos permanecem divididos nessas classificações, no entanto, apenas devido às especificidades técnicas de preservação de cada gênero. Também já existe por parte dos técnicos da Memória da Eletricidade uma preocupação em mapear esses conjuntos documentais, separando os documentos que foram efetivamente doados por empresas e profissionais do setor das cópias que estão na entidade emprestadas a título de referência⁴² e/ou dos documentos produzidos pela instituição no decorrer de suas atividades.

Voltando à análise de constituição do acervo pessoal da Memória da Eletricidade, foi a partir do primeiro ano de atuação da instituição que foram encontrados os primeiros registros de entrada de documentos no centro de memória, como a biblioteca particular do engenheiro Léo Amaral Penna, e a coleção iconográfica do engenheiro Cesar Rabello, dois dos primeiros conjuntos de procedência pessoal custodiados pela Memória da Eletricidade.

Em 1989, a Memória da Eletricidade apresentava, segundo consta em relatório anual, uma preocupação com a gestão de seus acervos:

O projeto de política de gestão documental para o acervo produzido e/ou acumulado pela Memória da Eletricidade objetivou a definição de uma política institucional para documentos de natureza arquivística, especialmente no que diz respeito a sua gestão, de modo a evitar a acumulação indevida daqueles sem valor relevante para a entidade. O produto final foi um relatório técnico definindo a política institucional para a gestão desse acervo. (RELATÓRIO ANUAL, 1989, p.12)

⁴² Durante os primeiros anos de atuação da Memória da Eletricidade era comum que a instituição solicitasse as empresas do setor material para confecção de seus projetos. Grande parte da documentação enviada ficou armazenada na entidade como se fosse acervo da instituição.

Ainda nesse mesmo relatório anual, encontra-se uma breve definição dos acervos pessoais da instituição, que são identificados como “conjuntos de documentos produzidos e/ou acumulados por pessoas físicas, doados à Memória da Eletricidade, e que passam a integrar seu patrimônio documental de natureza arquivística”. Pela primeira vez também, a instituição aponta como um de seus objetivos o tratamento técnico desses acervos:

Constitui-se em atividade permanente da entidade o tratamento técnico desses acervos [acervos pessoais], de modo que se tenha pleno controle físico dos mesmos e seja facilitado o acesso às informações neles contidas. Paralelamente, vem sendo feita uma pesquisa sobre personalidades importantes para a reconstituição da história do setor de energia elétrica brasileiro, com a finalidade de viabilizar uma campanha de doação sistemática de acervos pessoais. (RELATÓRIO ANUAL, 1989, p.12)

Não foi encontrado no arquivo institucional da Memória da Eletricidade qualquer menção sobre esse documento, definindo diretrizes para o tratamento do acervo da entidade, muito menos uma política institucional que tivesse sido posta em prática, visto que a gestão de parte desses conjuntos só foi iniciada em 2014. Como afirma Leila Mendonça, atual diretora da instituição:

Passaram a produzir um inventário da documentação no momento da aquisição e era tudo encaixotado no arquivo, mas era só isso. Não existia na época uma preocupação com a guarda ou com o tratamento desses acervos, nem dos acervos tridimensionais ou iconográficos, era tudo empacotado dentro de caixas e envelopes. A ideia do inventário e da formalização foi uma iniciativa da coordenadora da COCR na época, a Marilza Brito. (MENDONÇA, 2018)

Uma mudança significativa dessa conscientização pode ser percebida através do início do processo de formalização das doações que tinham sido feitas até aquele momento. Todos os primeiros contratos de doação da Memória da Eletricidade datam do período de 1990, mas nem todas as doações a partir desse período foram formalizadas. Isso também não quer dizer que houve uma padronização nesse sentido, visto que o acervo do engenheiro e político Mauro Thibau, doado em 1991, não possui contrato de doação assinado.

Para reconstruir a trajetória de aquisição dos acervos pessoais da Memória da Eletricidade, foi realizado um levantamento documental no arquivo corrente e intermediário da entidade, visando, sobretudo, encontrar qualquer tipo de informação que indicasse uma possível data de aquisição desses acervos. O resultado desse trabalho está sistematizado no quadro a seguir.

Quadro 4: Informações sobre registros de entrada de acervos pessoais na instituição.

Ano	Arquivo	Fonte de informação
1986	José Lourenço de Almeida Costa	Carta do doador encaminhando a doação
1988	Cesar Rabello	Contrato de doação
	Romulo de Moraes Andrada	Contrato de doação
1990	Alvarino Araújo Pereira	Carta da instituição agradecendo Alvarino Pereira pelo envio de parcela do seu arquivo pessoal.
	Léo Amaral Penna	Relatório anual de 1990 informando a aquisição do conjunto documental e carta datada de 1991 informando o recebimento de mais documentos para serem inseridos no acervo pessoal do titular.
	Mario França Ennes	Folha de Informação da Memória da Eletricidade sobre a doação realizada pelo filho do titular, datada de março de 1990.
1991	Mauro Thibau	Carta da Memória da Eletricidade agradecendo a doação, datada de agosto de 1991.
	Flavio Henrique Lyra	Carta da Memória da Eletricidade agradecendo doação, datada em 16 de outubro de 1991.
1992	Alberto Mario Cotrim	Contrato de doação
	Fortunato Peixoto Netto	Contrato de doação
	Natércio Pereira	Contrato de doação
	Octávio Marcondes Ferraz	Contrato de doação
	Paulo Soares Vilhena Brandão	Contrato de doação
	Pedro Luiz Murgel Taveira	Contrato de doação
	Mario Mendes de Oliveira Castro	Contrato de doação
	Renato Feliciano Dias	Contrato de doação
1996	Benedito Dutra	Relatório Anual informa a aquisição do conjunto documental
	John Reginald Cotrim (1ª doação)	Contrato de doação
1997	Lucas Lopes	Contrato de doação
1999	Joubert Diniz	Carta do próprio titular encaminhando doação em 14 de julho de 1999.

	Norberto Medeiros	Relatório Anual de 1999 informa que foi doado o conjunto documental, também possui um inventário do arquivo produzido em 2000.
2000	Ennio Maurer	Folha de Informação contendo informações da doação datada em 27 de junho de 2000.
	Mario Bhering (1ª doação)	Folha de Informação da Memória da Eletricidade informando a doação datada em 12 de setembro de 2000.
	Tulio Romano Cordeiro de Mello	Folha de informação com detalhes da doação datada em 15 de setembro de 2000. Contrato de doação assinado somente em 2015.
2001	Germano Seidl Vidal	Carta encaminhando a doação referente ao arquivo pessoal do titular, em 7 de maio de 2001
2003	Altino ventura Filho	Foi inserido no sistema informações sobre a doação que ocorreu por intermédio do depoimento dado pelo titular ao Programa de História Oral da Memória da Eletricidade no âmbito do Projeto "Energia elétrica como fator de integração regional", em 2003.
2011	John Reginald Cotrim (2ª doação);	Contrato de doação
	José Antônio Muniz Lopes	Contrato de doação
2012	Antônio Dias Leite	Contrato de doação
	Ronaldo Moreira da Rocha	Contrato de doação
2015	Cyril Iwanow	Contrato de doação
	Mario Bhering (2ª doação)	Contrato de doação
	Roberto Brochado;	Contrato de doação
2017	Fernando Perrone	Contrato de doação (ainda não assinado)
	Fabio Teivelis,	Contrato de doação (ainda não assinado)
Sem Registro de entrada (24 coleções)	Antônio Carlos Bastos; Antônio José Santoro Pinto Osório; Benedito Toledo dos Santos; Carlos Alberto Pavão; Carlos Alberto Roscoe; Cláudio Júdice; Gabriel Capristano Costa e Silva; Henrique Brandão Cavalcanti; Henrique Couto Ferreira Mello; Jorge Oscar de Mello Flores; José Carlos Sili Salomão; José Marcondes Brito de Carvalho; José Mauro Vasconcelos; José Pacheco Veiga; Luiz Alberto Ordonez Daniel; Luiz Carlos Menezes; Mario Brandi Pereira; Mauro Moreira; Newton Carvalho; Norgest Wiest; Paulo Azevedo Romano; Paulo Silveira Martins; Rodolfo Barbieri; Sérgio Santana;	

Fonte: elaboração própria

Dos 57 conjuntos documentais doados e custodiados atualmente pela Memória da Eletricidade, 24 não possuem registro de entrada na instituição e apenas 19 possuem contrato de doação assinado.

Esses registros, de maneira geral, são cartas informando sobre o envio da doação e cartas da instituição agradecendo pela doação recebida. Uma outra forma de recompor a entrada desses acervos na instituição foi através da análise dos relatórios anuais da Memória da Eletricidade, que registraram durante alguns anos as aquisições ocorridas no decorrer das atividades da instituição.

A tentativa de reconstrução dessa história, com todos os seus entraves e hiatos, serviu para evidenciar a necessidade de produção de políticas na instituição para a aquisição e o tratamento de acervos.

Segundo Solange Balbi, antiga coordenadora de área da instituição que acompanhou de perto todo o processo de aquisição dos arquivos pessoais na entidade, a constituição do acervo se deu a partir de dois trabalhos: um deles era a captação dos acervos pessoais, e o outro se estruturou a partir da interface com as empresas, isto é, através da busca por acervos entre personalidades do setor e da assessoria técnica para organização documental de empresas do setor prestadas pela Memória da Eletricidade. No entanto, não havia um direcionamento, muito menos uma metodologia que norteasse o trabalho que deveria ser aplicado nesse sentido. Essa ausência de normas pré-definidas para a gestão dos acervos históricos da entidade propiciou uma série de ocorrências problemáticas que vão refletir ainda hoje no tratamento desses arquivos.

A incorporação do arquivo do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz reflete bem essa problemática. Após a morte do mesmo, a Memória da Eletricidade foi contatada por um amigo do titular, responsável direto pela guarda de seu arquivo pessoal. O resultado desse contato foi descrito através de uma carta⁴³ redigida pela coordenadoria do Centro de Referência em 1990, informando que, após uma visita à casa do doador, foi selecionado pelos técnicos da entidade um conjunto de objetos em perfeito estado de conservação, mas que o restante da documentação, principalmente o arquivo pessoal do titular, não teria como ser incorporado ao acervo da entidade. Segue abaixo a transcrição de alguns trechos desse documento:

⁴³ Carta arquivada no arquivo institucional da Memória da Eletricidade, sobre as providências relativas ao espólio do engenheiro Marcondes Ferraz.

Com relação ao acervo textual (livros e arquivo pessoal), no momento armazenado em caixas de papelão na residência do embaixador, sugerimos que o mesmo seja destinado ao CPDOC, pois abarca um período de vida muito longo, onde as atividades diretamente relacionadas à energia elétrica representam apenas cerca de 10%, segundo nossos cálculos. Posteriormente, faríamos contato com o CPDOC, de sorte a microfilmarmos esta parcela do acervo, ficando a Memória da Eletricidade detendo apenas o microfilme, desempenhando, assim, seu papel específico de Centro Referencial. (MIRANDA, 1990)

A carta comprova o caráter de espaço de referência e não de custódia da coordenadoria, como já apontado anteriormente. No entanto, a inserção de objetos e documentos foi se tornando aos poucos uma realidade para a instituição, que não era dotada de estrutura adequada para essa aquisição. Como apresentado no trecho subsequente da carta:

Aproveitamos a oportunidade para informar que caso fosse indicado o recolhimento pela Memória da Eletricidade da parcela do acervo do Dr. Marcondes Ferraz que diz respeito às questões de energia elétrica não haveria condições físicas para tal, faltando-nos não só espaço como mobiliário apropriado. Mesmo os objetos a que nos referimos inicialmente estão sendo mantidos de forma bastante precária, visto ser necessário dispor de uma sala específica para a guarda de objetos que, apesar de ainda não serem muitos, já começam a exigir tratamento específico, como as condecorações e medalhas do Dr. Léo Amaral Penna e, agora, os quadros e objetos doados pelo Dr. Marcondes Ferraz. (MIRANDA, 1990)

Atualmente, a Memória da Eletricidade possui um pequeno arquivo pessoal do engenheiro Marcondes Ferraz, ou seja, uma reduzida parcela da documentação acabou incorporada ao acervo da entidade, independentemente dos problemas apontados pela coordenadora de área na época, o restante do arquivo do engenheiro encontra-se custodiado no CPDOC⁴⁴, mas as circunstâncias e detalhes que levaram a essa incorporação não foram identificadas.

Analisando os dois arquivos, fica claro que a Memória da Eletricidade selecionou determinados documentos considerados relevantes para a história do setor, ficando os demais sob a guarda do CPDOC. Entre a documentação selecionada encontram-se especificações de máquinas e equipamentos da Hidrelétrica de Paulo Afonso, referentes ao período em que Octávio Marcondes Ferraz atuou como diretor técnico da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, e documentação sobre compra de ações das subsidiárias da American e Foreign Power co. - Amforp pela Eletrobras, incluindo o discurso de Octávio Marcondes Ferraz na solenidade de assinatura do contrato, isto é, uma

⁴⁴ O CPDOC disponibiliza através de seu Guia de Arquivos informações sobre o arquivo pessoal do engenheiro e político Octávio Marcondes Ferraz custodiados na entidade. Link: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=OMF>

parcela ínfima se comparada com arquivo do titular no CPDOC que possui ao todo 2.557 documentos textuais e 2.819 itens iconográficos frente aos 8 documentos textuais e 52 itens iconográficos custodiados pela Memória da Eletricidade atualmente.

Esse caso exemplifica um dos muitos problemas que a falta de uma política de aquisição pode ocasionar. Fica claro que a decisão de incorporação de um arquivo, principalmente de um arquivo pessoal, não deve depender apenas do interesse de gestores e técnicos. Como bem afirmou Ribas (2017) sobre essa questão, as pessoas falham e o acervo permanece, e em alguns casos permanecem relegados a condições que limitarão seu conhecimento e acesso.

4.3. TRATAMENTO DOCUMENTAL: DA AQUISIÇÃO AO ACESSO

A análise do tratamento documental realizado nos arquivos pessoais também foi de extrema importância, visto que foi possível perceber todo o processamento técnico ao qual esses acervos foram submetidos e, principalmente, as dificuldades encontradas nesse processo mediante a falta de diretrizes institucionais para a aquisição de acervos. Podemos dividir o tratamento documental aplicado aos acervos em 4 etapas: identificação, arranjo, descrição e acesso.

Vale ressaltar, no entanto, que esse processo de tratamento teve início apenas em 2014, quando se iniciou o tratamento dos acervos textuais e a preocupação em tratar a documentação da entidade enquanto conjuntos documentais, independente do gênero e de acordo os preceitos arquivísticos.

Na etapa de identificação o objetivo principal é relacionar a documentação com a trajetória de vida do seu produtor. No caso dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, nem sempre é possível utilizar esse recurso, uma vez que muitas coleções só possuem um campo de identificação: o nome do produtor do arquivo. Um exemplo é o caso do arquivo Benedito Toledo dos Santos, que antes de sua organização estava armazenado em caixas de papelão que possuíam apenas etiquetas com a seguinte informação: Fundo Toledo.

Os profissionais da instituição deram início a uma ampla pesquisa para descobrir quem era “Toledo” e qual sua atuação no setor de energia elétrica. O primeiro passo foi

buscar informações com antigos funcionários do centro de memória, o que resultou apenas na identificação do nome completo do titular do arquivo, Benedito Toledo dos Santos, e que o mesmo era um antigo funcionário da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). A partir dessa informação, foram feitas buscas sem sucesso na web e no acervo corrente e intermediário da Memória da Eletricidade, visando encontrar algum registro da aquisição daquela doação. Por fim, foi realizada uma análise dos documentos do arquivo, o que possibilitou apenas uma incipiente descrição da trajetória do titular, impossibilitando o arranjo documental do conjunto documental⁴⁵.

É importante destacar novamente que o acervo pessoal da Memória da Eletricidade é composto por documentos textuais, iconográficos, bibliográficos, audiovisuais, além dos objetos tridimensionais, o que torna imprescindível manter o vínculo existente entre todos esses registros que fazem parte de determinado arquivo. Essa prática, no entanto, não era levada a cabo pelos profissionais da instituição. Como explicou a arquivista Fernanda Monteiro:

[...] quando eu cheguei era totalmente separado, o textual tinha uma organização, o iconográfico tinha outra, mesmo sendo do mesmo produtor, não havia nenhuma ligação entre eles. Foi quando eu propus a Leila pra inserir dentro do sistema uma nota remissiva para os códigos de cada organização, ou seja, na ficha do textual, quando o pesquisador acessasse, teria uma nota indicando que aquela documentação estava vinculada a um conjunto de fotografias. (MONTEIRO, 2017)

Conforme afirmou Monteiro em entrevista, foi apenas com o início do processamento técnico dos documentos textuais que os vínculos foram retomados, o que coincide com a entrada de um profissional de arquivo na entidade. Antes, a organização do acervo era realizada pelos museólogos da instituição, que privilegiavam o tratamento da documentação iconográfica, diante da ampla gama de possibilidades de utilização da mesma em projetos.

Em entrevista, a atual coordenadora confirma que existia uma predileção pelos acervos iconográficos da entidade, e que, de maneira geral, o tratamento desses acervos vinha muito a reboque dos projetos que eram desenvolvidos pela Memória da Eletricidade naquele período. Sendo assim, a escolha pelo tratamento do iconográfico se deu por ser um

⁴⁵ Todo esse processo foi detalhado no trabalho de conclusão de curso de um funcionário da Coordenadoria do Centro de Referência da Memória da Eletricidade, intitulado “A imersão arqueológica no arquivo pessoal de Benedito Toledo dos Santos: uma tentativa de reconstrução de sua história arquivística. BAHIA, Raphael. 2017

acervo com ampla possibilidade de uso pela área da pesquisa, o que explicava a preferência por ele em detrimento dos demais gêneros documentais no que tange ao tratamento e acesso à documentação.

A principal problemática do processamento técnico dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade se dá devido à forma como os mesmos eram adquiridos e identificados pela entidade. Esses conjuntos não eram percebidos como conjuntos orgânicos, o que levava a um tratamento de acordo com a unidade documental e não com a função que os mesmos tinham quando inseridos dentro de um conjunto. Uma questão que, como veremos mais adiante, ainda não foi totalmente solucionada pela instituição.

Em relação à elaboração de quadros de arranjo dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, privilegia-se a composição dos mesmos a partir de uma lógica funcional. Como identificado no Guia de Coleções Pessoais da instituição, são “representações de um esquema de organização da documentação onde se explicita a relação hierárquica dos documentos e os seus vínculos orgânicos”. (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2016, p.11).

No entanto, em alguns casos, optou-se pela produção de um arranjo temático segundo a lógica de acumulação da documentação, como por exemplo, no arquivo do engenheiro Antônio Carlos Bastos que por não possuir registro de entrada na instituição, informação sobre o produtor do arquivo, e devido o volume significativo da documentação, foi necessária a composição de um quadro de arranjo estruturado de acordo com os assuntos da documentação. São ao todo 11 séries documentais abordando temas como política tarifária, sistema elétrico internacional, mercado nacional de energia elétrica, regulamentação do setor, entre outros.

Vale ressaltar também que, em alguns conjuntos documentais, por não caber a sistematização de um arranjo⁴⁶, a organização acabou se resumindo à identificação e descrição do conjunto no sistema. Uma realidade não ideal de tratamento e somente possível com determinados gêneros documentais.

Em relação à descrição, atividade que garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo e o acesso à documentação, foram analisados os instrumentos de pesquisa disponíveis, desde o sistema de dados utilizado pela entidade até os guias e inventários

⁴⁶ No caso dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade são dois os principais motivos para não elaboração de um arranjo documental: a falta de informações sobre o produtor do arquivo e a inexistência de vínculos entre os documentos de determinado conjunto documental. Esse último caso refere-se aos conjuntos documentais chamados de “Documentos Avulsos”.

publicados. A descrição é uma fase característica do arquivo permanente: “Ela consiste em tirar dos documentos ou dos conjuntos documentais as informações básicas para a compreensão de seu conteúdo” (SILVA, 2012, p.98)

Segundo Oliveira (2012), a descrição arquivística é uma representação formulada pelo profissional do arquivo, sendo o contexto arquivístico o elemento principal para essa reconstrução. No caso da Memória da Eletricidade, podemos afirmar que 40% dos acervos não possuem seu contexto arquivístico totalmente claro, sendo necessário ainda o desenvolvimento de um trabalho mais profundo que estabeleça esse reconhecimento.

Como instrumento de apoio para esse processo, a Memória da Eletricidade conta com um repositório de informações extremamente abrangente e que não cumpre um dos pressupostos básicos previstos na Norma Brasileira de Descrição Arquivística: a descrição multinível.

Um sistema multinível permite descrever unidades ou conjuntos documentais sem o risco de perda de sua relação orgânica com o fundo do qual faz parte. Segundo Lopez (2002), essa estrutura formada por campos e subcampos é o que possibilita que somente as informações pertinentes à hierarquia dos documentos descritos sejam anotadas, não havendo ônus para a descrição no caso de descarte dos campos não essenciais.

A Memória da Eletricidade utiliza como sistema o software Sophia Acervo, desenvolvido pela empresa Primasoft, e que foi elaborado para gerenciar diversos tipos de acervos através da descrição de documentos unitários ou conjuntos documentais. Segundo a coordenadora da área, na época se procurava um sistema que desse conta de todos os documentos custodiados pela entidade, independentemente de ser parte do acervo museológico ou do arquivístico:

Uma das primeiras coisas que eu fiz foi pesquisar uma plataforma adequada para a inserção de informações, acesso e difusão desses acervos. Pesquisei uma série de sistemas, tanto para a biblioteca, quanto para o acervo, visto que minha principal meta ao entrar como chefe de coordenação era mudar os sistemas e tratar a documentação. [...] Como eu já disse, eu via tudo como acervo. Para mim existia o acervo museológico da Memória, que abrangia o arquivístico também, e o acervo bibliográfico, uma visão que eu só fui mudar anos mais tarde. Enfim, no final, achar um sistema para a biblioteca foi fácil, eu optei pela implantação do Sophia Biblioteca que é usado pela Biblioteca Nacional, mas o acervo foi um grande problema, pois não existia uma plataforma que contemplasse todos os nossos acervos, tanto o museológico quanto o arquivístico. Isso eu só consegui em 2012 através do Sophia Acervo. (MENDONÇA, 2018)

Pela inexistência de um profissional de arquivo na instituição à época, que pudesse auxiliar nesse processo, o sistema encontrado acabou por ser insuficiente para o trabalho de descrição desenvolvido atualmente pelos técnicos da instituição. Em resumo, a plataforma só permite a criação de fichas com informações específicas para cada conjunto ou item documental. O sistema somente pode ser utilizado para descrição em nível dossiê, que ficam agrupados em ordem crescente e através do número de registro. Seguem abaixo algumas imagens que apresentam a descrição dos conjuntos documentais na base de dados da instituição.

Figura 12: Ficha de descrição de um dossiê composto por documentos textuais na plataforma do sistema Sophia Acervo

Ficha: Dados de Registro	
Nº de Registro	CP.BD.01
Fundo	Benedito Dutra
Doador	Benedito Dutra
Nº de Documentos	15
Nº de Folhas	732
Data	06/06/1957 a 00/01/1966
Espécies	Contratos, estudos, plantas, tabelas
Descrição	Documentos referentes a a primeira etapa de construção da Usina Hidrelétrica de Furnas.
Notas	
Descritores	Furnas Centrais Elétricas S/A - Furnas, Usinas, Usina Hidrelétrica de Furnas, Orçamento, Obras, Planejamento Técnico
Referências	

Fonte: Base de dados da Memória da Eletricidade

Como pode ser visto na imagem acima, a descrição é feita através da identificação de alguns elementos, e estes variam de acordo com o gênero documental, ou seja, a ficha de dossiê dos itens iconográficos é diferente da ficha estabelecida para descrição dos conjuntos textuais, que difere também da descrição dos itens sonoros e filmográficos. Segue abaixo a ficha de um dossiê composto por documentos iconográficos do arquivo pessoal do Mauro Thibau:

Figura 13: Ficha de descrição de um dossiê composto por documentos icnográficos na plataforma do sistema Sophia Acervo

Ficha: Dados de Registro	
Nº de Registro	I.F.000141
Título	[Construção da Usina Hidrelétrica Jaguará da Companhia de Minas Gerais - Cemig]
Tipologia	-
Autor	-
Produtor	Centrais Elétricas de Minas Gerais - Cemig
Descrição	Conjunto com 35 fotografias do registro da cerimônia de inauguração do início das obras de construção da referida usina.
Data	03/04/1966 - 03/04/1966
Local de Produção	Sacramento - MG/Rifaina - SP
Figurante	Humberto de Alencar Castelo Branco - Presidente da República do Brasil; Mauro Thibau - Ministro das Minas e Energia.
Local de Registro	Sacramento - MG/Rifaina - SP
Doador	Mauro Thibau - 00/00/1990
Cromia	P/B
Estado de conservação	Bom
Dimensão	29 x 23 cm
Marca	-
Notas	Titular: Mauro Thibau. Fotografias integrantes originalmente de álbum.
Remissivas	-
Notação Topográfica	-
Crédito	Acervo Memória da Eletricidade

Fonte: Base de dados da Memória da Eletricidade

Certamente o problema não está na descrição diferenciada entre os gêneros, mas na impossibilidade de vincular essa documentação como parte de um determinado conjunto arquivístico da entidade. A falta de visualização do arquivo como um todo, ou seja, de suas séries, subséries e dossiês.

Outra questão relevante que podemos apontar é o fato do sistema não possuir muita flexibilidade de alteração. A responsável pela manutenção do sistema consegue, em alguns casos, alterar o nome de um elemento de descrição por outro, como por exemplo trocar “folhas” por “páginas”, mas isso não é possível com todas as unidades de descrição, como por exemplo, a troca da opção “fundo” por “coleção” ou “nível de descrição”.

Como já citado, um dos grandes problemas desse sistema é envolver somente o último nível de descrição do arranjo: o dossiê. Dessa forma, não é possível visualizar o arquivo enquanto um conjunto organizado de acordo com lógicas de produção e acumulação, isto é, não é possível descrever a documentação segundo a sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização de um conjunto arquivístico. No

entanto, isso não acontece no processamento técnico desenvolvido pelos profissionais da instituição, como pode ser visto através do Guia de Coleções Pessoais produzido pela entidade, no qual o esquema de organização, via de regra, está de acordo com os preceitos da teoria arquivística e com as normas brasileiras de descrição.

Figura 14: Quadro de arranjo do arquivo pessoal do engenheiro Benedito Dutra

QUADRO DE ARRANJO			
SÉRIE B. DUTRA E CIA. LTDA.		SÉRIE FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS	
Data limite: 1939 a 1975	Total de documentos: 140 Total de folhas: 199 Total de itens: 9	Data limite: 1957 a 1989	Total de documentos: 48 Total de folhas: 1242
SÉRIE BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		SÉRIE MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
Data limite: 1955 a 1957	Total de documentos: 3 Total de folhas: 254	Data limite: 1962 a 1969	Total de documentos: 12 Total de folhas: 180
SÉRIE COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS		SÉRIE OUTRAS ATIVIDADES	
Data limite: 1952 A 1962	Total de documentos: 13 Total de folhas: 200 Total de itens: 49	Data limite: 1954 a 1990	Total de documentos: 152 Total de folhas: 714
SÉRIE CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS		SÉRIE PRODUÇÕES TÉCNICAS	
Data limite: 1972 a 1975	Total de documentos: 40 Total de folhas: 88	Data limite: 1949 a 1984	Total de documentos: 27 Total de folhas: 441 Total de itens: 35

Fonte: Imagem retirada do Guia de Coleções Pessoais da Memória da Eletricidade, publicado em 2016.

Como apresentado no Guia de Coleções Pessoais, a documentação de cada arquivo descrito no instrumento em questão foi sistematizada considerando as funções e atividades desenvolvidas pelos titulares no seu contexto de produção e acumulação. Entretanto, nem todos os arquivos possuem subsídios suficientes para a elaboração de um trabalho adequado, e essa falta de informações possui uma explicação: a aquisição inadequada de arquivos na instituição devido à falta de diretrizes para a incorporação desses conjuntos documentais, o que vai produzir reflexos negativos em todo o processamento técnico aplicado aos conjuntos arquivísticos da entidade.

4.4. CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE

Após entender a dimensão e ambiência dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, a pesquisa partiu para a fase de análise de cada um dos 57 conjuntos documentais. Nesse processo foi possível traçar características comuns entre os arquivos, possibilitando identificar os que se enquadram na definição de fundo, coleção ou documento avulso. Esse reconhecimento, mesmo não sendo necessário, foi imprescindível para mapear o acervo, pontuando suas principais especificidades e as principais carências desses arquivos pessoais no que tange ao seu processamento técnico. Também serviu como uma espécie de desconstrução da ideia pré-concebida desses termos, já que por vezes a aplicação de tais títulos parecia uma imposição estranha ao que comumente reconhecemos como um fundo ou uma coleção.

O trabalho teve como base três classificações: os arquivos que podem ser considerados “fundos”, ou seja, os acervos doados que refletem a trajetória profissional de técnicos do setor de energia elétrica, e os conjuntos onde não foi possível enxergar essa relação funcional, o que resultou na divisão desses arquivos em coleções ou documentos avulsos, ou seja, conjuntos documentais reunidos de acordo com a temática da instituição, ou que não possuem vínculo orgânico entre si, e que se referem a uma documentação variada, apartada de seu contexto de produção e acumulação, que, em alguns casos, não refletem claramente a atividade que lhes deu origem.

Vale um adendo de que esse processo de identificação não foge à regra do que comumente se apresenta nos acervos de um centro de memória. Como afirma Tessitore (2003 p.18), um centro de memória pode abranger fundos de arquivo, coleções, e documentos avulsos. No entanto, a aplicação dessas terminologias vai de encontro com o direcionamento da atual diretora da entidade, que em entrevista apontou sua dificuldade em enxergar os arquivos pessoais da instituição como “fundos de arquivo”. Segue abaixo, um trecho dessa entrevista transcrita:

[...] não gosto de fundo, até mesmo por questionar os conjuntos documentais que temos aqui na Memória, que, na minha opinião, não estão completos, não são fundos. Grande parte do acervo do John Cotrim, por exemplo, está em Furnas [...] São parcelas documentais que, ao meu ver, não se configuram como fundos. (MENDONÇA, 2018)

Essa visão tem seu ponto. Contudo, olhando com atenção e analisando a teoria arquivística atual e os arquivos da entidade, a chancela de coleção em todos os conjuntos documentais também não se aplica. Estaríamos contribuindo para uma visão distorcida do arquivo pessoal como coleção e não como um arquivo, um posicionamento problemático e que foi duramente rechaçado, com razão, nos últimos anos por diversos autores da área.

Tendo em vista uma melhor visualização desses arquivos, apresenta-se abaixo um quadro produzido segundo o levantamento de informações sobre o acervo custodiado atualmente pela Memória da Eletricidade, identificando os seguintes dados:

- **Título:** nome do titular do arquivo
- **Gêneros Documentais:** campo onde são identificados os gêneros documentais que compõe cada arquivo
- **Dimensão:** número de documentos de cada conjunto documental
- **Data-Limite:** data cronológica da documentação
- **Identificação:** campo onde será atribuído uma identificação ao conjunto documental, isto é, se podem ser considerados fundos, coleções ou documentos avulsos.
- **Organização:** apresenta a situação de tratamento em que se encontra o conjunto documental
- **Arranjo:** indica se foi elaborado um quadro de arranjo para documentação.

Quadro 5: Apresentação do acervo de procedência pessoal da Memória da Eletricidade

Título	Gêneros Documentais	Dimensão	Data-Limite	Identificação	Organização	Arranjo
Alberto Mario Cotrim Rodrigues Pereira	Iconográfico	5 fotografias	1959	Documentos Avulsos	Concluída	Não
Altino Ventura Filho	Textual	15 documentos	1987 a 1994	Fundo	Concluída	Sim
Alvarino de Araújo Pereira	Textual Iconográfico	133 diapositivos 6 textuais	1982 a 1984	Fundo	Concluída	Sim

Antônio Carlos Bastos	Textual Iconográfico	89 fotografias 86 textuais	1935 a 1982	Coleção	Concluída	Sim
Antonio Dias Leite	Textual	74 documentos	1965 a 2007	Fundo	Concluída	Sim
Antônio José Santoro Pinto Osório	Textual Iconográfico	60 fotografias / diapositivos, 1 textual	1980	Coleção	Concluída	Não
Benedito Dutra	Textual Iconográfico	93 fotografias 435 textuais	1939 a 1990	Fundo	Concluída	Sim
Benedito Toledo dos Santos	Textual	487 documentos	1973 a 1992	Coleção	Parcialmente concluída	Não
Carlos Alberto Pavão	Textual	145 documentos	1951 a 1996	Coleção	Concluída	Sim
Carlos Alberto Roscoe	Iconográfico	21 fotografias	1959 a 1965	Documentos avulsos	Aguardando tratamento	Não
Cesar Rabello Cotrim	Iconográfico	320 fotografias	1906 a 1908	Coleção	Concluída	Não
Cláudio Júdice	Textual	15 documentos	1963 a 1986	Coleção	Concluída	Não
Cyril Iwanow	Textual Iconográfico	380 fotografias 52 textuais	1949 a 1988	Coleção	Parcialmente concluída	Não
Ennio Maurer	Textual	1 documento	1956	Documentos avulsos	Concluída	Não
Fabio Teivelis	Textual Iconográfico Digital	24 cx. de doc. textual, 260 fotografias, e 7 CDs	Não identificada	Fundo	Aguardando tratamento	Não
Fernando Perrone	Textual Digital	10 caixas de doc. Textual e CDs	Não identificada	Fundo	Aguardando tratamento	Não
Flávio Henrique Lyra	Textual Iconográfico	35 fotografias 499 docs. textuais	1922 a 1986	Fundo	Concluída	Sim
Fortunato Peixoto Netto	Iconográfico	31 fotografias	1955 a 1960	Coleção	Concluída	Não
Gabriel Capistrano Costa e Silva	Iconográfico	2 álbuns fotográficos	Não identificada	Documentos avulsos	Aguardando tratamento	Não
Germano Seidl Vidal	Textual	16 documentos	1972 a 1989	Coleção	Parcialmente concluída	Não
Henrique Brandão Cavalcanti	Textual	19 documentos	1965 a 1975	Documentos avulsos	Concluída	Não
Henrique Couto Ferreira Mello	Textual Iconográfico	1.776 docs. textuais 18 fotografias	1968 a 1996	Fundo	Concluída	Sim
John Reginald Cotrim	Textual Iconográfico	5.717 docs. textuais 222 fotografias	1945 a 1997	Fundo	Concluída	Sim
Jorge Oscar de Mello Flores	Textual Iconográfico	106 fotografias 5 docs. textuais	1953 a 1991	Coleção	Concluída	Não

José Antônio Muniz Lopes	Textual Filmográfico	74 docs. Textuais 1 filme de rolo	1980 a 2006	Fundo	Concluída	Sim
José Carlos Sili Salomão	Iconográfico	225 Fotografias	Não identificada	Coleção	Aguardando tratamento	Não
José Lourenço de Almeida Costa	Textual Iconográfico	13 docs. textuais 4 fotografias	1912 a 1979	Documentos avulsos	Concluída	Não
José Marcondes Brito de Carvalho	Textual Iconográfico	57 docs. textuais 23 fotografias	1963 a 1983	Fundo	Concluída	Sim
José Mauro Vasconcelos	Iconográfico	18 postais	Sem data	Coleção	Aguardando tratamento	Não
José Pacheco Veiga	Iconográfico	14 fotografias	1954 a 1964	Documentos avulsos	Concluída	Não
Joubert Diniz	Textual	32 caixas de documentação textual	-----	Fundo	Em tratamento	Em construção
Léo Amaral Penna	Textual Iconográfico	1.353 docs. textuais 238 fotografias	1913 a 1983	Fundo	Concluída	Sim
Lucas Lopes	Textual Iconográfico	2.126 textuais 104 fotografias	1960 a 1983	Fundo	Concluída	Sim
Luiz Alberto Ordonez Daniel	Textual Iconográfico	1 documento textual 19 fotografias	1947 a 1973	Documentos avulsos	Concluída	Não
Luiz Carlos Menezes	Textual	25 documentos	1976 a 1998	Fundo	Concluída	Sim
Mario Brandi Pereira	Textual	16 documentos	1965 a 1966	Fundo	Concluída	Sim
Mário França Ennes	Textual Iconográfico	149 textuais 229 fotografias	1946 a 1966	Coleção	Parcialmente concluída	Não
Mário M. Oliveira Castro	Textual Iconográfico	1.375 docs. textuais 1.639 fotografias	1929 a 1986	Fundo	Concluída	Sim
Mario Penna Bhering	Textual	123 documentos	1952 a 2003	Fundo	Concluída	Sim
Mauro Moreira	Textual	212 documentos	1966 a 1995	Fundo	Concluída	Sim
Mauro Thibau	Textual Iconográfico	1.400 docs. textuais 350 fotografias	1942 a 1972	Fundo	Concluída	Sim
Natércio Pereira	Textual	238 documentos	1954 a 1978	Fundo	Concluída	Sim
Newton Carvalho	Iconográfico	22 fotografias	1988 a 1995	Coleção	Concluída	Não
Norberto Medeiros	Textual	132 documentos	1922 a 1985	Fundo	Concluída	Sim
Norgest Wiest	Iconográfico	2 fotografias	1988	Documentos avulsos	Concluída	Não

Octávio Marcondes Ferraz	Textual Iconográfico	8 docs. textuais 52 fotografias	1953 a 1964	Fundo	Concluída	Sim
Paulo Silveira Martins	Iconográfico	74 Postais	Sem data	Coleção	Concluída	Não
Paulo Soares Vilhena Brandão	Textual	58 documentos	1968 a 1970	Coleção	Parcialmente concluída	Não
Paulo Azevedo Romano	Textual Iconográfico	429 docs. textuais 7 fotografias	1865 a 1997	Fundo	Concluída	Sim
Pedro Luiz Murgel Taveira	Iconográfico	4 fotografias	1970 a 1979	Coleção	Concluída	Não
Renato Feliciano Dias	Iconográfico	196 fotografias e cartões postais	1987 a 1990	Coleção	Concluída	Não
Roberto Brochado	Textual	62 documentos	1971 a 1995	Fundo	Concluída	Sim
Rodolfo Barbieri	Textual Iconográfico	522 docs. textuais 55 fotografias	1963 a 1975	Coleção	Parcialmente concluída	Não
Ronaldo Moreira da Rocha	Textual Iconográfico	89 documentos textuais 36 fotografias	1964 a 1980	Fundo	Concluída	Sim
Romulo de Moraes Andrada	Iconográfico	11 fotografias	1982	Coleção	Concluída	Não
Sérgio Santana	Textual Iconográfico	3 documentos textuais 2 fotografias	1976 a 1982	Documentos avulsos	Concluída	Não
Tulio Romano Cordeiro de Mello	Textual Iconográfico	1.536 docs. textuais 66 fotografias	1957 a 2002	Fundo	Concluída	Sim

Fonte: Elaboração própria

Legenda:

 Fundo

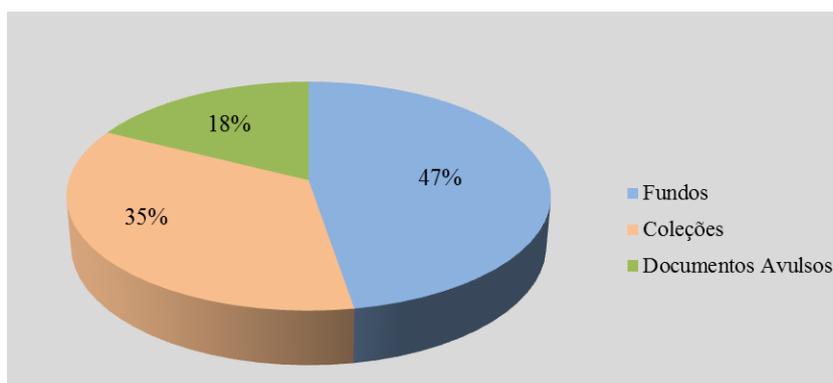
 Coleção

 Documentos Avulsos

Os arquivos pessoais da Memória da Eletricidade são majoritariamente compostos pelos gêneros textual e iconográfico. São ao todo 57 conjuntos documentais que datam de 1906 a 2007, e que correspondem, via de regra, a parcelas documentais produzidas durante a atuação profissional de técnicos do setor de energia elétrica.

Dentro do processo de análise documental do acervo pessoal, foram identificados um total de 27 fundos, 20 coleções e 10 documentos ou conjuntos documentais avulsos. O resultado final desse processo pode ser resumido no gráfico a seguir:

Figura 15: Gráfico apresentando o resultado final do processo de caracterização dos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade



Fonte: Elaboração própria

Entre os 57 conjuntos documentais, 27 são compostos de documentações produzidas e acumuladas no decorrer da atuação profissional de seus titulares. De maneira geral, a organização desses acervos termina com a sistematização de informações da documentação em um quadro de arranjo funcional composto de séries, subséries e dossiês. Todavia, uma parcela considerável desses arquivos, por motivos diversos, foge dessa lógica. Consideradas nesse trabalho como “coleções” ou “documentos avulsos”, via de regra, são documentos reunidos em torno de temas, funções, entidades, pessoas, tipo ou gênero documental, ou conjuntos documentais onde não foi possível, a priori, reconhecer na documentação uma relação direta com seu produtor.

Os arquivos pessoais que refletem, mesmo que de maneira reduzida e parcial, a atuação de técnicos e personalidades do setor, possuem variadas dimensões, gêneros e tipologias, e possuem em comum a produção e acumulação de documentos que exprimem mais de uma atividade desenvolvida no âmbito da trajetória profissional de seus titulares.

Entre os 27 arquivos identificados com essas características, a principal premissa para esse enquadramento foi a identificação do contexto de produção da documentação, isto é, a recuperação da história de produção dos documentos pertencentes àquele conjunto documental e a correlação entre a documentação e a trajetória profissional dos produtores desses arquivos.

Desse modo, torna-se indispensável para a identificação do conjunto documental a biografia do titular do arquivo, visto que apenas com essas informações é possível recuperar minimamente o contexto de produção da documentação. Como bem aponta Santos:

O conhecimento biográfico do titular e dos elementos de constituição do seu arquivo é fundamental na metodologia de tratamento dos arquivos pessoais. A operação de estabelecer a classificação dos documentos só será levada a bom termo se estas etapas iniciais foram bem delineadas. (SANTOS, 2012, p. 39)

No caso dos acervos da Memória da Eletricidade, as etapas iniciais do processamento técnico não foram projetadas, o que interferiu negativamente em várias etapas do tratamento documental aplicado em alguns desses arquivos.

Um exemplo indiscutível de fundo documental do acervo de arquivos pessoais da Memória da Eletricidade é o conjunto do engenheiro John Reginald Cotrim, que com quase 13 metros lineares de documentação textual e 222 itens iconográficos, apresenta-se como o maior arquivo pessoal custodiado atualmente pela entidade.

A documentação que compreende o acervo de John Cotrim foi doada à instituição em dois momentos: por Heitor Mendes Gonçalves, em maio de 1996, e em outubro de 2011, por Antônio Carlos Salmito. Os documentos passaram por uma identificação inicial e tiveram suas informações inseridas na base de dados. No entanto, o tratamento arquivístico de todo o conjunto documental teve início apenas em 2015, através de um processo de reorganização e arranjo documental.

Em contrapartida, identificou-se também como um fundo de arquivo um acervo de volume extremamente reduzido, como o do engenheiro Altino Ventura Filho, com apenas 15 documentos. Segundo informações dos profissionais da Coordenadoria de Pesquisa, o conjunto documental foi doado pelo próprio titular em decorrência de um depoimento dado ao Programa de História Oral da Memória da Eletricidade no âmbito do Projeto "Energia elétrica como fator de integração regional", realizado em 2003. Atualmente, seu arquivo divide-se em duas séries: Chefe do Departamento de Geração da Eletrobrás, dividida nas subséries "Cooperação técnica Brasil-Argentina", e "Convênio ELETROBRAS-AYE" e série Produção Técnica, esta última dividida em duas subséries intituladas "Publicações do Titular" e "Publicações de Terceiros".

Por mais estranho que pareça um fundo documental com essa dimensão, a premissa para essa identificação foi perceber claramente o contexto de produção dos documentos e a relação dos mesmos com a trajetória profissional do seu produtor.

Outro arquivo que merece destaque é o do engenheiro Mauro Moreira. O conjunto documental desse acervo mostra que, mesmo sem uma biografia completa do titular, é possível organizar a documentação de acordo com a atuação profissional do produtor mesmo que, para tanto, seja necessário contar com a “sorte” de que as poucas informações encontradas através da leitura da documentação e da pesquisa deem conta do processo de identificação de toda a documentação doada, isto é, que as informações encontradas no documento auxiliem o processo de pesquisa de tal forma que seja possível visualizar as lógicas de produção e acumulação realizadas pelo produtor do arquivo.

Para entender melhor essa assertiva, vale apresentar o exemplo do arquivo pessoal do próprio Mauro Moreira, citado acima. Podemos sistematizar esse trabalho da seguinte forma: primeiramente, foi realizada uma identificação documental, que levou a uma divisão do arquivo em três agrupamentos baseados nos vínculos documentais encontrados: documentos referentes à construção da Usina de Itaipu; da atuação do titular na Eletrobrás, e de estudos sobre a energia nuclear no Brasil. Feita essa identificação, realizou-se pesquisa relacionando o nome do engenheiro a essas empresas, o que confirmou o contexto de produção do conjunto arquivístico.

Ao final do processo, chegou-se a um quadro de arranjo funcional dividido em duas séries:

1. Série Atuação na Eletrobrás, dividida em três subséries com documentação referente a sua atuação no Departamento de Engenharia de Construção de Subestações, como Diretor de Coordenação, antigo Departamento de Integração Regional, e Membro do Comitê Executivo do Projeto Itaipu, esta última referente à atuação do titular enquanto profissional da Eletrobrás no grupo criado para dar viabilidade aos estudos de construção da referida usina.
2. Série Produção Técnica, dividida em três subséries contendo trabalhos do titular sobre energia nuclear, energia elétrica na América Latina e quanto ao uso de gás natural no Brasil.

Vale ressaltar, no entanto, que esse trabalho não seria necessário se existissem, no momento da aquisição, procedimentos padronizados pré-estabelecidos que se preocupassem com o processo de tratamento do arquivo desde a aquisição, passando pela organização até sua disponibilização para o pesquisador.

É notório, a partir da análise documental do acervo, que muitos desses arquivos pessoais poderiam ter sido organizados de acordo com o contexto de produção dos documentos, uma lógica de organização preconizada pela teoria arquivística. Todavia, a ausência de uma orientação arquivística e de biografias sobre os produtores impossibilitaram esse trabalho, gerando uma série de arranjos temáticos orientados por padrões diversos, o que veremos a seguir.

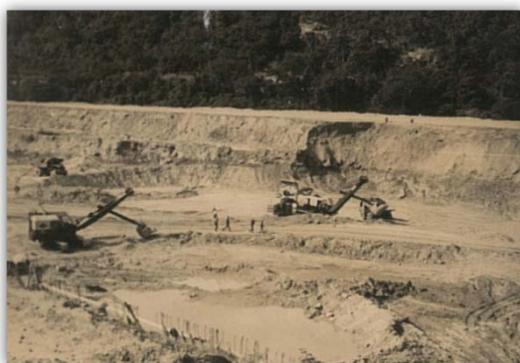
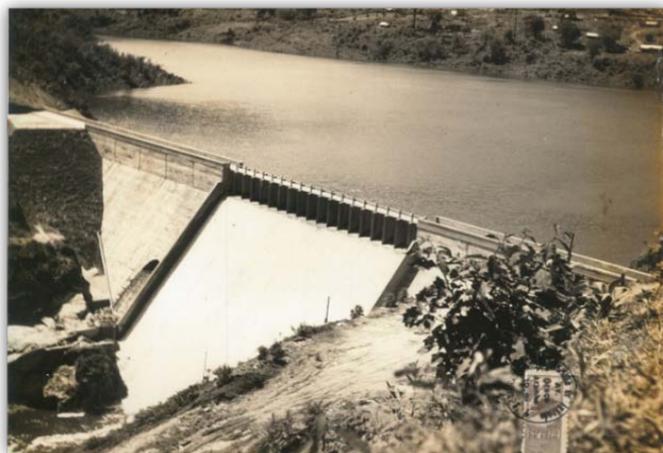
As coleções representam uma grande parcela do acervo de natureza pessoal da Memória da Eletricidade, e podem ser reconhecidas de duas formas: as coleções que possuem documentação reunida sobre determinado tema ou atividade, e as coleções que, devido à ausência de informações sobre o produtor do arquivo, foram organizadas de acordo com o assunto da documentação. Nessa segunda categoria, em alguns casos supostamente é possível pensar em arranjos funcionais. Entretanto, o processo de aquisição e de pesquisa não coletou informações suficientes para um tratamento documental segundo essa premissa.

Podemos citar como exemplo o conjunto documental do engenheiro Cyril Iwanol, composto por documentação referente a projetos de construções de diversas usinas e versando sobre temas ligados à produção e consumo de energia elétrica no Brasil. Não se sabe se a atividade em determinada empresa proporcionou a produção e acumulação desse conjunto, muito menos se os trabalhos técnicos sobre consumo de energia elétrica no país, comuns no arquivo do titular, refletem uma especialização da sua atuação enquanto engenheiro.

O mesmo acontece no conjunto documental de Mario França Ennes, onde recentemente foram encontradas diversas imagens que não estavam inseridas na documentação já organizada. O acervo possui documentos textuais e iconográficos e apresenta um leque de informações diversas, na sua grande maioria sobre construções de usinas, túneis, barragens, entre outras obras produzidas por diversas empresas do setor.

No caso dos documentos textuais, a falta de informações, mesmo que limitadora, não impede a identificação dos documentos e sua inserção em base de dados. Mesmo que não seja possível “reconstruir” a cadeia de produção da documentação, é possível trabalhar com uma identificação e acesso. Todavia, esse mesmo tratamento não é possível com a documentação iconográfica, que muitas vezes possui apenas a imagem do documento como referência.

Figuras 16, 17 e 18: Fotografias do arquivo pessoal Mario França Ennes



Fonte: Acervo Memória da Eletricidade

A primeira fotografia apresenta uma usina já construída, que com o auxílio da documentação textual é possível nortear a pesquisa para a identificação da imagem. As duas últimas fotografias, no entanto, apresentam uma obra ainda no início de suas atividades, o que dificulta sobremaneira o trabalho de identificação e descrição documental.

Casos como esses são extremamente comuns no contexto dos acervos de natureza pessoal da Memória da Eletricidade. Muitos conjuntos identificados como coleções assim o foram por não existir na entidade informações básicas para o reconhecimento da documentação enquanto produto de uma atividade no contexto de atuação de seus titulares. Por outro lado, alguns desses conjuntos apresentam o que comumente é reconhecido enquanto coleção, ou seja, documentos reunidos artificialmente em razão de uma atividade específica, de um tema, e/ou de uma espécie documental.

Um exemplo desses acervos considerados temáticos é o de Cesar Rabello, um conjunto documental composto apenas por fotografias e que apresenta todo o processo de construção de umas das primeiras usinas do século XX no Brasil, na qual o engenheiro foi o principal responsável pela obra. Conhecido também na entidade como a “coleção Piabanha⁴⁷”, esse conjunto doado pelo neto do engenheiro responsável pelo empreendimento foi produzido a pedido do próprio, que pagou um fotógrafo para acompanhar e registrar todo o processo de construção, que levou dois anos para ser concluído.

O acervo de Paulo Silveira Martins, antigo profissional do centro de memória, é um outro exemplo claro de coleção, composta pela reunião de uma tipologia documental específica: cartões-postais. Essa documentação foi colecionada através das viagens do titular, e não possui nenhuma lógica de acumulação ou ligação com a temática da instituição, a documentação reflete apenas o ato do titular do arquivo em adquirir postais dos locais onde ele passava.

Em entrevista, a coordenadora da área faz queixas quanto a algumas dessas aquisições, pois acredita que esses arquivos não acrescentam no quesito informação. Vale ressaltar que em alguns dos conjuntos documentais identificados como coleções ou documentos avulsos não existe sequer uma ligação com a temática da entidade, e que os mesmos só não foram devolvidos devido à ausência de informações suficientes para esse fim.

Por último, os exemplos citados acima são emblemáticos para a caracterização feita nos arquivos pessoais da Memória da Eletricidade. Percebe-se que a formação desse acervo tem um caráter impreciso, ou seja, em alguns casos é perceptível a aquisição a partir de um critério temático e em outros, esse caráter foi completamente ignorado. A impressão que fica é que a composição desse acervo vai variar de acordo com as vontades dos técnicos e dirigentes, impulsionada pela demanda da pesquisa, como o Programa de História Oral que captou uma série de conjuntos documentais para a entidade.

Diante disso, ficou claro ao final do processo que a instituição precisa estabelecer normativas claras quanto às novas incorporações, através de uma política de aquisição que deve ser regimentada e valorizada como um documento de gestão institucional. A acolhida

⁴⁷ Nome da usina construída no início do século XX, com capacidade de geração de 9,000kw o que a colocava, na época, entre as maiores hidrelétricas do Brasil, tornando - se a principal fornecedora de energia do Estado do Rio de Janeiro, abastecendo Petrópolis, Niterói e São Gonçalo.

de acervos deve ser encarada como uma responsabilidade dos dirigentes que estão à frente da entidade de custódia e precisa ser regulada e pensada pelos técnicos e gestores da área responsável pela gestão de acervos da instituição.

5. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO PARA OS ARQUIVOS PESSOAIS DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE

Nesse capítulo será apresentada uma proposta de política de aquisição e descarte para os arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, um instrumento técnico-científico resultante da pesquisa desenvolvida em torno desses conjuntos documentais.

Camargo e Goulart (2015), em sua pesquisa sobre centros de memória, apontaram a dificuldade que esses espaços possuem em formular algum tipo de política, em especial uma política de aquisição.

Os centros de memória enfrentam dificuldades para criar uma política sistemática de recolhimento de informações e documentos sobre as atividades da organização. É unânime a queixa de gestores de que normas e procedimentos não tem sido formalmente estabelecidos, ou seja, não há rotinas a serem seguidas. (CAMARGO E GOULART, 2015, p.72)

Se essa dificuldade é uma realidade em centros de memória que têm como temática a história de uma empresa específica, a problemática se amplia no caso da Memória da Eletricidade, que tem como direcionamento a história de um conjunto de empresas do setor de energia elétrica no Brasil.

Ainda segundo as autoras Camargo e Goulart (2015) sobre o estabelecimento de políticas de aquisição em centros de memória, na maioria dos casos analisados, a ausência desses instrumentos favorece uma acumulação de acervos de acordo com o conhecimento que os profissionais desses espaços possuem sobre determinado tema ou organização.

Pode-se afirmar portanto que não existe uma verdadeira política documental nas organizações analisadas. O recolhimento praticado tem sido, na verdade, fruto do conhecimento que os centros de memória têm das atividades de cada um dos seus setores e do tipo de material que produzem. (CAMARGO E GOULART, 2015, p.73)

Formulada com base na missão e nos objetivos da instituição, uma política de aquisição tem como objetivo principal estabelecer critérios que nortearão o processo de incorporação de acervos documentais. No que tange aos arquivos pessoais, tal política deve orientar as deliberações quanto à pertinência para a aquisição desses acervos tendo como base os seguintes aspectos: linha de acervo, modalidades de aquisição, tipos de acervos (coleções, fundos, documentos avulsos), condições de tratamento, uso e acesso à documentação doada.

Para a elaboração do instrumento em questão, foram analisadas as políticas/diretrizes de aquisição e descarte de cinco instituições: o Centro de Documentação e Memória Maestro Guerra-Peixe; o Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem); o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); a Casa de Oswaldo Cruz; e a Fundação Casa de Rui Barbosa⁴⁸.

As duas primeiras instituições foram escolhidas por serem centros de memória e documentação e por disponibilizarem suas políticas na internet. Suas orientações refletem a intenção colecionadora de um centro de memória através do direcionamento quanto ao desenvolvimento de coleções. As demais representam uma espécie de modelo a ser seguido em termos de diretrizes institucionais voltadas para o processamento técnico de acervos, em especial os arquivos pessoais.

O Centro de Documentação e Memória Maestro Guerra-Peixe está vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Documentação do Paço do Frevo, espaço cultural dedicado à difusão, pesquisa, lazer e formação nas áreas da dança da música do frevo, localizado na cidade do Recife, capital de Pernambuco. Sua Política de Desenvolvimento de Coleções, disponível na internet⁴⁹, apresenta os critérios e subsídios que deverão orientar as atividades de seleção, avaliação, aquisição e manutenção de seu acervo. Como descrito na apresentação da política, o objetivo principal é possibilitar a formação de coleções de acordo com os objetivos da Instituição e dos recursos financeiros disponíveis, “permitindo assim um processo de seleção sistematizado e consistente, e propiciando o crescimento racional e equilibrado das diferentes áreas do acervo”⁵⁰.

Outro centro de memória escolhido foi o da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que tem como objetivo preservar, pesquisar e difundir a memória dos movimentos sociais brasileiros contemporâneos. Sua Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição⁵¹ orienta a entrada, a manutenção e o descarte de acervos na instituição, que tem como viés a história das esquerdas brasileiras e de movimentos sociais e culturais ocorridos no Brasil, durante o século XX.

⁴⁸ Outras instituições que possuem um trabalho semelhante ao que é desenvolvido pela Memória da Eletricidade, como a Fundação Energia e Saneamento de São Paulo, também foram procuradas, porém sem sucesso.

⁴⁹ Disponível em: < <http://www.pacodofrevo.org.br>> Acesso em 13 de fev de 2018.

⁵⁰ <http://www.pacodofrevo.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Pol%C3%ADtica-de-Desenvolvimento-de-Cole%C3%A7%C3%B5es-Centro-de-Documenta%C3%A7%C3%A3o-e-Mem%C3%B3ria-Maestro-Guerra-Peixe.pdf> Acesso em 13 de feve de 2018

⁵¹ Disponível em: <<http://www.cedem.unesp.br/#!/apresentacao/politica-de-desenvolvimento-de-colecoes-e-aquisicao-de-acervos/>> Acesso em 13 de fev de 2018.

A Política de Aquisição e Descarte de Acervos do Museu de Astronomia e Ciências Afins⁵² foi elaborada no âmbito da Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo da instituição, e tem como objetivo orientar a análise e coleta do acervo adquirido. O documento foi dividido em cinco seções específicas que abordam as principais características da entidade e a dimensão do acervo custodiado pela mesma, além das diretrizes estabelecidas para a aquisição e guarda dessa documentação de natureza arquivística, bibliográfica e museológica.

O Programa de Incorporação de Acervos⁵³, desenvolvido pela Casa de Oswaldo Cruz, integra a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da unidade, e objetiva a orientação e identificação para novas incorporações aos acervos.⁵⁴ Assim como o MAST, sua estrutura compreende uma breve análise da instituição custodiadora, assim como a descrição, dimensão e diretrizes de aquisição para cada tipo de acervo, seja ele arquivístico, arquitetônico, urbanístico ou arqueológico da entidade.

As Diretrizes para a Aquisição de Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa⁵⁵ foi elaborada em 2015, tornando-se o instrumento que orienta a entrada de novos acervos na instituição. Assim como nas outras instituições analisadas, são apontados os critérios para aquisição e os procedimentos que devem ser adotados nesse processo.

Partindo para a análise em si, em linhas gerais, a estrutura desses instrumentos é extremamente semelhante. Em todos os casos, estão presentes análises tanto das unidades custodiadoras, quanto dos acervos por elas preservados. Também são estabelecidos os objetivos da política e as diretrizes e procedimentos para a aquisição de documentos.

Outra proximidade está na obrigatoriedade de se estabelecer uma comissão de avaliação para analisar a documentação que poderá ser incorporada ao acervo. Esse grupo, que nem sempre tem o campo de atuação de seus integrantes explicitado, possui por competência a avaliação de todo o processo de incorporação, sempre de acordo com os critérios estabelecidos na política de aquisição e descarte.

⁵² Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf> Acesso em 13 de fev de 2018

⁵³ Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/15276/4/Programa%20de%20incorporao.pdf> Acesso em 13 de fev de 2108

⁵⁴ Segundo consta na apresentação do Programa, por se tratar de documento que abrange acervos diversos (arquitetônico, urbanístico e arqueológico; arquivístico; bibliográfico e museológico), o termo incorporação foi adotado para designar processos que recebem nomenclaturas específicas em cada área.

⁵⁵ Disponível em:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/anexo_Portaria%20_8_%20Diretrizes_para_Aquisicao_de_Acervos_Arquivisticos.pdf Acesso em 13 de jan de 2018

Das políticas analisadas, as únicas que estabelecem critérios específicos para a aquisição de acervos pessoais é a do MAST e a da Casa Rui Barbosa. No primeiro caso, são apresentadas três orientações que devem embasar a análise sobre possíveis incorporações de arquivos pessoais: a importância do titular do acervo e a relevância de sua obra para a história, o conteúdo representativo da atuação profissional do titular, e a capacidade de atribuição de proveniência. Já na Casa de Rui Barbosa, os critérios para aquisição estão diretamente relacionados aos arquivos pessoais, visto que, segundo a sua própria política, a instituição recebe preferencialmente arquivos e coleções privadas de políticos, educadores, historiadores, escritores, juristas pensadores e literatos que tenham desenvolvido atividades que influenciaram a história e a cultura do país.

Um critério também bastante relevante na composição de uma política de aquisição de arquivos pessoais está na possibilidade ou não de descarte. Diferente dos arquivos institucionais que possuem instrumentos para esse tipo de prática, no arquivo pessoal o descarte pode se tornar um procedimento de extrema arbitrariedade. Nas políticas analisadas, excluindo-se a da Fundação Casa de Rui Barbosa, se prevê o descarte de documentos, mas nenhuma delas apresenta especificamente diretrizes para o descarte em arquivos pessoais.

Segundo a política do MAST, por exemplo, para se proceder ao descarte deve-se, primeiramente, realizar uma minuciosa avaliação do acervo para a seleção dos documentos que deverão ser descartados. A instituição reforça que no caso dos arquivos pessoais, em geral, estes já chegam a instituição selecionados, seja pela família que doa ou pelo próprio doador. Nestes casos, os documentos não necessitam de seleção porque somente são encaminhados documentos significativos da vida profissional do cientista. Já nos casos do encaminhamento sem seleção prévia, caberá ao Arquivo de História da Ciência a identificação e a seleção dos documentos de acordo com os seguintes critérios: atribuição de proveniência, pertinência, conteúdo, legibilidade, representatividade do contexto do acervo e número de cópias.

Se pensarmos que uma política de aquisição tem por objetivo regular a incorporação de acervos na entidade de acordo com critérios e procedimentos pré-definidos pela instituição de guarda, a possibilidade de descarte torna-se mínima, e a formulação de diretrizes para isso até mesmo desnecessária.

No que se refere aos arquivos pessoais o estabelecimento dessas medidas levanta minimamente uma série de dúvidas e questionamentos: teria o profissional responsável pelo acervo autonomia para eliminar estes documentos? No âmbito dos arquivos pessoais é possível afirmar que determinada documentação é descartável? Se essas perguntas não foram respondidas de forma afirmativa, podemos concluir que qualquer tipo de descarte num arquivo pessoal deve estar submetido a reflexões mais aprofundadas e critérios extremamente objetivos.



POLÍTICA DE AQUISIÇÃO PARA OS ARQUIVOS PESSOAIS DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE

O presente instrumento foi elaborado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, pela mestranda Amanda Carvalho dos Santos, profissional da Coordenadoria do Centro de Referência da Memória da Eletricidade.

Rio de Janeiro

2018

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO_____	104
2. APRESENTAÇÃO_____	105
3. PRINCIPAIS OBJETIVOS_____	105
4. LINHA DO ACERVO_____	106
5. DESCRIÇÃO DO ACERVO_____	106
6. COMISSÃO DE AVALIAÇÃO_____	107
7. DIRETRIZES GERAIS PARA AQUISIÇÃO_____	108
8. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO_____	109
9. PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO_____	110
10. OBSERVAÇÕES SOBRE O DESCARTE_____	111
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS_____	112

1. INTRODUÇÃO

No contexto das instituições de memória e de preservação do patrimônio documental, a elaboração de diretrizes para a aquisição de acervos pessoais é fundamental para a consolidação de uma política institucional de gestão documental. Além de fornecer subsídios para a tomada de decisão em relação às atividades desenvolvidas, a definição de alguns critérios para a aquisição de documentos em uma instituição de memória será o ponto de partida para a composição de seu acervo e a correta aplicação do trabalho interno de tratamento documental, que vai desde a aquisição até o acesso a essa documentação.

Por essa razão, o presente documento visa regularizar o processo de aquisição de acervos arquivísticos do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade por meio de critérios, diretrizes e procedimentos que orientem a análise e a aquisição do acervo.

Essa política, elaborada através de uma pesquisa desenvolvida do âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), visa, sobretudo, facilitar o trabalho atualmente desenvolvido pelos profissionais da área de documentação da Memória da Eletricidade, além de direcionar as próximas aquisições da entidade, que pretende, no ano de 2018, estabelecer um programa de recuperação de acervos pessoais de personalidades do setor de energia elétrica.

2. APRESENTAÇÃO

A Memória da Eletricidade é uma entidade cultural sem fins lucrativos, instituída em 1986 por iniciativa das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e com o apoio de outras empresas do setor. Seu principal objetivo é a preservação da história da implantação e do desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, afim de evidenciar a importância da energia elétrica como fator de interposição nas áreas econômica, política e cultural e como marco no desenvolvimento de todas as esferas da vida social do país

Para tal, constitui-se em uma das atividades permanentes da entidade o tratamento técnico de acervos produzidos e acumulados por personalidades do setor, de modo que se tenha pleno controle físico dos mesmos e seja facilitado o acesso às informações neles contidas.

Atualmente, o centro de memória tem sob sua guarda um substancial acervo de procedência pessoal, e pretende, no decorrer de suas atividades, ampliar esse patrimônio documental tendo como base as orientações desenvolvidas na presente política, que irão auxiliar, sobretudo, o profissional do Centro de Referência da Memória da Eletricidade na tomada de decisão quanto às novas incorporações de arquivos pessoais para a entidade.

3. PRINCIPAIS OBJETIVOS

1. Orientar a aquisição de conjuntos documentais de procedência pessoal em consonância com a linha de acervo da instituição e com suas linhas de pesquisa;
2. Estabelecer critérios e formas para a incorporação do acervo de procedência pessoal;
3. Manter uma consonância entre a formação do acervo com a missão institucional da entidade;
4. Dar transparência e seriedade ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão;

4. LINHA DE ACERVO

A linha de acervo da Memória da Eletricidade está diretamente relacionada a sua linha de trabalho, que tem como temática, além do processo geral de implantação e desenvolvimento da eletricidade no país, o histórico de empresas, órgãos, empreendimentos e a trajetória de personalidades que marcaram o setor de energia elétrica, bem como alguns assuntos específicos e relevantes, cuja análise contribui para a compreensão do papel desempenhado pela energia elétrica na formação do Brasil contemporâneo.

5. DESCRIÇÃO DO ACERVO

A documentação que constitui o acervo de arquivos pessoais da Memória da Eletricidade engloba os gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro, audiovisual, e digital, em qualquer tipo de suporte e forma, e pode ser caracterizada das seguintes formas:

- a) Arquivos Pessoais: documentos provenientes da trajetória profissional de engenheiros e técnicos de empresas, órgãos ou empreendimentos do setor de energia elétrica e que contribuíram para o processo de evolução da eletricidade no país.
- b) Coleções Temáticas: documentos reunidos com base em uma temática específica relacionada direta ou indiretamente à história da energia elétrica.
- c) Documentos Avulsos: documentos únicos, apartados do seu contexto de produção e acumulação, mas relevantes para a história da implementação do setor de energia elétrica no Brasil

6. COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Qualquer incorporação ou descarte de arquivos pessoais deve ser analisado por uma Comissão de Avaliação, composta por membros da Memória da Eletricidade, em especial da Coordenadoria do Centro de Referência, área responsável pela guarda e tratamento do acervo documental da entidade.

Seguem abaixo as diretrizes para composição da Comissão:

- a) A Comissão de Avaliação será composta por membros da Coordenadoria de Referência da Memória da Eletricidade, e deverá ser aprovada pelo Diretor-Executivo da instituição;
- b) A Comissão de Avaliação deverá ter entre 3 a 5 membros efetivos, entre eles o Coordenador do Centro de Referência da Memória da Eletricidade;
- c) A Comissão de Avaliação deverá ter, no mínimo, um arquivista, um historiador e um especialista em conservação;
- d) De acordo com as especificidades de cada acervo a ser analisado, poderão ser convidados especialistas de outras áreas para elaboração de um parecer técnico sobre determinado conjunto documental.

O objetivo da Comissão de Avaliação é analisar a relevância da trajetória profissional do titular do acervo e de sua documentação para a história da energia elétrica no Brasil a partir das seguintes orientações:

- a) Importância do engenheiro ou profissional do setor elétrico e de sua obra para a história da evolução da energia elétrica no país;
- b) Se o conteúdo da doação representa a atuação e trajetória do titular no setor de energia elétrica, ou se contribui para o entendimento de algum aspecto da história da eletricidade;
- c) Capacidade de atribuição de proveniência.

7. DIRETRIZES GERAIS PARA AQUISIÇÃO

O acervo arquivístico da Memória da Eletricidade está voltado para a produção documental proveniente do setor da eletricidade no Brasil. Dessa forma, compreende os arquivos pessoais produzidos por profissionais do setor de energia ou por personalidades que possuam significativa participação nesse campo de atuação.

A incorporação desses conjuntos documentais deve, obrigatoriamente, obedecer às seguintes premissas:

- a) O acervo a ser incorporado deve estar em consonância com a missão e objetivos da Memória da Eletricidade, e de acordo com a linha de acervo da instituição;
- b) A aquisição de todo e qualquer acervo deve ser analisado por uma Comissão de Avaliação, composta por membros da equipe do Centro de Referência da Memória da Eletricidade, e aprovado pela Diretoria-Executiva da instituição.
- c) A Memória da Eletricidade deve verificar, antes da aquisição, que o acervo disponibilizado para custódia não tenha sido ilegalmente obtido pelos proprietários;
- d) A instituição não poderá receber acervos de proveniência desconhecida ou duvidosa;
- e) Toda incorporação ao acervo deverá passar por um processo de aquisição que culminará na formalização da doação através de um contrato e/ou termo de recolhimento.
- f) Toda aquisição de acervos deve ser precedida de um levantamento de informações a respeito da procedência e acumulação dos documentos;
- g) As incorporações só serão possíveis através de doação ou compra, sendo a primeira opção a mais indicada.

- h) Deve-se manter o conjunto documental integrado mesmo que separado por motivos de tratamento.
- i) Uma Comissão de Avaliação deve analisar a viabilidade de espaço físico para guarda do arquivo a ser doado, e se a instituição possui recursos humanos e materiais necessários para o tratamento da documentação.

8. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

O processo de aquisição de acervos deve ser realizado prioritariamente pela Comissão de Avaliação da Coordenadoria do Centro de Referência com o apoio, quando necessário, de outros profissionais da instituição. Para tal, deve-se considerar os seguintes critérios:

- a) Não há uma restrição cronológica para aquisição;
- b) Apenas serão aceitos conjuntos documentais em bom estado de conservação;
- c) Somente serão recebidos documentos cuja proveniência e procedência sejam comprovadas;
- d) Não há restrição quanto ao suporte documental;
- e) Não há restrição quanto ao gênero documental, sendo aceitos conjuntos documentais textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais e digitais;
- f) Privilegia-se a incorporação de arquivos pessoais, sendo permitida a aquisição de coleções temáticas e documentos avulsos desde que aprovados pela Comissão de Avaliação;

- g) Só serão aceitos documentos avulsos quando estes fizerem parte de algum conjunto documental já custodiado pela Memória da Eletricidade ou dependendo do seu potencial valor histórico e de pesquisa, a ser definido pela Comissão;
- h) Documentos bibliográficos e museológicos devem ser incorporados desde que tenham relação orgânica com o conjunto documental;
- i) Somente serão recebidos conjuntos arquivísticos originais;

9. PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

O processo de aquisição de documentos abrange uma série de atividades que serão conduzidas majoritariamente pela Coordenadoria do Centro de Referência da Memória da Eletricidade, com o apoio de outras coordenadorias da entidade, quando necessário.

A aquisição de arquivos pessoais só poderá ser feita através de doação ou compra.

- Doação: processo de aquisição formalizado através de cessão gratuita e voluntária realizada por pessoa ou família.
- Compra: aquisição de um conjunto documental mediante pagamento com valor prefixado e com aprovação do ato pela diretoria executiva.

Os gastos para a transferência do acervo doado até a sede da Memória da Eletricidade serão analisados caso a caso. No entanto, os técnicos da Coordenadoria do Centro de Referência devem, se possível, supervisionar todo o processo de transferência, garantindo assim a integridade e conservação do acervo transferido.

Por fim, é imprescindível que toda e qualquer doação seja formalizada mediante assinatura de um Contrato de Doação, prevendo direitos e deveres da Memória da Eletricidade em relação ao conjunto documental doado.

Segundo o que é previsto nas diretrizes gerais desse instrumento, os procedimentos necessários para a aquisição de arquivos pessoais devem seguir as seguintes etapas:

- a) Carta de intenção da doação;

- b) Visita dos técnicos da instituição ao local onde o acervo está armazenado. Nessa visita, serão ajustados todos os procedimentos necessários para a doação e dimensionados o volume, o potencial informativo e o estado de conservação do acervo. Essas informações deverão ser registradas em relatório;
- c) Preenchimento de ficha contendo as seguintes informações básicas: identificação do acervo, procedência, proveniência e quantificação.
- d) Listagem completa do acervo produzida pelo seu atual responsável, que passará por uma conferência ao chegar na Memória da Eletricidade. Caso o responsável pelo acervo não possa elaborar a listagem supracitada, será necessário que o mesmo assine um termo de responsabilidade, outorgando aos profissionais da instituição essa incumbência após a chegada do acervo na instituição;
- e) Entrega de um currículo do titular do acervo, e/ou qualquer tipo de documentação complementar que auxilie no processo de identificação do produtor e de seu arquivo;
- f) Reunião de informações acerca da história arquivística do acervo doado. Esse procedimento poderá ser feito através de uma entrevista com o doador;
- g) Conferência completa do acervo ao chegar na sede da Memória da Eletricidade, visando a elaboração de um inventário preliminar do arquivo, que será anexado ao contrato de doação;
- h) Formalização da doação através de um contrato entre a Memória e o titular do arquivo ou seus representantes legais, no prazo máximo de 30 dias corridos após a chegada do acervo na entidade. O mesmo prazo é válido para a assinatura do Termo de Recolhimento, no caso de acréscimos de documentos em acervos já custodiados pela instituição.

10. OBSERVAÇÕES SOBRE O DESCARTE EM ARQUIVOS PESSOAIS

Todo e qualquer descarte em arquivos pessoais deve ser previamente analisado e autorizado pela Comissão de Avaliação, e só deverá acontecer em casos excepcionais quando forem identificadas as seguintes adversidades:

- a) Quando o alto grau de danificação não permitir a visualização e identificação do teor informativo do documento;
- b) Quando o número de cópias for igual ou superior a três vias;

Quando a documentação estiver fora da linha de acervo da Memória da Eletricidade, ou quando a mesma não tiver condições adequadas para sua conservação e manutenção, a instituição poderá oferecer, através de doação, todo o conjunto documental passível de descarte para outras instituições congêneres capazes de preservá-lo e que possam estar interessadas na sua aquisição. Um procedimento que deve ser comunicado previamente ao doador do arquivo.

Caso a instituição não encontre um novo local de guarda para o acervo, o mesmo deverá ser mantido com a instituição, isto é, não podem ser eliminadas ou descartadas em nenhuma hipótese, visto que as doações recebidas pela Memória da Eletricidade são de total responsabilidade da instituição.

Todo o processo de descarte, seja a eliminação de documentos ou a transferência de um acervo para outra instituição, deve ser registrado e arquivado em caráter permanente.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão avaliados pela Comissão de Avaliação da Memória da Eletricidade.

Essas diretrizes deverão ser analisadas a cada 5 anos ou sempre que houver necessidade de revisão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial da presente pesquisa foi analisar os arquivos pessoais da Memória da Eletricidade entendendo além de sua composição e história arquivística, a configuração desses acervos quando inseridos no contexto de um centro de memória. No entanto, no decorrer desse percurso identificou-se um déficit no processo de aquisição dessa documentação, o que levou a pesquisa a uma nova finalidade: a elaboração de uma política de aquisição para os acervos pessoais da instituição.

O caráter colecionador do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, a inexistência de uma política de aquisição na instituição, e de diretrizes que norteassem o tratamento arquivístico, resultaram na constituição de um acervo com conjuntos documentais variados que se acumularam na entidade.

No que tange especificamente aos arquivos pessoais, a ausência de parâmetros definidos pela Memória da Eletricidade para receber esses documentos foi um fator determinante para a composição dos mesmos. A informalidade da entrada dos conjuntos documentais na instituição e a fragmentação da documentação relegaram a maioria desses acervos ao insulamento.

Dentro dessa perspectiva, com o processo de caracterização dos arquivos pessoais ficou claro que a instituição possui uma seleção temática pré-definida que regula a aquisição de acervos na entidade - uma seleção onde questões arquivísticas não se impõem. É o caso dos arquivos que foram separados ou divididos no momento da custódia, uma divisão que ocorre não só internamente, como o caso do arquivo pessoal do John Reginald Cotrim, mas também de maneira definitiva dividindo um arquivo entre duas instituições de custódia, como o que ocorreu com o arquivo pessoal do Octávio Marcondes Ferraz.

Para além da análise da Memória da Eletricidade e do papel da instituição enquanto espaço de custódia de acervos arquivísticos, a pesquisa buscou apresentar a relação conceitual entre arquivos e centros de memória, e a problemática do tratamento documental desses acervos quando inseridos nessas instituições, em especial os arquivos pessoais. Tendo essas informações como base, foi realizado um trabalho de caracterização do acervo de arquivos pessoais da entidade, primeiramente com a análise da trajetória arquivística desses conjuntos documentais, das formas de aquisição, do tratamento aplicado aos mesmos, e das distintas configurações, usos e significados dessa documentação, para então

propor ao final da pesquisa, a construção de um instrumento que auxilie o trabalho desenvolvido atualmente pelo centro de memória.

Em resumo, ao longo desses dois anos de pesquisa, buscou-se compreender e apresentar não apenas a relação conceitual entre arquivos e centros de memória, mas também a problemática da organização arquivística nessas instituições. Considerando que, na maioria dos casos, os documentos de arquivo prevalecem sobre os demais na composição dos centros de memória, torna-se clara a necessidade de uma política de tratamento específica para esses documentos. A produção de instrumentos de controle que direcionem o processamento técnico desses acervos, desde o momento da aquisição, também é fundamental para que os mesmos não percam seus vínculos e contextos. E para tal, os centros devem contar, sobretudo, com uma equipe profissional interdisciplinar e especializada, que compreenda as especificidades de tratamento de cada uma das unidades de registro que compõe os acervos inseridos nesse cenário.

Entender como se configuram os arquivos pessoais do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, e principalmente o processo de aquisição e tratamento desses conjuntos documentais, se faz imprescindível para dar continuidade à organização dos mesmos e, conseqüentemente, para o completo entendimento do potencial informativo que esses conjuntos possuem. Portanto, a pesquisa buscou traçar a história dessa composição, analisando as condições que levaram a constituição desse acervo e as práticas de tratamento adotadas.

Por fim, ao final do trabalho foi possível uma ampliação dos objetivos previstos no início da pesquisa, com a conclusão não de um, mas de dois produtos técnicos: a descrição de todos os arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, um instrumento que irá auxiliar no trabalho desenvolvido pela instituição nesses acervos, e na produção de uma Política de aquisição, o que como foi previsto, irá auxiliar nas futuras incorporações ao acervo de procedência pessoal.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jorge Felipe. **Existir em bits: gênese e processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão e seus desafios à teoria arquivística**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação Gestão de Documentos e Arquivos, Rio de Janeiro, 2017.
- ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- ALTIMEYER, Helen Yara. **Centro Histórico Mackenzie: memória institucional**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Centro de Educação, Filosofia e Teologia (CEFT), São Paulo, 2016.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 31, 2011.
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BAHIA, Raphael. A “imersão arqueológica” no arquivo pessoal de **Benedito Toledo dos Santos: uma tentativa de reconstrução de sua história arquivística**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Arquivologia, Rio de Janeiro, 2016.
- BARBANTI, Cristina Hilsdorf. **Representação e recuperação da informação em centros de memória**. 2015. 77 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BARBANTI, Cristina Hilsdorf; LIMA, V. M. A.; FRANCELIN, M.M. **O tratamento da informação em centros de memória: arquivos, bibliotecas e museus**. São Paulo: PPGCI ECA/USP, 2015.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-208, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função. O documento de arquivo como informação e testemunho. In: _____. **Arquivo, estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, p. 329-344, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 5-18, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Reconsiderando os arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.76-84, jul./dez. 2013.

BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). **Patrimônio e Memória**. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, v.3, n.1, 2007, p.112.

BEVILACQUA, Gabriel Moore. **Arquivos em Museus: apontamentos a partir da experiência do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo**. In: Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa, 1, São Paulo, 2010. São Paulo: MAC/USP, 2010, p. 155-166.

BHERING, Mario. [Carta] 8 jul. 1986, Rio de Janeiro [para] MELLO, Tullio Romano Cordeiro. Rio de Janeiro. 2f.

BICALHO, Lucinéia Maria. Centro de memória da farmácia: uma experiência interdisciplinar. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 14, 2013.

BORREGO, Maria Cristina Santos e MODENESI, Simone. Centros de Memória Institucionais: métodos, procedimentos, ferramentas e tecnologia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 14, n. 20, 1º sem. 2013.

MIRANDA, Janete. [Carta] 27 set. 1990, Rio de Janeiro [para] BARROSO, Orcélia. Rio de Janeiro. 1f.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3, 2007, Salvador. Disponível em: <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf> Acesso em: 10 jan. 2018.

CAMARGO, Ana Maria. GOULART, Silvana. **Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória. Uma proposta de definição**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p.26-39, jul./dez. 2009.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p 21-44.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1999.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O Legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais**. 2015. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Guia de Coleções Pessoais**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2016.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Regimento Interno**. 4.ed. Rio de Janeiro, 1998.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Estatuto**. 7.ed. Rio de Janeiro, 2014.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Estatuto**. 1.ed. Rio de Janeiro, 1986.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1998.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial**. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão; Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. Os centros de documentação e memória da Unesp. O Centro de Documentação e Memória (Cedem). In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 79-84, 1999.

COX, Richard J. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras reflexões e reconsiderações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CUNHA, Olívia. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

CUNHA, Olívia. Do ponto de vista de quem. Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p.7-32, 2005.

DEPARAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO. **Manual de Organização de Arquivos Pessoais**. Fiocruz/COC: Rio de Janeiro, 2015.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Centro de memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

DOUGLAS, Jennifer. Ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2016.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.49-64, jan./jun. 1994.

FIGUEIREDO, Miriam Collares. **Da memória dos trabalhadores à memória Petrobras: a história de um projeto**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Rio de Janeiro, 2009.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v. 11, n. 21, p. 59-88, 1998.

FRAIZ, Priscila. **Coleções em arquivos, museus e bibliotecas: uma abordagem arquivística**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998.

GOMES, Clausi Maria do Porto; VENÂNCIO, Renato Pinto. **As instituições memoriais como unidades de informação: um estudo dos centros de memória da UFMG**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2017. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/3515>>. Acesso em: 10 maio 2018.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

GOULART, Silvana. Centros de Memória: substancia e funções no mundo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Preservação, acesso, e difusão: desafios para instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos Pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVACAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2016.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal. Reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2016. p. 303-329.

HOBBS, Catherine. The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. **Archivaria**, [S.l.], p. 126-135, fev. 2001.

LE GOFF, Jacques. **Documento / Monumento**. In: _____. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson. **Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um centro de memória**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

LOPEZ, André P. Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVACAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MAWAKDIYE, Alberto. História para contar: grandes corporações estão investindo em centros de memória e de documentação. **Problemas Brasileiros**, Belo Horizonte, n. 413, set./out. 2012.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo (SP): EDUNESP/FAPESP, 1999. p. 11-30.

MILLAR, Laura Agnes. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-162, jan./jun., 2015.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos Privados e Interesse Público: Caminhos da patrimonialização documental**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MONTEIRO, Fernanda. A relação conceitual entre arquivos e centros de memória. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 5-18, jan./jun., 2015.

MONTEIRO, Fernanda. Acervos do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: metodologias de organização Arquivística. In: CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Encontros de Memória**: palestras proferidas no I Encontro Nacional Sobre Preservação de Memória no Setor de Energia Elétrica I Preserva.ME. Rio de Janeiro, 2016. p. 19-22.

MOTTA, Bruna Gisele. **Construção da memória a partir dos lugares, instituições e documentos**: um estudo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antão Jorge do Santuário Nacional de Aparecida. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e Pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**. v. 12, n.2, jul/dez. 2013, p. 28-51

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges. **Arquivos Pessoais, arquivos de memória e processos de indexação**. 2009, 161f. Dissertação (Mestrado) PPHPBC-CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro 2009.

OLIVEIRA, Eliane Braga. **O conceito de memória na Ciência da Informação**: análise dos programas de pós-graduação no Brasil. 2010. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OTT, Fernanda. **Os centros de documentação e memória criados por empresas privadas no Brasil das décadas de 1990 e 2000 e o caso gerdau**: a construção de patrimônio, memórias e identidades. 2014. Dissertação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. Enciclopédia Einaudi, v.1 História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.51 – 86.

RIBAS, Elisabete Marin. Reunindo histórias: o arquivo do IEB e seus fundos pessoais ou Não é pessoal, são negócios – por uma política dos arquivos pessoais. In: **Arquivo Pessoais experiências, reflexões, perspectivas**. CAMPOS, José Francisco Guelfi. (Org.) Associação de Arquivistas de São Paulo: São Paulo, 2017.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005

SANTOS, Elian. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; SILVA, Maria Celina Soares de. **Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A Arquivística e os Arquivos Pessoais de Cientistas. **Registro**, Indaiatuba, n.5/6, p. 44-53, 2007.

SCHELLEMBERG, Theodore. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 849-861, 2015.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos de museus: características e funções. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, p. 35-47, 2013.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Reorganização de fundo: uma experiência em arquivo pessoal de cientista. In: SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; SILVA, Maria Celina Soares de. **Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SILVA, Armando B. Malheiro da. Abordagem aos arquivos familiares e pessoais como sistemas de informação. **Arquivo & Administração**. v. 3, n. 1/2, p.22-50. jan./dez. 2004.

SILVA, Vanderli Maria da. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SMIT, Johanna W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado. 2002.

TESSITORE, Viviane. Arquivos, centros de documentação e de memórias: perfis institucionais e funções sociais. In: **Arquivo Pessoais experiências, reflexões, perspectivas**. CAMPOS, José Francisco Guelfi. (Org.) Associação de Arquivistas de São Paulo: São Paulo, 2017.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr. 2011.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana Quillet. **Arquivos Pessoais: Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica de acumulação em arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10/14 n. 2, 1986.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. **Obrigação, controle e memória. Aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas**. 2011. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18.

APÊNDICE A

GUIA DO ACERVO DE ARQUIVOS PESSOAIS DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE

1. Título: Alberto Mario Cotrim Rodrigues Pereira

Dimensão e suporte: 5 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1959

Procedência: documentação doada em 30 de março de 1992 pelo próprio titular. Possui contrato de doação.

Organização: concluída

Conteúdo: reprodução de documentos em papel fotográfico referentes à doação de sesmaria e explicando a origem da denominação da localidade onde se encontra instalada a referida Usina Termelétrica de Barra do Pirai.

Sistema de Arranjo: Não possui

Condição de acesso: sem restrição

2. Título: Altino Ventura Filho

Dimensão e suporte: 0,7 metros lineares de documentação textual (½ caixa)

Data-Limite: 1987 – 1994

Procedência: segundo informações dos profissionais da Coordenadoria de Pesquisa, os documentos doados pelo titular em decorrência do depoimento dado ao Programa de História Oral da Memória da Eletricidade no âmbito do Projeto "Energia elétrica como fator de integração regional", em 2003.

Organização: concluída

Conteúdo: são ao todo 15 documentos referentes à produção técnica do titular e de terceiros e relatórios referentes à sua atuação como chefe de Departamento na Eletrobras, principalmente no projeto de cooperação técnica Brasil-Argentina para o aproveitamento hidrelétrico de Guarabi.

Sistema de Arranjo: o arquivo possui duas séries: Chefe do Departamento de Geração da Eletrobras, dividida nas subséries “Cooperação técnica Brasil-Argentina”, e “Convênio ELETROBRAS-AYE” e série Produção Técnica, dividida nas subséries “Publicações do Titular” e “Publicações de Terceiros”.

Condições de acesso: sem restrição

3. Título: Alvarino de Araújo Pereira

Dimensão e suporte: 0,7 metros lineares de documentação textual e 134 itens iconográficos (diapositivos).

Data-Limite: 1982 - 1984

Procedência: documentos doados pelo titular em outubro de 1990. Não possui contrato formalizando a doação, apenas uma carta da instituição agradecendo o titular o envio de parcela do seu arquivo pessoal.

Organização: concluída

Conteúdo: são documentos produzidos no contexto de atuação do titular no setor elétrico brasileiro em duas companhias distintas: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, onde participou do processo de construção do Complexo de Paulo Afonso, e dispendo sobre o Código de Águas, enquanto Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE.

Sistema de Arranjo: o conjunto foi dividido em duas séries intituladas Atuação na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e Direção do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Condições de acesso: sem restrição

4. Título: Antônio Carlos Bastos

Dimensão e suporte: 0,98 metros lineares documentação textual (7 caixas box) e 15 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1935 – 1982

Procedência: não existe registro de entrada na instituição.

Organização: concluída

Conteúdo: Grande parte da documentação é composta de estudos técnicos produzidos por diversos autores abordando temas sobre política tarifária, sistema elétrico internacional, mercado nacional de energia elétrica, regulamentação do setor, entre outros.

Sistema de arranjo: são ao todo 11 séries documentais estruturadas de acordo com os assuntos da documentação, visto que não existe nenhum registro de entrada, nem uma biografia do titular.

Condições de acesso: sem restrição

5. **Título:** Antonio Dias Leite

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares de documentação textual (1 caixa box)

Data-Limite: 1965 - 2007

Procedência: os documentos foram doados pelo próprio titular em fevereiro de 2012, juntamente com uma vasta documentação de natureza bibliográfica.

Organização: concluída

Conteúdo são documentos textuais referentes à atuação profissional do titular no processo de reestruturação dos setores elétrico e mineral, e sua produção técnica sobre pesquisas geológicas e tecnológicas.

Sistema de Arranjo: o conjunto possui duas séries documentais intituladas “Atuação no Ministério de Minas e Energia” e “Produção Técnica”.

Condições de acesso: sem restrição

6. **Título:** Antônio José Santoro Pinto Osório

Dimensão e suporte: 1 documento textual, 17 fotografias e 43 diapositivos.

Data-Limite: 1980

Procedência: sem registro de entrada na instituição

Organização: concluída

Conteúdo: documento textual referente ao projeto Macundu, que tem por finalidade sugerir medidas alternativas de fornecimento de energia elétrica para a localidade de Macundu, situada no município de Rio Claro. Os diapositivos são compostos por 43 cromos que registram as etapas de execução do Programa de Eletrificação nas favelas, aplicado na favela da Chácara em Del Castilho e favela Rio Piraquê em Pedra de Guaratiba. Conjunto com 17 fotografias da linha de transmissão ligada à Usina Hidrelétrica Ilha dos Pombos e da usina Hidrelétrica de Sapucaia.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

7. **Título:** Benedito Dutra

Dimensão e suporte: 0,84 metros lineares de documentação textual (6 caixas) e 93 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1939 - 1990

Procedência: sem registro de entrada na instituição. No relatório anual da Memória da Eletricidade de 1996, consta a aquisição desse conjunto naquele período.

Organização: concluída

Conteúdo: grande parte da documentação compreende o período do titular como diretor de Furnas e como Secretário-Geral do Ministério de Minas e Energia. O conjunto também possui uma vasta documentação técnica com estudos elaborados por ele e por outros técnicos do setor, além de conjuntos fotográficos sobre a construção de usinas hidrelétricas da região sudeste do país.

Sistema de Arranjo: são ao todo 8 séries. Série B. Dutra e Cia Ltda – Série Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – Série Companhia Energética de Minas Gerais – Série Centrais Elétricas Brasileiras – Série Furnas Centrais Elétricas – Série Ministério de Minas e Energia – Série Outras Atividades – Produções Técnicas com as subséries: energia elétrica, petróleo, mineração e álcool.

Condições de acesso: sem restrição

8. Título: Benedito Toledo dos Santos

Dimensão e suporte: 2,24 metros lineares de documentação textual (16 caixas box)

Data-Limite: 1973 – 1992

Procedência: não possui registro de entrada na instituição.

Organização: parcialmente concluída O conjunto documental foi inserido no sistema, mas o arranjo ainda não foi desenvolvido devido à ausência de informações sobre o titular do acervo.

Conteúdo: a maioria dos documentos refere-se às atividades realizadas no âmbito da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEEB, mas também de outras empresas do setor de mineração e do Ministério de Minas e Energia – MME.

Sistema de Arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

9. Título: Carlos Alberto Pavão

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares de documentação textual (1 caixa)

Data-Limite: 1951 – 1996

Procedência: Não possui registro de entrada na instituição.

Organização: parcialmente concluída

Conteúdo: são documentos contendo informações sobre o consumo, distribuição e geração de energia elétrica no país no período de 1950 a 1990, e documentos produzidos no âmbito do Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica (SIESE).

Sistema de arranjo: devido à ausência de informações sobre o titular, foi produzido um quadro de arranjo por assunto. São ao todo duas séries documentais: série Mercado Nacional de Energia Elétrica e série Projeto SIESE.

Condições de acesso: sem restrição.

10. Título: Alberto Roscoe

Dimensão e suporte: 21 itens documentais (impressões de fotografias)

Data-Limite: 1959 - 1965

Procedência: sem registro de entrada na instituição. Apenas recentemente o envelope foi identificado e inserido na lista para tratamento documental.

Organização: não realizada

Conteúdo: imagens impressas e plastificadas, originalmente digitalizadas. Não foram inseridas no sistema. São ao todo 21 imagens registrando a inauguração da usina de Furnas e grupos de engenheiros na Escola de Engenharia de Minas e na Sociedade Mineira dos Engenheiros.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: restrito

11. Título: Cesar Rabello Cotrim

Dimensão e suporte: 347 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1906 a 1908

Procedência: conjunto documental doado pelo neto do titular em 1988. O contrato de doação foi assinado em 1992.

Organização: concluída.

Conteúdo: fotografias do processo de construção da usina hidrelétrica de Piabanha (nome oficial UHE Alberto Torres), no início do século XX.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição.

12. Título: Cláudio Júdice

Dimensão e suporte: 0,28 metros lineares de documentação textual

Data-Limite: 1963 – 1986

Procedência: não possui registro de entrada na instituição.

Organização: concluída parcialmente. Sem quadro de arranjo definido.

Conteúdo: documentação referente à construção de Usinas Hidrelétricas na região norte do país e de estudos de aproveitamento hidrelétrico nos rios da Amazônia.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

13. Título: Cyril Iwanow

Dimensão e suporte: 0,42 metros lineares de documentação textual e 380 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1949 - 1988

Procedência: conjunto documental doado em dezembro de 2015 por familiares do titular. Possui contrato de doação.

Organização: parcialmente concluída. Inserção de dados no sistema sem quadro de arranjo.

Conteúdo: são projetos de construções de diversas usinas e documentos tecendo sobre temas ligados a produção e consumo de energia elétrica no Brasil.

Sistema de arranjo: documentação variada, não foi possível produzir um quadro de arranjo devido à falta de informações sobre o titular.

Condições de acesso: sem restrição

14. Título: Ennio Maurer

Dimensão e suporte: 1/2 caixa box

Data-Limite: 1956

Procedência: o titular possui como único registro de entrada uma ficha contendo dados do doador, Luiz Maurer, filho do titular, datada em 27 de junho de 2000.

Organização: foi concluída a inserção das informações do documento no sistema.

Conteúdo: projeto para construção da Usina Hidroelétrica de Blang, no Rio Grande do Sul.

Sistema de arranjo: não se aplica

Condições de acesso: sem restrição

15. Título: Fabio Teivelis

Dimensão e suporte: 3,36 metros lineares de documentação (24 caixas), 260 itens iconográficos (fotografias), e 07 documentos digitais (CD'S).

Data-Limite: não identificada

Procedência: doação realizada em 2016 pelo próprio titular.

Organização: aguardando tratamento

Conteúdo: são contratos, relatórios, artigos, cartas, entre outros documentos referentes à atuação profissional do titular no setor elétrico. A documentação é bastante variada e ainda não foi analisada pelos técnicos da instituição.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: restrito até que o arquivo esteja organizado.

16. Título: Fernando Perrone

Dimensão e suporte: 1,4 metros lineares de documentação textual e documentos digitais

Data-Limite: não identificada

Procedência: doação realizada em 2016 pelo próprio titular.

Organização: aguardando tratamento

Conteúdo: documentação variada ainda não analisada pelos técnicos da instituição.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: restrito até que o arquivo esteja organizado.

17. Título: Flávio Henrique Lyra

Dimensão e suporte: 0,98 metros lineares de documentação textual (7 caixas)

Data-Limite: 1922 - 1986

Procedência: carta da Memória da Eletricidade agradecendo doação, datada em 16 de outubro de 1991. O titular fazia parte do Conselho Consultivo da Memória da Eletricidade

Organização: concluída

Conteúdo: a documentação corresponde ao período de Flavio Henrique Lyra na Central Elétrica de Furnas, onde trabalhou em diversos projetos de construção de usinas e implantou, sob a sua supervisão, as Usinas de Furnas, Marimbondo, Santa Cruz e Funil, além da preparação dos trabalhos da usina termonuclear Angra I. O acervo também dispõe de 35 itens iconográficos. São dois conjuntos fotográficos, um referente às obras da Usina Hidrelétrica de Furnas, e outro sobre os testes de vazão realizados na Usina Hidrelétrica Estreito, situada ao norte do estado de São Paulo.

Sistema de arranjo: os documentos textuais foram ordenados em 4 séries. São elas, série Companhia Energética de Minas Gerais; série Furnas Centrais Elétricas, com as subséries Documentos Administrativos, Documentos Técnicos e Energia Nuclear; série Relações Internacionais e série Estudos Técnicos.

Condições de acesso: sem restrição

18. Título: Fortunato Peixoto Netto

Dimensão e suporte: 31 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1955 - 1960

Procedência: doação realizada pelo próprio titular em 26 de março de 1992, e formalizada através de contrato.

Organização: concluída

Conteúdo: conjunto de 31 fotos da construção da tubulação de adução da UHE Paranoá.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

19. Título: Gabriel Capistrano Costa e Silva

Dimensão e suporte: 2 álbuns fotográficos

Data-Limite: não identificada

Procedência: sem registro de entrada na instituição

Organização: não realizada

Conteúdo: álbuns familiares. A procedência e motivação da doação não foram identificadas. Será avaliada a possibilidade de devolução do conjunto à família do titular do arquivo.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: restrito

20. Título: Germano Seidl Vidal

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares de documentação textual (1 caixa box)

Data-Limite: 1972 - 1989

Procedência: possui carta que encaminha a doação referente ao arquivo pessoal do titular, em 7 de maio de 200.

Organização: parcialmente concluída. Estão sendo realizadas pesquisas para identificação da biografia do produtor do arquivo.

Conteúdo: documentos referentes à atuação do titular na empresa Itaipu Binacional. Desde a estrutura organizacional da empresa à tomada de preços para obras de construção da usina de Itaipu.

Sistema de arranjo: não possui.

Condições de acesso: sem restrição

21. Título: Henrique Brandão Cavalcanti

Dimensão e suporte: 0,7 metros lineares de documentação textual (½ caixa box)

Data-Limite: 1965 - 1975

Procedência: Não possui registro de entrada na instituição.

Tipos documentais: Relatórios, estudos técnicos, notas, cartas, ofícios, portarias

Organização: Parcialmente concluída.

Conteúdo: São ao todo três dossiês, um com nomeações do titular, e os outros dois com estudos realizados pelo mesmo para a construção de usinas e sobre preservação ambiental.

Sistema de arranjo: Não possui

Condições de acesso: sem restrição

22. Título: Henrique Couto Ferreira Mello

Dimensão e suporte: 1,4 metros lineares de documentação textual (10 caixas) e 18 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1968 - 1996

Procedência: sem registro de entrada na instituição.

Organização: concluída

Conteúdo: a coleção reúne correspondências, relatórios, estudos, projetos, entre outros documentos referentes à atuação de Henrique Mello em várias missões internacionais para aquisição de equipamentos destinados a projetos de geração de energia elétrica; e de sua atuação como secretário no Comitê de Coordenação, Integração, Planejamento e Engenharia – CIPEM. Grande parte da documentação veio ordenada em dossiês que tratam de atividades relacionadas à cooperação técnica entre o Brasil e outros países, como Inglaterra, França, Angola e Rússia. O arquivo também conta com um conjunto de imagens da visita de Cesar Cals⁵⁶, ministro de minas e energia na época, à Companhia de Eletricidade de Manaus – CEM.

Sistema de arranjo: os documentos textuais foram ordenados em 3 séries: Missões Internacionais, Comitê de Coordenação, Integração, Planejamento e Engenharia, e Eventos.

⁵⁶ Cesar Cals foi um militar, engenheiro eletricitista, engenheiro civil, professor, empresário e político brasileiro que exerceu as funções de governador do Ceará entre 1971 e 1975, Senador da República entre 1979 e 1987 e Ministro de Minas e Energia entre 1979 e 1985.

23. **Título:** John Reginald Cotrim

Dimensão e suporte: 12,74 metros lineares de documentação textual (91 caixas) e 222 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1945 - 1997

Procedência: a documentação que compreende o acervo de John Cotrim foi doada à instituição em dois momentos. A primeira doação foi realizada por Heitor Mendes Gonçalves, em maio de 1996, e a segunda em outubro de 2011, por Antônio Carlos Salmito. Os documentos passaram por uma identificação inicial onde suas informações foram inseridas em base de dados. O tratamento arquivístico de todo o conjunto documental teve início no ano de 2015.

Organização: concluída

Conteúdo: grande parte da documentação corresponde à atuação de John Reginald Cotrim nos projetos de construção e manutenção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e nas negociações do acordo tripartite Itaipu-Corpus, que tinha como objetivo equacionar os problemas na utilização dos recursos hídricos do rio Paraná. O arquivo também conta com uma vasta documentação sobre a fundação da Usina Hidrelétrica de Furnas e sobre a atuação do titular como presidente da Companhia. Já as imagens referem-se ao período do titular como presidente e fundador de Furnas e de sua atuação na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. São fotografias de visitas às obras de usinas hidrelétricas, reuniões da diretoria de Itaipu Binacional, e da participação do titular em eventos.

Sistema de arranjo: os documentos textuais foram ordenados em 11 (onze) séries: Furnas Centrais Elétricas, com as seguintes subséries: Fundação da Usina, Gestão Administrativa, Angra I, e Associação dos Aposentados de Furnas; Central Hidrelétrica De Itaipu, com as seguintes subséries: Sete Quedas, Projeto Itaipu, Obras civis, e Projeto Corpus; Participação de Conselhos Empresariais com as seguintes subséries: Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras, Conselho de Administração da Internacional Engenharia, Conselho de Administração da Light Serviços de Eletricidade; e Conselho de Administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Conferencia e Conselho Mundial de Energia; Participação em Projetos com as seguintes subséries: Programas de História Oral e Publicação de Livros; Revisão Institucional do Setor Elétrico; Produção Intelectual, com as seguintes subséries: Artigos Publicados e

Documentos Manuscritos; Estudos Técnicos, contendo estudos e publicações sobre o setor elétrico brasileiro; Eventos; Documentos Particulares e Homenagens.

Condições de acesso: sem restrição

24. Título: Jorge Oscar de Mello Flores

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares de documentação textual (1 caixa box) e 106 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1953 - 1991

Procedência: não possui registro de entrada na instituição

Organização: concluída Documentação reduzida, não cabe quadro de arranjo.

Conteúdo: documentos sobre os estudos realizados pelo titular para o aproveitamento hidrelétrico no Rio Paraíba, no estado do Rio de Janeiro.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

25. Título: José Antônio Muniz Lopes

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares de documentação textual (1 caixa)

Data-Limite: 1980 - 2006

Procedência: doação realizada pelo próprio titular, em abril de 2011, contendo também documentos de natureza bibliográfica. Possui contrato de doação.

Organização: Concluída

Conteúdo: o acervo é pequeno em relação à vasta atuação profissional de José Antônio Muniz Lopes no setor elétrico brasileiro que perdura até os dias atuais. Grande parte da documentação corresponde a projetos de construção e operação de usinas na região norte do Brasil, incluindo as Usinas de Belo Monte, Tucuruí e Marapá, onde o titular atuava na Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

Sistema de arranjo: os documentos textuais foram ordenados em 2 (duas) séries: Centrais Elétricas do Norte do Brasil e Documentos Técnicos.

26. Título: José Carlos Sili Salomão

Dimensão e suporte: 225 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: não identificada

Procedência: não possui registro de entrada na instituição

Tipos documentais: fotografias

Organização: aguardando tratamento

Conteúdo: doação de fotografias produzidas para a Eletrobras e repassadas para a Memória da Eletricidade. Essa informação estava escrita no envelope em que as fotografias estavam armazenadas.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: restrita até a finalização do tratamento documental.

27. Título: José Lourenço de Almeida Costa

Dimensão e suporte: 0,7 metros lineares de documentação textual (½ caixa) e 4 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1912 - 1979

Procedência: possui como registro, uma carta do doador Joalbo Figueiro Barbosa, encaminhando a doação do titular, datada de 30 de maio de 1986.

Organização: concluída

Conteúdo: são ao todo 9 documentos textuais, entre eles, documentação pessoal e de assentamento funcional do titular e publicações sobre leis e contratos da Companhia Linha Circular e Trilhos Centrais. O conjunto também possui 4 fotografias do titular e personalidades do setor de energia elétrica baiano no interior da Usina Termelétrica Graça e na barragem da Usina Hidrelétrica Bananeiras.

Sistema de arranjo: não possui.

Condições de acesso: sem restrição

28. Título: José Marcondes Brito de Carvalho

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares de documentação textual e 23 itens iconográficos (fotografias).

Dimensão: 1963 - 1983

Procedência: sem registro

Organização: concluída

Conteúdo: reúne documentos técnicos referentes à participação do titular em grupos de trabalho para utilização de recursos energéticos em usinas geradoras que compõem o sistema elétrico interligado brasileiro, incluindo a Usina Hidrelétrica Itaipu.

Sistema de arranjo: os documentos foram ordenados em 3 séries: Grupo de Trabalho Sete Quedas; Grupo Coordenador para Operação Interligada; e Comissão Mista de Operação da Usina Hidrelétrica Itaipu.

Condições de acesso: sem restrição

29. Título: José Mauro Vasconcelos

Dimensão e suporte: 18 itens iconográficos (postais)

Data-Limite: sem data

Procedência: sem registro de entrada

Organização: identificada e aguardando inserção no sistema.

Conteúdo: 18 postais retratando a Fábrica de Tecidos de Bangu, fundada no dia 6 de fevereiro de 1889 com o nome de Companhia Progresso Industrial do Brasil.

Sistema de arranjo: não aplicável

Condições de acesso: sem restrição após a inserção no sistema.

30. Título: José Pacheco Veiga

Dimensão e suporte: 12 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1954 - 1964

Procedência: não possui registro de entrada na instituição. Doador deu um depoimento para a Memória em 1988.

Organização: concluída

Conteúdo: documentação reduzida contendo imagens do titular enquanto Diretor geral da DNAEE, e de usinas hidrelétricas.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

31. Título: Joubert Diniz

Dimensão e suporte: 4,48 caixas de documentação textual (32 caixas box)

Data-Limite: sem definição

Procedência: carta do próprio titular encaminhando doação em 14 de julho de 1999.

Organização: em tratamento.

Conteúdo: ainda não foram encontradas informações sobre a atuação profissional do titular.

Sistema de arranjo: em construção

Condições de acesso: restrito até o final da organização.

32. Título: Léo Amaral Penna

Dimensão e suporte: 1,96 metros lineares de documentação textual (14 caixas) e 238 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1913 - 1983

Procedência: não possui registro de entrada na instituição.

Organização: concluída

Conteúdo: grande parte da documentação abrange o período de atuação de Léo Amaral Penna como engenheiro, diretor e presidente na Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras e também sua atuação na Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras onde, como Diretor de Planejamento e Engenharia, foi coordenador de diversos estudos

energéticos em diversas regiões do país. O arquivo também possui diversos conjuntos fotográficos, são ao todo 236 fotografias e dois negativos referentes à atuação de Léo Amaral Penna como Diretor de Planejamento da Eletrobras; imagens das visitas às obras das usinas hidrelétricas de Mascarenhas de Moraes, Sobradinho e Peixoto; fotografias do titular em eventos diversos.

Sistema de arranjo: os documentos textuais foram ordenados em 13 (treze) séries. Atuação na Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, com as subséries: Engenheiro, Diretor e Presidente; Atuação na Companhia Brasileira de Energia Elétrica; Atuação na Companhia Paulista de Força e Luz; Atuação na Companhia Força e Luz de Minas Gerais; Atuação na Companhia Força e Luz do Paraná; Atuação na Companhia Central Brasileira de Força Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras, com as subséries: Documentos Administrativos e Estudos Energéticos; Atuação na Companhia Hidrelétrica de São Francisco; Participação de Conselhos e Comissões, com as subséries: Comissão da Indústria de Material Elétrico e Comitê Brasileiro de Grandes Barragens; Produção Técnica; Participação em Eventos; Documentos Pessoais e Recortes de Jornais.

Condições de acesso: sem restrição

33. Título: Lucas Lopes

Dimensão e suporte: 3,5 metros lineares de 25 caixas de documentação textual e documentos iconográficos (104 fotografias).

Data-Limite: 1960 - 1983

Procedência: o contrato de doação foi assinado em 1997 pelo filho do titular do acervo.

Organização: concluída

Conteúdo: o conjunto documental faz referência à trajetória da vida do titular e suas atividades profissionais no setor elétrico brasileiro. Além de incluir diversos gêneros e suportes, possui uma gama de informações substanciais para entender a história econômica e política brasileira entre as décadas de 1950 e 1970, onde Lucas Lopes atuou de forma significativa no setor de eletricidade e como político ao lado do ex-presidente Juscelino Kubitscheck.

Sistema de arranjo: São ao todo 14 séries documentais.

Atuação na Rede Mineira de Viação / Secretário de Estado / Coordenador do Plano de Eletrificação de Minas Gerais / Ministro de Estado / Atuação Nas Centrais Elétricas de Minas Gerais / Participação em Comissões Regionais e Nacionais / Atuação no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico / Participação em Conselhos / Docência / Atuação Na Hanna Mining / Produção Técnica / Vida Privada / Homenagens / Memórias

Condições de acesso: sem restrição

34. Título: Luiz Alberto Ordonez Daniel

Dimensão e suporte: 0,7 metros lineares de documentação textual e 19 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1947 - 1973

Procedência: não possui registro de entrada na instituição.

Organização: concluída

Conteúdo: toda a documentação foi produzida no período de atuação do titular na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). O conjunto possui apenas um documento textual de 120 páginas produzido pela Comissão de Integración Electra Regional (CIER) dispendo sobre critérios para a seleção de sistemas de telecomunicações entre os países da América do Sul e imagens da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

35. Título: Luiz Carlos Menezes

Dimensão e suporte: 0,7 metros lineares de documentação textual (½ caixa)

Data-Limite: 1976 -1998

Procedência: não possui registro de entrada na instituição.

Organização: concluída

Conteúdo: o conjunto possui uma documentação extremamente diversa. São documentos referentes à participação do titular em eventos, artigos desenvolvidos pelo mesmo e documentos comprobatórios sobre sua trajetória profissional.

Sistema de arranjo: os documentos foram ordenados em 4 séries, Informações Profissionais, Participação na Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, Produção Intelectual e Participação em Eventos.

Condições de acesso: sem restrição

36. Título: Mario Brandi Pereira

Dimensão e suporte: 0,7 metros lineares de documentação textual (½ caixa)

Data-Limite: 1965 -1966

Procedência: Não possui registro de entrada

Organização: Concluída

Conteúdo: grande parte da documentação foi produzida e acumulada na gestão do Mario Brandi como diretor na Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (Chevap), o resto da documentação dispõe sobre assuntos diversos como construção de usinas hidrelétricas de diferentes companhias, Plano de Eletrificação da Centrais Elétricas Fluminenses e convite para eventos.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

37. Título: Mário França Ennes

Dimensão e suporte: 0,28 metros lineares de documentação textual (2 caixas) e 229 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1946 a 1966

Procedência: Folha de Informação da Memória da Eletricidade sobre a doação realizada pelo filho do titular, datada de março de 1990.

Organização: Parcialmente concluída

Conteúdo: são documentos textuais e iconográficos sobre construções de usinas, túneis, barragens, entre outras obras produzidas pelo setor elétrico brasileiro.

Sistema de arranjo: não possui devido à ausência de informações sobre o produtor do arquivo

Condições de acesso: sem restrição

38. Título: Mário Mendes de Oliveira Castro

Dimensão e suporte: 2,8 metros lineares de documentação textual (20 caixas) e 1.639 itens iconográficos (fotografias).

Data-Limite: 1929 a 1986

Procedência: Contrato de doação assinado pelo próprio titular em março de 1992.

Organização: Concluída

Conteúdo: São ao todo 8 séries documentais com documentos técnicos referentes a trajetória do titular em empresas particulares e estatais, entre elas a Eletrobras, onde atuou como coordenador do Grupo de Usinas Hidrelétricas e coordenou a Diretoria de Coordenação da empresa. O arquivo também é composto por uma série de álbuns fotográficos contendo imagens de obras de usinas e imagens aéreas referentes a estudos de aproveitamento hidrelétrico em diversas regiões do país e do exterior.

Sistema de arranjo: Série Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, com; Série Atividades na empresa M.R. Soares; Série Atuação na Poletti; Série Atuação na Engevix; Série Atuação na Eletrobras; Série Vida familiar; Série pequenas Centrais Hidrelétricas; Série Produção Técnica.

Condições de acesso: sem restrição

39. Mario Penna Bhering

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares de documentação textual (1 caixa)

Data-Limite: 1952 - 2003

Procedência: documentos doados a instituição em dois momentos distintos, em 2000 pelo próprio titular, e em 2015 por sua filha, Alida Bhering.

Tipos documentais: cartas, relatórios, estudos, discursos, depoimentos, contratos, atas, entre outros documentos referentes à trajetória profissional do titular.

Organização: primeira doação concluída. Segunda doação ainda não foi tratada.

Conteúdo: grande parte da documentação compreende o período do titular atuando como presidente e consultor das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS, entre os anos de 1968 e 2003. Através de viagens para o exterior estabeleceu a cooperação no setor de energia entre o Brasil e a iniciativa privada de países como Suíça e Itália; e promoveu o Plano de Recuperação Setorial da Companhia. Destacam-se ainda assuntos como energia nuclear e discursos realizados em eventos diversos.

Sistema de arranjo: o conjunto foi ordenado em 5 (cinco) séries. Série Atuação na Companhia Energética de Minas Gerais; Série Atuação na Centrais Elétricas Brasileiras, com as subséries Presidente e Consultor; Série Produção Intelectual; Série Memória da Eletricidade e Série Recortes de Jornais.

Condições de acesso: sem restrição

40. Título: Mauro Moreira

Dimensão e suporte: 1,96 metros lineares de documentação textual (14 caixas box)

Data-Limite: 1966 a 1995

Procedência: não possui registro de entrada na instituição.

Organização: concluída

Conteúdo: o arquivo foi dividido em 2 séries baseadas nos vínculos documentais encontrados na documentação. São documentos referentes à atuação do titular como coordenador da Eletrobras e de sua atuação em outras empresas enquanto coordenador da estatal, e de estudos produzidos pelo mesmo sobre energia elétrica, energia nuclear e produção e uso de gás natural no Brasil.

Sistema de Arranjo: O arranjo possui duas séries. Série Atuação na Eletrobras, dividida nas subséries Chefe do Departamento de Engenharia de Construção de Subestações, Diretor de Coordenação e Membro do Comitê. E série Produção Técnica, dividida em três subséries contendo trabalhos do titular sobre energia nuclear, energia elétrica na América Latina e quanto ao uso de gás natural no Brasil.

Condições de acesso: sem restrição

41. Título: Mauro Thibau

Dimensão e suporte: 1,96 metros lineares de documentação textual (14 caixas box) e 350 itens de documentação iconográfica (fotografias)

Data-Limite: 1942 -1972

Procedência: Carta agradecendo a doação datada de agosto de 1991.

Organização: Incompleta. Foi realizado apenas um inventário identificando a documentação.

Conteúdo: O arquivo de Mauro Thibau foi organizado na década de 1990 por assuntos. Ao chegar à instituição, a documentação encontrava-se dividida em conjuntos definidos tematicamente, uma classificação que foi mantida, a priori, devido à publicação do inventário do arquivo, e deve passar por uma nova fase de organização futuramente.

O arquivo engloba 336 conjuntos documentais datados de 1942 a 1972, e 350 fotografias, a maior parte referente à gestão de Mauro Thibau no Ministério de Minas e Energia, entre abril de 1964 e março de 1967. Este período é também o que congrega o maior número de documentos textuais, correspondendo a mais da metade de seu total.

O arquivo dispõe também de 320 fotografias referentes à trajetória profissional, acadêmica e pessoal de Mauro Thibau. Grande parte das imagens corresponde ao período do titular como ministro de Minas e Energia em diversas viagens e participações em eventos, incluindo fotografias de Mauro Thibau visitando obras para construção de usinas em todo o país.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

42. Título: Natércio Pereira

Dimensão e suporte: 0,98 metros lineares de documentação textual (7 caixas)

Data-Limite: 1954 a 1978

Procedência: Possui contrato de doação assinado em 03 de abril de 1992.

Organização: Concluída

Conteúdo: o arquivo reflete a trajetória profissional do titular. Grande parte dos documentos está relacionada ao período de atuação do engenheiro na Eletrobras como chefe do Departamento de Supervisão de Empresas, e como chefe de departamento das duas primeiras subsidiárias da Eletrobrás: Furnas e Chesf.

Sistema de arranjo: o arquivo foi dividido em cinco séries: Supervisão de Empresas Subsidiárias da Eletrobras; Atuação profissional na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Atuação profissional em Furnas; Participação em Eventos; e Produção técnica de terceiros.

Condições de acesso: sem restrição

43. Título: Newton Carvalho

Dimensão e suporte: 22 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1988 a 1995

Procedência: não possui registro de entrada na instituição.

Organização: concluída Documentação identificada e inserida no sistema.

Conteúdo: imagens da vista interna e externa da casa de força, do canal de fuga, da barragem e do canal de adução da Usina Hidrelétrica Itapecuruzinho.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

44. Título: Norberto Medeiros

Dimensão e suporte: 0,56 metros lineares de documentação textual (4 caixas box)

Data-Limite: 1922 a 1985

Procedência: não possui registro de entrada na instituição

Organização: concluída

Conteúdo: documentação reflete parcela reduzida da trajetória arquivística do titular. Grande parte da documentação compreende o período do titular como diretor da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

Sistema de arranjo: o arquivo foi ordenado em 3 (três) séries: Produção Intelectual; Atuação na Centrais Elétricas Brasileiras com as subséries: Administração e Participação em Eventos; e Atuação na Itaipu Binacional.

Condições de acesso: sem restrição

45. Título: Norgest Wiest

Dimensão e suporte: 2 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1988

Procedência: não possui registro de entrada na instituição

Organização: concluída Inserção no sistema

Conteúdo: 2 fotografias da vista geral da subestação Canoinhas da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), após a ocorrência de uma nevasca.

Sistema de arranjo: não se aplica

Condições de acesso: sem restrição

46. Título: Octávio Marcondes Ferraz

Dimensão e suporte: 0,28 metros lineares de documentação textual e 52 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1953 a 1964

Procedência: Documentos doados por Antônio Fancinatto. Possui contrato assinado em março de 1992.

Organização: Concluída

Conteúdo: a documentação compreende o período do titular como diretor técnico da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), e sobre as negociações para compra das subsidiárias da Amforp pela Eletrobras. O conjunto ainda dispõe de 12 fotografias do

processo de construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I; uma fotografia pessoal do titular no período de sua gestão no ministério da viação e obras públicas; e um álbum fotográfico com 39 imagens referentes à cerimônia de posse de Otávio Marcondes Ferraz na presidência da Eletrobras.

Sistema de arranjo: o arquivo foi arranjado em 2 séries. Série Usina Hidrelétrica Paulo Afonso e Série Centrais Elétricas Brasileiras.

Condições de acesso: sem restrição

47. Título: Paulo Silveira Martins

Dimensão e suporte: 74 itens iconográficos (cartão-postal)

Data-Limite: sem data

Procedência: doados pelo titular, que foi diretor da instituição, mas sem registro de entrada.

Organização: Não inserida no sistema

Conteúdo: Coleções de postais

Sistema de arranjo: não se aplica

Condições de acesso: restrito até a identificação e inserção dos postais no sistema

48. Título: Paulo Soares Vilhena Brandão

Dimensão e suporte: 0,14 metros de documentação textual (1 caixa)

Data-Limite: 1968 a 1970

Procedência: possui contratado de doação assinado em março de 1992

Organização: concluída

Conteúdo: documentos relacionados à solicitação de verbas, proposta de aumento e capital, ações, entre outras questões financeiras, produzidas pelo titular para diversas empresas do país. O conjunto também conta com documentação referente a análises realizadas sobre a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição.

49. Título: Paulo Azevedo Romano

Dimensão e suporte: 1,54 metros lineares de documentação textual (11 caixas box) e 7 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1865 a 1997

Procedência: documentos doados pelo próprio titular em 2000.

Organização: Concluída

Conteúdo: documentos referentes à trajetória profissional de Paulo Azevedo Romano no âmbito político e empresarial do setor elétrico brasileiro. Grande parte da documentação compreende o período do titular no Ministério de Minas e Energia e no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o qual foi fundador. A coleção apresenta também uma participação substancial do engenheiro na Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias do Serviço Público (Conesp) cujo objetivo era negociar a compra das subsidiárias brasileiras da Amforp e da Bepco. O acervo também dispõe de 7 fotografias, duas retratando a UHE de Tucuruí, e cinco fotografias das usinas da Companhia Paulista de Força e Luz.

Sistema de arranjo: os documentos textuais foram ordenados em 5 séries. Ministério de Minas e Energia, com as subséries: Estudos Técnicos e Fiscalização de Empresas Concessionárias de Energia Elétrica; Departamento de Tarifas da Diretoria de Gestão Empresarial da Eletrobras; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias do Serviço Público; e Participação em consultorias, pesquisas e assistências técnicas, com as subséries: Itaipu Binacional, Usina Nuclear, Salto Sete Quedas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil, e Centrais Elétricas Brasileiras.

Condições de acesso: sem restrição

50. Título: Pedro Luiz Murgel Taveira

Dimensão e suporte: 4 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1970 a 1979

Procedência: Possui contrato de doação assinado em março de 1992.

Organização: Concluída inserção no sistema

Conteúdo: conjunto de 4 fotografias da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa.

Sistema de arranjo: não se aplica

Condições de acesso: sem restrição

51. Título: Renato Feliciano Dias

Dimensão e suporte: 196 itens iconográficos (fotografias e cartões-postais)

Data-Limite: 1987 a 1990

Procedência: possui contrato de doação assinado em março de 1992.

Organização: concluída

Conteúdo: imagens diversas de exposições e fachadas de museus, como o da Siemens e Museu do Transporte e da Técnica. Além de imagens de usinas hidrelétricas diversas.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

52. Título: Roberto Brochado

Dimensão e suporte: 0,42 metros lineares de documentação textual (3 caixas)

Data-Limite: 1971 a 1995

Procedência: documentos doados pelo próprio titular. No entanto, o contrato de doação só foi assinado em 2015, por Izaura Martins Brochado, viúva de Roberto Brochado.

Organização: concluída

Conteúdo: reúne diversos trabalhos e relatórios técnicos sobre curvas de carga, estrutura tarifária, projeção de mercado, entre outros assuntos referentes ao setor elétrico brasileiro.

Sistema de arranjo: os documentos textuais foram ordenados em 6 (seis) séries. Participação em Grupos de Trabalho, que se divide em duas subséries, Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas (GCPS), e Grupo Dnaee-Eletrabras; Eventos; Produção Técnica; Comissão de Integração Elétrica Regional; e Serviços Técnicos.

53. Título: Rodolfo Barbieri

Dimensão e suporte: 0,42 metros lineares de documentação textual (3 caixas)

Data-Limite: 1963 a 1975

Procedência: não possui registro de entrada na instituição

Organização: concluída.

Conteúdo: documentos sobre a montagem da Usina Termoelétrica do Pôrto, localizada em Pelotas, Rio Grande do Sul, pela Companhia Pelotense de Eletricidade; e da transferência dos equipamentos da Usina de Mucuripe (Fortaleza -CE) para realização das obras.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

54. Título: Ronaldo Moreira da Rocha

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares de documentação textual

Data-Limite: 1964 a 1980

Procedência: o contrato de doação foi assinado em 2012 pelo próprio titular.

Organização: concluída

Conteúdo: documentos referentes à trajetória profissional do titular na Eletrobras, CAEEB e na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Sistema de arranjo: os documentos foram ordenados em 3 (três) séries funcionais: Diretor de Administração da Eletrobras; Presidente da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras; e Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Condições de acesso: sem restrição

55. Título: Romulo de Moraes Andrada

Dimensão e suporte: 11 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1982

Procedência: acervo doado pelo próprio titular em 1988.

Organização: Concluída

Conteúdo: Conjunto com 11 fotografias do vertedouro da usina e rio Paraná da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

56. Título: Sérgio Santana

Dimensão e suporte: 0,7 metros lineares de documentação textual e 2 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1976 a 1982

Procedência: não possui registro de entrada na instituição.

Organização: concluída.

Conteúdo: cópias de recortes de jornais e folheto referentes ao bondinho instalado na Rua das Flores, em Curitiba, no dia 27 de outubro de 1973, e que funciona como espaço de recreação infantil. Possui duas fotografias do bondinho.

Sistema de arranjo: não possui

Condições de acesso: sem restrição

57. Título: Tulio Romano Cordeiro de Mello

Dimensão e suporte: 2,94 metros lineares de documentação textual e 66 itens iconográficos (fotografias)

Data-Limite: 1957 a 2002

Procedência: documentos doados a instituição pelo próprio titular, devido à falta de um contrato de doação, o mesmo foi providenciado em 2015, tendo como doadora a filha do titular do acervo, Liliana Neves Cordeiro de Mello.

Conteúdo: documentos referentes à atuação profissional e intelectual de Tullio Romano Cordeiro de Mello no setor elétrico brasileiro. Grande parte da documentação corresponde à atuação do titular como diretor e presidente da Light, onde participou do processo de estatização e privatização da Companhia e de sua atuação na reestruturação do setor elétrico, através de análises e considerações sobre mudanças na legislação e projetos que visavam à reorganização do setor. O acervo também dispõe de 66 itens iconográficos. São conjuntos fotográficos referentes à visita realizada pela diretoria da Light e da Brascan às dependências da Usina Hidrelétrica Fontes após sua inundação, e fotografias do superintendente geral da Light Rio, Antônio de Almeida Neves, em diversos momentos de sua atuação profissional.

Organização: Concluída

Sistema de arranjo: os documentos textuais foram ordenados em 6 (seis) séries: Gestão Administrativa; Participação em Conselhos; Serviços de Consultoria, Reestruturação do Setor Elétrico; Academia Nacional de Engenharia; e Documentos Avulsos.

Condições de acesso: sem restrição

APÊNDICE B

Entrevistada: Solange Balbi

Ex-coordenadora do Centro de Referência da Memória da Eletricidade.

AC – Solange, fala um pouco sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional até a entrada da Memória da Eletricidade?

SB – Eu fiz faculdade de História na Universidade Federal Fluminense, entrei em 1976 e me formei em 1981, com a pretensão de trabalhar na área da pesquisa. E dentro da universidade eu tive duas experiências de estágio, uma com o José Honório Rodrigues, historiador, brasileiro, que me chamou para trabalhar num projeto para elaboração de um índice para uma coleção de livros na Biblioteca Nacional, o Almanaque Brasileiro Garnier. Essa experiência me chamou a atenção para a área de indexação, de como algumas informações importantes nem sempre estavam disponíveis por não contar com instrumentos de acesso. Já minha segunda experiência foi em um arquivo de Niterói com a professora Ismênia⁵⁷, um acervo da época do império. Esse foi meu primeiro contato com a documentação primária, o que me deixou extremamente fascinada com aquele trabalho que era desenvolvido, a possibilidade de você poder tocar naquela documentação, a proximidade com a fonte histórica. Foi quando eu comecei a achar que meu caminho não era bem pesquisa histórica, mesmo que isso na época ainda não tivesse muito claro. Foi então que aconteceu minha entrada no Arquivo nacional na área de documentação, e isso me deu a convicção em trabalhar com acervos. E foi uma experiência maravilhosa. Trabalhei com acervos sonoros e depois com documentação escrita. Participei da coordenação da mudança do Arquivo Nacional, o que foi uma vivência única. Foi algo fantástico, mudar um arquivo daquela magnitude inteiro de lugar. Foi de uma complexidade e envolvimento monumentais. Enfim, eu trabalhei até 1985 lá, com o acervo produzido pelo próprio Arquivo Nacional ao longo de sua história, entendendo e acompanhando tudo o que se referia a métodos de trabalho da própria instituição e das questões arquivísticas no país.

Mesmo sendo uma experiência muito rica, onde eu tive a oportunidade de trabalhar no audiovisual também, eu comecei a sentir necessidade de vivenciar outras experiências. Na

⁵⁷ Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em História do Brasil com ênfase no 2º Reinado e na 1ª República, e no campo da história socio-econômica. Trabalha principalmente com os temas relacionados a história fluminense, imigração e gênero.

época, o Arquivo Nacional já era uma grande instituição, mas carente de recursos para implementar a amplitude de suas atribuições. Foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar nesse Centro de Memória que a Eletrobras estava constituindo.

AC – Então você acompanhou todo esse decurso de constituição da Memória da Eletricidade desde o início? Como foi esse processo?

SB – Sim, acompanhei. A Eletrobras estava criando um centro de memória, e eles foram em várias instituições buscando profissionais que pudessem trabalhar nesse projeto. Foram diversos profissionais pinçados de diversas instituições e que de janeiro de 1986 até 1989 trabalharam para consolidação da instituição. Vale um adendo que no setor elétrico já existia, com sucesso, o centro de memória da Eletropaulo⁵⁸, coordenado pela Celia Camargo⁵⁹, e que tinha uma repercussão grande no setor elétrico, era uma inovação naquele período, e que incentivou outras empresas do setor a pensarem nesses espaços de memória, mesmo que de forma muito embrionária. Poderia ser um museu ou um centro de referência, ou só uma biblioteca. Era algo que estava começando ainda. No meio empresarial não tinha bem definida essa questão de memória e acervo.

Então, voltando para o processo de constituição da Memória, o primeiro estatuto da instituição se baseou na experiência da Eletropaulo, inclusive quem elaborou o estatuto foi a própria Célia Camargo em parceria com o Renato Feliciano que também vinha UFF naquela época, e que acabou coordenando a área de pesquisa da instituição.

O que seria então a Memória da Eletricidade? Ela teria uma área de pesquisa uma de comunicação e o centro de referência, além do um setor administrativo. Se discutiu muito naquela época se cabia o recolhimento de acervos tanto de empresas quanto dos luminares do setor. Com base principalmente na experiência e na vivência do CPDOC⁶⁰ deu-se início a um projeto de coletas de entrevistas, ou seja, de história oral, com os profissionais do setor, como engenheiros, diretores de empresas, etc. que tinham uma experiência grande no setor elétrico, que tinham participado de sua trajetória e que dariam seus depoimentos, uns de vida e outros de trajetória profissional. Em termos de documentação, os profissionais

⁵⁸ A Eletropaulo foi uma empresa estatal de distribuição de energia elétrica localizada em São Paulo.

⁵⁹ Célia Reis Camargo é doutora em História pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de preservação do patrimônio cultural. Atua principalmente sobre os seguintes temas: memória social, patrimônio cultural, história contemporânea do Brasil, história política e centros de documentação, com ênfase para os acervos arquivísticos.

⁶⁰ O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

envolvidos na definição das finalidades institucionais questionavam: como a Eletrobras passaria a recolher e se responsabilizar por acervos do setor elétrico do país inteiro? Simplesmente não fazia sentido guardar o acervo de empresas do setor, com sede em outros estados, aqui no Rio de Janeiro, como por exemplo a CELPA, que é do Para. Era uma documentação que fazia muito mais sentido ser mantida lá, do que transferida para cá, no Rio. Então chegou-se à conclusão que essas pessoas do setor forneceriam seus depoimentos para recontar a história da energia elétrica no país desde a presença estrangeira, passando pelo início do processo de urbanização, a estatização, e por aí vai, sem pensar na guarda de documentos a princípio. Foi só no meio desse processo que decidiu-se receber os acervos particulares dessas personalidades, das participantes do projeto de história oral, mas não os acervos institucionais.

Com um pouco mais de tempo, mais para conhecer a trajetória do setor, que tinha processos extremamente complexos, começou a se pensar mais concretamente na documentação produzida pelas empresas do setor. Isso se deu pela complexidade de estrutura e funcionamento dessas empresas, vou dar um exemplo: uma empresa estrangeira que tinha sede no Brasil, que era uma empresa privada, mas que prestava um serviço público, e que em determinado momento passa por um processo de estatização onde todo seu patrimônio é incorporado. Esse é um processo extremamente complexo e de extrema importância para a história do setor. Surgiu então a necessidade de compreender mais a fundo como ocorriam essas questões e para isso foi necessário se aprofundar mais nesse universo de documentação. Enfim, surgiu uma demanda de se conhecer melhor o setor elétrico através da sua documentação, o que culminou no projeto Guia de Fundos Documentais do Setor de Energia Elétrica, justamente para dar conta dessas questões todas de mudanças, estatizações de empresas, etc. E, vale ressaltar que as próprias empresas não tinham noção da importância histórica do material que possuíam. Não atentavam ainda para a importância disso. Foi nesse momento que a área de documentação começou a ganhar corpo.

AC – E como se deu a entrada de acervos na instituição?

SB – Isso começou primeiramente com os acervos particulares. Em paralelo, as empresas começaram a demandar visitas técnicas às suas sedes, com o objetivo de se elaborar um diagnóstico da situação de seus acervos permanentes, o que passou a ser uma rotina nossa. Ao mesmo tempo em que começava a chegar à instituição acervos provenientes dos entrevistados no projeto de história oral. Nós tivemos uma receptividade boa de alguns, mas

de outros nem tanto. Tem até uma coisa bem curiosa, muitos profissionais não queriam doar o seu acervo porque tinham medo de morrer em seguida. (risos) Para alguns, doar o acervo significava no dia seguinte estar no obituário. Seria um passo significativo em direção a eternidade... Aí começava aquele discurso: “não.... pode deixar que eu vou cuidar dos meus documentos direitinho, com o maior cuidado, mas só depois que eu morrer a minha família faz a doação. Isso era muito engraçado. E acho que o próprio Mario Bhering era um deles.

AC – Realmente o Mario Bhering não doou muita coisa.

SB – Pois é, mas o Bhering não era muito de reter também. Essa era uma outra questão: o que é um acervo particular e o que é um acervo institucional? Vou dar o exemplo do John Cotrim que foi de Itaipu, que esteve à frente de toda a negociação com o Paraguai para a construção da usina. Ele ficou muito anos em Itaipu, mesmo depois de construída a usina, e o seu acervo era basicamente de natureza institucional. Vias ou cópias de documentos institucionais que acabaram por constituir seu acervo pessoal. Isso era comum com todas essas pessoas entrevistadas, onde todos tinham essa mistura da sua vida profissional com a trajetória da empresa. Uma coisa eram os estudos, e outros documentados que refletiam sua vida profissional, e outra coisa era o acervo da empresa. Isso nos impactava no momento do recolhimento dos acervos particulares.

AC – Mas era recolhido independente disso ou havia uma seleção?

SB – Era recolhido e considerávamos ali uma coleção, até porque havia diversas origens. E depois passou a ser o fundo da personalidade tal, mas era sempre uma colcha de retalhos que tangenciava o institucional o tempo inteiro.

AC – Como era essa aquisição, Solange? Vocês pediam para que os depoentes fizessem uma doação?

SB – Então, existia uma triagem do próprio titular e também existia uma abordagem nossa, sim. Uma abordagem até insistente, já que muitas vezes nós sabíamos que a pessoa tinha um acervo riquíssimo, muitas fotografias guardadas com ela, algo que não iríamos encontrar nem nas instituições, então nós até forçávamos para que essa doação acontecesse.

AC – Nos relatórios anuais é perceptível o grande trabalho que foi desenvolvido de assessoria técnica para preservação de acervos das empresas do setor. Isso influenciou de

alguma forma o tratamento dos acervos particulares? Foi a porta de entrada dos acervos institucionais?

SB – A constituição do acervo se deu a partir de dois trabalhos. Um deles era a captação dos acervos pessoais, e o outro se estruturou a partir da interface com as empresas. Começou a acontecer a seguinte coisa: Perguntavam se nós queríamos dar uma olhada em determinada documentação que seria descartada pela empresa. “Vamos nos desfazer dessa documentação aqui, a Memória não que dar uma olhada?” E nós pensávamos que era algo que não podia ser descartado assim. A gestão de acervos documentais ainda não estava bem sedimentada nas empresas e elas estavam muito vulneráveis à ideia de projetos desse tipo. Então, foi dessa forma que começaram a chegar na instituição várias parcelas de acervos institucionais. E o interessante é que a conversa era sempre nesse tom: "vamos jogar fora, vocês têm interesse?". Não havia uma política de avaliação de acervos, uma política arquivística das empresas em relação a isso.

AC - Nem das empresas e nem da Memória da Eletricidade, que não sabia se recebia ou não, e o que fazer com esse tipo de situação, certo?

SB – Ainda não tínhamos uma política de recolhimento estabelecida pois isso nunca foi entendido como uma atribuição institucional, mas sim responsabilidade das próprias empresas. Começamos a tentar estruturar melhor um atendimento para que as empresas se fortalecessem em gestão de arquivos. Se você é um centro de referência, deve traçar políticas específicas para um setor, para um universo de empresas. Se não nos cabe recolher, centralizar, ok, mas temos que estabelecer um canal de suporte técnico para que essa questão se desenvolva com mais cuidado, de forma mais orgânica. Mas aí entra a questão: como vamos estabelecer uma metodologia de arquivo numa empresa que nunca teve isso de forma sistêmica? Como mostrar a importância da gestão integrada de arquivos em empresas que nunca trabalharam com isso, que a documentação encontrava-se pela empresa inteira sem um gerenciamento único? O que era documentação técnica estava na engenharia, a documentação que eles consideravam mais importante estava no jurídico, e por aí vai. E essa discussão foi crescendo, foi ganhando espaço.

AC - Em que época isso aconteceu?

SB - Década de 1990. O objetivo da Memória estava muito claro no estatuto, mas a realidade era muito contundente. Como teríamos condições de implantar um sistema de

arquivos para um setor de amplitude nacional? A equipe da Memória sempre foi muito enxuta, não era fácil fazer contratações.—Nós mesmos tínhamos perfis profissionais como historiadores, arquivistas, museólogos, a princípio estranhos no universo de uma estatal de energia elétrica.

AC – Você se refere ao momento em que foram enquadrados como funcionários da Eletrobras?

SB - Isso. Nós não tínhamos muita condição de crescer enquanto equipe. Você tinha que justificar muito para a Eletrobras. Algumas pessoas lutavam para mudar isso, como o próprio Mario Bhering, que sempre foi uma personalidade fortíssima no setor, respeitado demais, mas mesmo para ele era complicado. A Memória era pequena e os trabalhos estavam se ampliando muito rapidamente. Mesmo que estivéssemos despertando um interesse muito grande junto as empresas do setor, isso não se refletia imediatamente na Memória. Até recentemente, quando era coordenadora do Centro de Referência, eu tinha que dar conta de uma biblioteca especializada, que estava em franco crescimento, tinha que responder por um conjunto de acervos institucionais resguardados para que não se perdessem, dos acervos particulares que precisavam de tratamento, mas não tinha pessoal suficiente para trabalhar com todas essas demandas. Em alguns momentos eu respondia por todo o acervo arquivístico, o bibliográfico, o audiovisual, toda a parte de gravações, filmes e vídeos, ao mesmo tempo quedava consultoria para três empresas diferentes ao mesmo tempo. Uma em Recife, que é a Chesf, outra no Paraná, a Copel, a Light, e por aí vai. Era complicado dar conta de todo esse processo. E aí, como você faz?

AC - Não faz. (risos)

SB – Exatamente. Até faz, mas poderia fazer melhor. Acho que isso sempre foi um problema. Essa situação ou comprometeu ou não permitiu que fossem estabelecidos claramente todos os procedimentos necessários para uma política de recolhimento de acervos em risco de perda, porque sempre era uma correria para não se perder oportunidades de interface com novas empresas. Tentávamos fazer o melhor possível nestas condições. Nós chegávamos no escritório, por exemplo, do Léo Amaral Penna, um escritório cheio de mapotecas, arquivos e armários, e tínhamos que recolher a documentação, mas não dava para chegar lá e fazer uma análise grande desse acervo. O procedimento era levar tudo e fazer tanto o tratamento como a formalização dessa doação posteriormente. A questão é que

muitas vezes não conseguíamos nem tratar quanto mais formalizar a entrada desses documentos na Memória. Muitos foram feitos depois. Era literalmente uma correria para salvar aqueles acervos, porque em muitos casos, o cara tinha falecido e a família tinha pressa em doar.

AC - Eu achei recentemente uma carta sobre a doação do Octavio Marcondes Ferraz, que a resposta da Memória da Eletricidade para o doador era que não tinha espaço físico suficiente para receber aquela doação, e que apenas 10 % da documentação se referia a energia elétrica, o resto não era. E houve uma recomendação por parte da instituição para que a mesma fosse para o CPDOC. Acabou que a Memória da Eletricidade recebeu uma parte desse acervo, que pelo tamanho reduzido, eu acredito que seja aqueles 10% citados na carta, mas não existe um termo de doação, ou qualquer registro da aquisição desses documentos. Isso exemplifica um pouco o que você está relatando.

SB – Sim. Uma parte foi para o CPDOC e a outra ficou na Memória porque não existia realmente espaço físico suficiente. Nós começamos a colocar esse material na biblioteca, e eu debatia com a Janete, a coordenadora na época, para começarmos a pensar na terceirização da guarda, onde a referência seria feita toda na Memória, e depois seria levado para lá. Isso aconteceu com acervo documental do Departamento Nacional de Energia Elétrica - DNAEE, uma experiência exemplar. Muito positiva. Este órgão era responsável por todos os processos de concessão no setor de energia elétrica. Ele funcionava no bairro da Urca, no mesmo prédio do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, também vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Quando houve a mudança de grande parte dos serviços públicos para Brasília, os serviços operacionais do órgão foram transferidos, mas este acervo permaneceu no Rio de Janeiro, dando lugar à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL este importante acervo documental, acredito que o mais importante do setor, ficou meio no limbo. Então, a Memória da Eletricidade entrou em ação e fez um convênio com a agência para tratamento técnico do acervo e posterior transferência para Brasília. O projeto foi custeado pela agência e transcorreu com todo o suporte necessário. Gerou um banco de dados que também foi transferido para a agência. Foi muito gratificante ter feito este trabalho.

AC – Você entra como coordenadora em que ano?

SB – Foi em 2000. O Centro de Referência contou primeiro com Janete Lopes de Miranda, que veio de Furnas, depois a Marilza Elizardo Brito, e só depois eu passei a coordenadora. Na época do Collor houve muita mudança no âmbito das empresas. Houve uma orientação para que todos voltassem para suas empresas de origem e a Janete retornou a Furnas. Fiquei à frente da Coordenadoria até 2010.

AC - Mas você sempre atuou na Memória da Eletricidade nessa área, certo? Na área de Referência.

SB - Sempre. Nunca fui de outra área.

AC – E por fazer parte das atividades-fim da Memória, o Centro de Referência possui um papel extremamente importante na composição da instituição. Na sua época como coordenadora, e até antes disso, existia um reconhecimento dessa importância por parte das outras coordenadorias?

SB – No início havia uma certa rivalidade entre a área de Pesquisa e o Centro de Referência. Na realidade refletia uma briga já bastante antiga e que hoje já não existe, entre historiadores e arquivistas. Acredito que os jovens arquivistas nem saibam mais que isto já existiu. Os acervos documentais eram vistos pelos historiadores apenas como um registro do passado, o que verdadeiramente são, mas um passado compartimentado, sempre vinculado aos grandes momentos históricos do país. Demoraram um pouco para compreender que toda a informação gerada vem como resultado de um conjunto de atividades, da rotina de trabalhos sejam estes de natureza pública ou privada. O Centro de Referência não queria armazenar ou orientar o tratamento de documentos vinculados apenas aos grandes momentos de uma empresa, mas sim ao acervo gerado ao longo de toda a trajetória das organizações do setor de energia elétrica.

AC - E essa interferência em alguma medida podia ser prejudicial no tratamento desses acervos, não?

SB - Com certeza. Tinha que ter uma interligação maior, mas eu acho até que por essa questão da Memória uma hora estar vinculada a presidência da Eletrobras, outra hora ao departamento técnico, dificultou isso. Essa confusão administrativa de não saber ao certo onde ela estava vinculada e que poder e autonomia ela tinha, gerava um problema interno.

AC – E a área da pesquisa acaba ganhando mais visibilidade devido ao produto do seu trabalho ser mais visível, que são os livros.

SB - Sim. Até hoje muita gente identifica a Memória da Eletricidade pelos livros que já foram publicados pela área da pesquisa, que diga-se de passagem são de excelente qualidade. Poucos falam do acervo. E volto a dizer, quando não se tem pessoal, quando não se tem estrutura, você não tem tempo de ficar discutindo muito. A realidade é que você tinha que dar conta minimamente de toda aquela demanda. E eu acho que fizemos muita coisa, basta ler os relatórios, foram muitos trabalhos desenvolvidos.

AC – E isso reflete ainda hoje.

SB – Sim. As pessoas ainda chamam a Memória de “Centro de Memória da Eletrobras”. A identidade sempre foi uma crise e isso vai se refletir também no cotidiano do trabalho.

AC – Então só para registrar, Solange. Não existia uma política na instituição que norteasse a aquisição e o tratamento desses acervos, mas em alguns casos houve um termo de doação, como foi isso?

SB – No início nos norteamos pelo perfil dos trabalhos desenvolvidos pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Quando nos conscientizamos que nossa atribuição, enquanto centro de referência, não era a de recolhimento e tratamento técnico de acervos empresariais, mas sim de orientar as empresas na gestão de seus próprios acervos, nos aproximamos mais do que é desenvolvido pelo Arquivo Nacional que muito nos ajudou nesta empreitada. Passamos então a investir pesado em consultoria, procurando criar um entendimento sobre este trabalho para todo o setor. Não fiquei fechada em uma sala ditando regras. O movimento foi justamente entender o que se dava nas empresas e implantar normas a partir do contato estreito com as áreas de documentação delas e estabelecer normas e orientações já sinalizadas pelo Arquivo Nacional. O objetivo era o de promover o nivelamento técnico dos profissionais responsáveis pelo gerenciamento de acervos arquivísticos gerados e acumulados pelo setor elétrico e o alinhamento dos métodos de trabalho. Buscando ter um alcance maior passamos a promover anualmente o Encontro Nacional de Gestão de Documentos e Informações do Setor de Energia Elétrica, o ENGEDI. Isso foi fundamental para a disseminação dos procedimentos técnicos junto a todo o setor. Havia uma grande adesão ao evento, além de propiciar que os profissionais da área se conhecessem e trocassem experiências. A partir daí avançamos muitos criando

coletivamente instrumentos indispensáveis como o plano de classificação de documentos do setor elétrico e a tabela de temporalidade. Sempre com a presença e o apoio do Arquivo Nacional, em especial de Maria Izabel Oliveira.

Com relação aos acervos particulares, por pouca estrutura, acabou ficando meio comprometido. Usávamos, por exemplo, o termo de doação adotado pelo CPDOC. Contudo este termo era um documento jurídico que só teria cabimento se tivesse uma listagem consistente sobre o acervo que estava sendo doado. Temos até alguns termos registrados, mas que não possuem essa descrição detalhada do que foi doado.

AC - Então podemos concluir que essa ausência de formalização se deu pelo processo de trabalho na época? Não existia tempo nem pra identificar aqueles acervos, quanto mais controlar a entrada dos mesmos na instituição. E em alguns casos não existia a possibilidade de negar essa entrada, era necessário resguardar a documentação em primeiro lugar, depois pensar o que seria feito com ela.

SB - Era uma situação delicada mesmo. O setor elétrico é muito grande, e com muita história. Esses profissionais tinham muita informação acumulada. Eram muitas fotografias, por exemplo, que você não encontraria em lugar algum. Então nós tínhamos que recolher, mas não tínhamos pessoal suficiente para realizar um tratamento técnico minucioso, de imediato. Havia sim a formalização da doação. Sempre fomos atentos a isso, mas ela deveria vir sempre acompanhada de um conjunto de dados detalhado. Isso só acontecia na fase posterior à doação.

AC - Você lembra quantas pessoas trabalhavam no Centro de Referência na sua época como coordenadora?

SB - Eu, um profissional ou técnico em biblioteconomia na biblioteca, e as vezes um estagiário.

AC - Realmente não tem como desenvolver nada.

SB – Pois é. O “calcanhar de Aquiles” eram os recursos humanos, sem dúvida nenhuma.

AC – Solange, para terminar, o que você acha que poderia acrescentar em relação à pesquisa e ao trabalho que foi e vem sendo desenvolvido no tratamento e preservação de acervos na instituição?

SB – O trabalho que você está desenvolvendo é sem dúvida muito importante para a instituição. Falando em termos de acervos particulares, o fundamental é ter equipe pra trabalhar e agilidade pra resolver essas questões, com base no levantamento da trajetória profissional de cada profissional que participou desse processo. E isso tem início meio e fim, a meu ver. Essa história começa no processo de estatização e termina no processo de privatização que está prestes a acontecer. Porque com a privatização será o fim de um período extremamente importante, que eu chamo de período romântico do setor, período de atuação do Léo Amaral Penna, John Cotrim, e por aí vai. Esse tem que ser o foco. Vocês precisam se focar nesses profissionais, que fizeram parte desse período romântico, porque o que vem por aí vai se basear apenas no mercado, e antes não era só isso, era um sistema voltado para o desenvolvimento do país. Eu não sei se o que você me perguntou foi exatamente isso, mas eu acho que isso tem que ser falado. Em linhas absolutamente gerais, eu acredito que vocês devam pensar nesse recorte, na importância desse período. A privatização vai gerar uma outra história, lógico, mas é uma outra realidade, e eu não sei como se deve atuar nesse novo universo, mas eu sei o que deve ser preservado de toda essa história. Pensem nisso!

APÊNDICE C

Entrevistada: Fernanda Monteiro

Antiga supervisora do Centro de Referência

AC – Fernanda, fala um pouco sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional antes de entrar na Memória da Eletricidade.

FM – Eu me formei em história pela UFRJ⁶¹, em 2006 no bacharelado e 2007 na licenciatura, e fiz mestrado em História Social também pela UFRJ, entrei em 2008 e defendi a dissertação em 2010. Em 2011, eu me formei em arquivologia pela UNIRIO⁶² e fiz o doutorado em Memória Social também pela UNIRIO, defendendo minha tese em 2015.

Minha primeira experiência com arquivo foi ainda como estagiária de história no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com descarte e avaliação de documentos, uma prática bem mecânica de acordo com a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça. Saindo de lá eu ingressei no CPDOC⁶³, ainda como estagiária de história, para trabalhar com arquivos pessoais. No CPDOC eu fiquei seis anos, primeiro como estagiária e depois como assistente de pesquisa. Organizei entre os arquivos que o CPDOC custodia o do Lucas Lopes, Alzira Vargas, Betinho, Clemente Mariani, uma parte do Tancredo, e uma parte do Capanema. Alguns eu organizei sozinha mas a maioria foi com mais um estagiário e com a supervisão, na maioria das vezes, da Adelina⁶⁴, que era ótima.

Depois eu fui para assistente de pesquisa em um projeto de digitalização dos acervos, porque o CPDOC estava na época com o projeto de submeter alguns acervos á memória do mundo. E enquanto eu estava no CPDOC, que foram mais ou menos seis anos, eu ingressei na Unirio como aluna de arquivologia e no mestrado de História Social da UFRJ. Quando eu defendi a dissertação eu ingressei num escritório de advocacia para trabalhar como arquivista, como estagiária de arquivologia. Antes de me formar em Arquivo eu fui

⁶¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

⁶² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

⁶³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

⁶⁴ Adelina Novaes e Cruz é pesquisadora do Cpdoc e coordenadora executiva da Pós-graduação em Cinema Documentário. Na sua atuação como pesquisadora integra a área de Documentação e coordena com ArbelGriner o Núcleo de Audiovisual e Documentário. Nessas funções participa da organização de arquivos privados pessoais, de projetos de pesquisa e de divulgação do acervo, da elaboração de livros, da montagem de exposições e vídeos de caráter histórico.

Informações: <http://cpdoc.fgv.br/equipe/AdelinaNovaes>

estagiária também do Detran⁶⁵ e da procuradoria geral do Estado do Rio de Janeiro. Quando me formei em arquivologia, eu já tinha defendido a dissertação de mestrado, surgiu a oportunidade de fazer o concurso para professor substituto aqui na UNIRIO. O concurso era de análise de currículo e eu fiquei em segundo lugar, mas só tinha uma vaga. Depois disso, eu fui tentar o doutorado e nesse tempo surgiu mais uma vaga para o concurso e me chamaram para ser professora substituta na Unirio. Eu fiquei como substituta por dois anos e nesse tempo teve um concurso para efetivo que eu fiz e fiquei em segundo lugar, novamente. (risos) E aí, aconteceu a mesma coisa que o concurso anterior, depois de um tempo surgiu mais uma vaga e eu tomei posse em maio de 2014. No meio desse processo todo surgiu a Memória. Enfim, minha experiência profissional sempre foi muito voltada para acervos correntes e para acervos pessoais, na Memória eu pude juntar as duas coisas.

AC – Como se deu sua entrada na Memória da Eletricidade?

FM – Eu entrei em 2013 como arquivista e depois eu passei para supervisora. Quando eu entrei, foi para inserir a CAEEB⁶⁶ no sistema, a demanda principal era essa.

AC – Então o seu trabalho era só para inserir mesmo no sistema, não era para organizar o arquivo da CAEEB?

FM – Não. Era só para inserir na base de dados mesmo. Na verdade, já existia um inventário de identificação do acervo da CAEEB impresso, que davam três pastas jecas bem grossas. Eu tinha que pegar essas informações e inserir no sistema, simples assim, sem preocupação com vínculos, ou com a formação de conjuntos, era só para ver se o que estava identificado batia com a documentação. Exatamente igual ao que estava no inventário.

Eu contei na época com a ajuda de uma estagiária de arquivologia da UNIRIO também, e juntas trabalhamos nessa inserção. Ficamos fazendo esse trabalho durante todo o ano de 2013, e em 2014 eu fui deslocada para trabalhar no arquivo corrente.

AC – Sobre o arquivo corrente, você elaborou um plano de classificação para a instituição, como foi isso? Existia alguém responsável pelo acervo histórico da instituição enquanto você trabalhava com esse arquivo?

⁶⁵ Departamento Estadual de Trânsito

⁶⁶ A CAEEB, Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, foi uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério das Minas e Energia. A instituição tem por objetivo a prestação de serviços comerciais, financeiro e outros a órgãos, empresas e entidades ligadas, direta ou indiretamente, ao Ministério das Minas e Energia, em qualquer parte do país ou do exterior.

FM – Então, sobre o trabalho com o arquivo corrente, era para trabalhar numa documentação que estava acumulada numa sala de reunião, sem nenhuma identificação. No Preserva-Me⁶⁷ eu até apresentei umas fotos da documentação quando eu peguei para organizar e como ficou após esse trabalho. Analisando a documentação eu vi que não dava só para “arrumar” dentro da lógica de organização que existia na empresa, era necessário organizar arquivisticamente, montar um plano de classificação de atividade meio e de atividade fim. Na época eu conversei com a Leila, que era a coordenadora, e ela topou a ideia. Eu terminei, no final de 2014, um Plano de Classificação provisório das atividades-meio, mas não consegui terminar o das atividades-fim, porque como era uma documentação corrente, toda hora alguém vinha consultar o arquivo, eram muitas demandas e com isso o trabalho ficava um pouco emperrado, eu não consegui zerar todas as caixas que estavam acumuladas sem organização, mas adiantei os anos mais recentes. Enfim, eu organizei a documentação produzida entre os anos de 2010 a 2014 e elaborei um plano provisório que, admito, precisa ser modificado e atualizado. Sobre o acervo histórico, antes ele ficava a cargo da Solange Balbi, foi ela que fez a identificação da CAEEB. E foi um inventário bem feito, que estava batendo, mas que não tinha uma preocupação maior com a organização arquivística, era uma organização sequencial e numérica, sem preocupação com temas, assuntos, ou contexto de produção. Enfim, era uma identificação pontual e meio bibliográfica.

AC – Você foi à arquivista responsável pela retomada da organização do acervo histórico arquivístico textual, como foi esse processo?

FM – Foi em 2015 que começamos a focar mais nos acervos pessoais, mas trabalhando da mesma forma que a CAEEB, ou seja, inserindo no sistema o que já tinha algum tipo de identificação prévia elaborada. Esse processo gerava um incomodo porque não havia nenhuma organização arquivística para aqueles acervos. Então surgiu a ideia de iniciar essa organização, com elaboração dos quadros de arranjo.

AC – Como você encontrou o acervo?

FM – Então, a questão era que não havia uma organização arquivística nem nos arquivos correntes e nem nos acervos. A instituição não se preocupava com isso. Existia uma

⁶⁷ Encontro Nacional de Preservação de Memória do Setor de Energia Elétrica. Evento que visa promover o intercâmbio técnico dos profissionais responsáveis pelo gerenciamento do acervo gerado e acumulado no âmbito do setor.

identificação, existia uma metodologia aplicada, mas ela não era viável nem para o administrativo e nem para divulgar os acervos que a instituição possuía. As caixas de papelão onde a documentação corrente estava inserida, por exemplo, tinha uma etiqueta indicando apenas o ano e o tipo de documento que estava ali, ou seja, era uma organização, mas não era uma organização arquivística. Mesma coisa para as coleções pessoais, não existia organicidade, vínculo orgânico, nada. Apenas a identificação do nome do doador e, em alguns casos, uma identificação preliminar do conjunto documental doado.

AC – Falando em coleções, eu tenho uma grande dúvida. Quando você entrou já tinha a chancela da terminologia “coleção”? Você tem uma ideia de como essa terminologia surgiu?

FM – Olha, eu não me lembro bem, mas desconfio que tenha sido eu que propus essa terminologia pra Leila. Analisando aquela documentação eu percebi que aqueles conjuntos não eram fundos, existia muita documentação solta, tinham três doações da mesma pessoa, de períodos diferentes, tinham acervos que tinham pouquíssima coisa, um documento ou dois. Não existia uma organicidade completa, era mais uma seleção que aqueles titulares faziam para doar pra Memória, ou seja, não era um fundo arquivístico como indica a teoria. Foi então que eu indiquei a troca do termo de fundo para coleção, para coleções pessoais ou institucionais, quando se tratava de uma CAEEB⁶⁸, por exemplo. E foi quando começamos e reformular alguns nomes do Sophia⁶⁹, com nomes mais reais. Tinham até conjuntos com apenas um documento.

AC – Os documentos avulsos?

FM – Isso.

AC – O problema é quando a teoria aponta coleção como negação de arquivo, como se fossem terminologias estanques, e a importância no momento da organização da identificação de um conjunto como fundo ou coleção.

FM – Não existe um consenso na teoria arquivística, essa é a questão. E eu acredito que a terminologia não é o mais importante, e sim a análise da documentação. Documentações fragmentadas, por exemplo, já predispõe uma coleção, um fundo é algo completo, se eu tenho uma parcela reduzida de um conjunto eu tenho uma coleção, e não um fundo. Ao mesmo tempo que, se eu tenho uma forma de organizar essa parcela documental

⁶⁹ Base de dados da Memória da Eletricidade

organicamente, eu não vejo porque não fazer isso, independente se for um fundo ou uma coleção. Essa terminologia, amarrada desse jeito, limita o trabalho.

AC – Você atuou em algum outro acervo sem ser o textual?

FM – Não. Só com o textual.

AC – Mas na Memória tem uma divisão dos acervos por gêneros. Como eram vinculados os documentos textuais e iconográficos, por exemplo, de uma mesma coleção?

FM – Esse era um outro ponto, não é porque é de um outro gênero que nós separamos do textual, a organicidade perpassa os suportes. Só que quando eu cheguei era totalmente separado, o textual tinha uma organização, o iconográfico tinha outra, mesmo sendo do mesmo produtor, não havia nenhuma ligação entre eles. Foi quando eu propus a Leila, pra inserir dentro do sistema uma nota remissiva para os códigos de cada organização, ou seja, na ficha do textual, quando o pesquisador acessasse, teria uma nota indicando que aquela documentação estava vinculada a um conjunto de fotografias, e eu não sei se isso continua sendo feito.

AC – Sim, fazemos. O problema é quando essa separação acontecia no momento da doação e sem nenhuma indicação desse processo. Só da pra ser feito com a documentação iconográfica que ainda está inserida com o textual, por exemplo. O que foi separado no momento da aquisição e sem nenhuma indicação fica difícil relacionar.

FM – Isso é um erro. Por exemplo, o Lucas Lopes teve três doações, vamos supor que na primeira ele tenha doado documentação textual, na segunda documentação iconográfica e na terceira as duas juntas, o procedimento correto é esquecer que foram as três doações, aquilo vira uma coisa só. E isso não era feito. Espero que agora isso tenha mudado.

AC – Sim. Agora trabalhamos de uma outra maneira, mas é quase um trabalho arqueológico de identificação de doações e de coleções. No ano passado, por exemplo, nós tínhamos 38 coleções pessoais, e agora já são 42, porque encontramos várias coleções pequenas não identificadas.

FM – Pois é. E se a Memória tivesse uma política de aquisição essas pequenas coleções poderiam ser devolvidas. Tem coisa ali que não tem sentido nenhum manter na Memória, conjunto de recorte de jornal por exemplo.

AC – Mas até isso é um problema, quando temos informação sobre determinado doador, elas estão desatualizadas, a maioria das doações foram feitas nas décadas de 1980 e 1990.

FM – Sim, tem isso também. O tempo que eu trabalhei lá não teve nenhuma doação. Tudo era identificado, mas não organizado, e o problema começou a surgir nesse momento que eu fui pegando pra organizar.

AC – Falando ainda sobre essa organização, porque a instituição optou por iniciar com os acervos pessoais e não os institucionais?

FM – Então, isso foi uma sugestão minha, porque a CAEEB era muito grande, então como forma experimental nós decidimos aplicar uma metodologia de tratamento nos arquivos menores, que eram as coleções pessoais, alguma dessas coleções, porque algumas não tinham nem como aplicar um quadro de arranjo.

AC – Que coleções seriam essas?

FM – Aquelas com poucos documentos, que tinham 2 ou 3 no máximo. Se eu não me engano, começamos com o Mauro Thibau, depois foi o Cotrim, que era grande, mas era menor que a CAEEB... E nós pensamos também que os arquivos pessoais dariam mais visibilidade, chamaria mais pesquisadores. Enfim, foi uma decisão metodológica.

AC – Sobre o arquivo do engenheiro e político Mauro Thibau, que você chegou a atuar na reorganização em 2014...

FM – Então, ele não foi organizado, foi identificado apenas.

AC – Isso mesmo. Você atuou nesse processo que teve que ser interrompido, certo? Como foi isso? Por que a organização efetivamente foi paralisada? E como você avalia o trabalho que foi desenvolvido nesse arquivo?

FM – Ih, não me lembro. Eu sei que o motivo de ter sido interrompido foi a existência do inventário. Nós começamos a organizar e percebemos que tinha essa publicação e que existia ainda pesquisas no acervo baseadas nesse livro, nesse inventário. Decidimos então que não era legal, naquele momento, mudar o que estava descrito no livro, mesmo que o inventário não representasse uma organização arquivística de fato.

AC – A salvaguarda de acervos, assim como a pesquisa, possui um papel extremamente importante na composição da história do setor de energia elétrica. Você acha que existe ou existiu um reconhecimento dessa importância por parte da instituição? Como era essa relação entre acervo e pesquisa?

FM – Assim, a coordenadoria de referência e coordenadoria de pesquisa são as que desenvolvem as atividades-fim da Memória, mas falando pragmaticamente, e eu não sei se eu concordo totalmente com isso, a coordenadoria de pesquisa desenvolve um trabalho historiográfico de analisar a trajetória da energia elétrica em diversas frentes: projeto de eletrificação rural, 50 anos da Eletrobras. Enfim, é um trabalho que tem maior visibilidade para público em geral, e por isso, eu acho que é uma área mais valorizada do que a área dos acervos. Esse é um ponto importante porque a pesquisa acaba dando uma visibilidade maior para a instituição do que a guarda e tratamento de acervos. Um outro ponto é também o desconhecimento do que seriam esses acervos e a importância dessa documentação para a instituição, porque infelizmente algumas instituições não tem uma visão da importância do tratamento arquivístico na documentação, mesmo sendo um centro de memória. E eu posso dizer isso, inclusive, devido o desenvolvimento da minha pesquisa de doutorado, que eu analisei a CUT e o acervo deles, e percebi o quanto era insipiente a organização arquivística de uma instituição de peso como a CUT⁷⁰, imagina se tratando de um centro de memória como o caso da Memória da Eletricidade que é algo bem menor. As pessoas não entendem que o cuidado com a documentação e o tratamento começam desde a doação. Não tem como sair recebendo tudo e deixar para analisar depois o que está sendo adquirido. No final do processo a instituição percebe que está com uma série de conjuntos documentais amontoados para organizar, e não dão conta de fazer isso. Acho que vai muito por aí, da visibilidade, da divulgação da instituição, e de como a instituição pode ser projetada para um determinado objetivo.

AC – E você acha que isso pode ter sido um dos motivos para que esse acervo da Memória ficasse tanto tempo parado sem organização?

FM – Sim, isso ficou em segundo plano. Preconizou-se a pesquisa, a publicação de livros, eventos e tudo que desse mais visibilidade a instituição e ao seu trabalho. Eu acho que hoje, pelo menos até quando eu saí de lá, nós estávamos conseguindo galgar uma importância a mais. Ainda não está no patamar da pesquisa, mas já conseguimos publicar o guia de coleções, fizemos o Preserva-Me em 2014, e agora já saíram mais dois eventos desse. Quando eu entrei na Memória o primeiro evento voltado para preservação de acervos, sobre a importância da organização arquivística, dos acervos pessoais, foi naquele ano, antes disso, era tudo voltado para gestão de documentos.

⁷⁰Central Única dos Trabalhadores. Entidade de representação sindical brasileira, fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo.

AC – O Engedi⁷¹?

FM – Exatamente, em 2014 foi o primeiro Preserva-Me, que era uma proposta diferente do Engedi. E o Preserva-Me também foi um evento que teve não só a participação de outras instituições e de outras experiências, mas do próprio trabalho desenvolvido pela Memória até aquele momento. Ele também falava de arquivo corrente, tanto que minha apresentação era sobre esse tema, mas o foco era o trabalho de guarda e preservação de acervos.

AC – Fernanda, só para fechar, eu gostaria de saber sua opinião sobre o trabalho que eu estou desenvolvendo, que tem como objetivo entender a composição desses acervos pessoais da Memória da Eletricidade.⁷²

FM – Então, eu tenho um carinho muito grande pela Memória, aprendi muito lá, e acho que consegui contribuir também, bastante. Eu acho super válido, super legal ter essa preocupação com a chegada desses acervos, porque quando a gente se preocupa com a documentação desde a entrada até o tratamento, o trabalho fica bem mais facilitado. O processo de organização se torna muito mais lógico e muito mais orgânico, de acordo com as teorias e as práticas arquivísticas. Isso não acontecia na Memória. Eu só acho que você terá uma grande dificuldade para fazer isso, porque nunca existiu nada ali, nenhuma diretriz, nada que desse um norte para as práticas de aquisição de acervo.

Uma política de aquisição vai definir algumas regras básicas e necessárias para o desenvolvimento de um bom trabalho na instituição. Não é porque o cara é filho de um presidente da Eletrobras que ele pode doar uma foto ou tudo o que ele quiser. Então eu acho que obedecer e respeitar as cláusulas de uma política de acervo é o primeiro passo para que a instituição se predisponha a ter uma, ou não adianta nada. Então, de repente, e aí pode ser até uma sugestão, você poderia com o seu trabalho indicar uma direção nesse sentido para a instituição. Porque eu acho que, além do tema, um centro de memória tem que pensar em outras coisas para receber uma doação, tem que ter um recorte temporal, tem que ter um recorte geográfico, enfim, acho que tem algumas diretrizes que são importantes, e eu acho que o seu trabalho vai indicar isso.

⁷¹Encontro Nacional de Gestão de Documentos e Informações do Setor de Energia Elétrica, o vento tinha como objetivo promover o nivelamento técnico dos profissionais responsáveis pelo gerenciamento de acervos arquivísticos gerados e acumulados pelo setor elétrico, bem como o alinhamento de métodos de trabalho a partir da continuidade dos trabalhos referentes à Tabela de Temporalidade, ao Plano de Classificação de Documentos por Assuntos das atividades Meio e atividades Fim e ao Sistema de Gerenciamento de Documentos e Informações.

⁷² Até o momento da entrevista, o objetivo do trabalho não era compor uma política de acervos para a instituição.

APÊNDICE D

Entrevistada: Leila Lobo de Mendonça

Diretora Interina da Memória da Eletricidade e Coordenadora do Centro de Referência

AC – Leila, a sua atuação profissional foi quase que totalmente na Memória da Eletricidade. Sendo assim, eu gostaria que você contasse um pouco sobre sua formação e como se deu essa trajetória, como era o seu trabalho na Memória da Eletricidade e a sua visão da instituição naquele período.

LL – Eu sou formada em História e Museologia e vim pra Memória da Eletricidade em 16 de setembro de 1987, como estagiária de museologia. Em 1989 fui efetivada na Eletrobras como museóloga na Coordenadoria de Comunicação, que na época era onde trabalhavam os museólogos da instituição, inclusive a coordenadora da área era museóloga. Nós fazíamos uma comunicação que se chamava na época aqui na instituição de cultural e não comunicação social, esta última quando precisávamos usávamos a da Eletrobras. A gente trabalhava com toda essa parte museológica, voltada para a elaboração de exposições, mas não trabalhávamos com os acervos, porque a Memória logo no início não tinha como objetivo acumular esse tipo de material. A entrada desse material se deu muito paulatinamente, com o passar dos anos. Começamos a receber acervos, principalmente de personalidades do setor, que preferiam doar para a Memória da Eletricidade devido sua atuação em caráter nacional, voltada para o setor elétrico do país inteiro. É importante ressaltar que a ideia inicial era trabalhar com referências, com o acúmulo de informação bibliográfica, iconográfica, ou qualquer outro tipo de informação sobre energia elétrica que auxiliasse os pesquisadores internos e externos. E eu entrei na instituição fazendo exatamente esse trabalho, um levantamento iconográfico em instituições que não pertenciam ao setor elétrico. Essa era a função da Memória da Eletricidade: referência, pesquisa, montagem de exposições, e prestar assessorias as empresas do setor interessadas em organizar e implementar suas áreas de memória.

AC – Quando você fala sobre esse trabalho de levantamento de referências elas aconteciam dentro e fora do setor, como acontecia esse atividade?

LL – Fora do setor. No caso da Coordenadoria de Comunicação o foco era o levantamento de referências em instituições culturais como arquivos, museus e centros culturais e de

memória. O levantamento de referências das empresas do setor era feito pela COCR⁷³, com a Solange. Um trabalho que acabou gerando o Guia de Fundos do Setor, que foi todo informatizado na época.

AC – Qual sua visão da Coordenadoria do Centro de Referência (COCR) antes de entrar na área?

LL – O COCR é a principal coordenadoria, mesmo não sendo na prática. Na prática, quem tinha maior destaque era a Coordenadoria de Pesquisa.

AC – Interessante você citar isso porque nas outras entrevistas foi mencionada essa relação por vezes conflituosa entre as áreas da Pesquisa e de Referência. Na sua opinião, como se dava essa relação?

LL – A ideia principal era que a COCR acumularia referências para que então a COPQ⁷⁴ trabalhasse na construção de projetos historiográficos, mas num determinado momento esse papel se inverteu, a referência passou a atuar a reboque da pesquisa. E era um trabalho que deveria ser desenvolvido em conjunto, mas isso não acontecia, a Coordenadoria de Pesquisa sempre conseguia um maior destaque. O próprio coordenador da COPQ era uma pessoa muito articulada e defendia sua área de forma eloquente, dando grande importância ao trabalho que era desenvolvido, o que outros coordenadores não davam. Ele tinha um posicionamento totalmente diferente da coordenadora da área de referência, por exemplo, que era mais discreta e que não tinha uma postura de enfrentamento. Depois de um determinado momento era a partir da pesquisa que a referência trabalhava. O que antes seria um projeto de trabalho levantando referências de todo tipo para montar um Banco de Dados, passou a ser levantar referências para os projetos da COPQ. Isso aconteceu até a entrada dos acervos quando a coordenadoria de referência assume um novo tipo de trabalho, que acaba envolvendo os profissionais da minha área na época, da coordenadoria de Comunicação.

Na área de referência não tinha museólogo, não tinha arquivista, só tinha documentalista e bibliotecário, e o documentalista era o historiador. Eles então chamaram a COCM⁷⁵ para ajudar no tratamento do acervo doado. Nós já tínhamos um pouquinho de acervo

⁷³ Coordenadoria do Centro de Referência. Departamento responsável atualmente pela guarda dos acervos históricos doados ou comprados pela instituição.

⁷⁴ Coordenadoria de Pesquisa

⁷⁵ Coordenadoria de Comunicação

tridimensional que estava tratado e quando eles viram que teriam que tratar do acervo arquivístico, nos chamaram para dar um apoio técnico nesse sentido.

AC – Então o acervo foi tratado inicialmente pelos museólogos da instituição?

LL – Sim, mas não só por nós. Trabalhamos eu e o Gilberto, que também era museólogo, na parte do tratamento do acervo arquivístico iconográfico. O Gilberto era bibliotecário também e, na época, fazia história. Não tinha arquivista na instituição, tanto não tinha que nosso acervo corrente era tratado por uma moça com formação em nível médio que organizava a documentação pelo tipo do documento e pela data, ou seja, eram cartas expedidas de 1987, cartas emitidas de 1988, era organizado seguindo uma ordem sequencial. Não era informatizado, passou a ser, se não me engano, em 1990. E isso mudou só em 2011 quando eu contratei a Fernanda para atuar no acervo corrente da Memória.

AC – E sobre a entrada de acervos na Memória da Eletricidade, como era essa aquisição?

LL – Era caótico! Porque passamos a acumular acervos de uma forma estranha de acordo com os projetos que eram desenvolvidos. No iconográfico, por exemplo, acontecia um acúmulo de acervos que não eram nossos. Era assim, como não existia ainda digitalização, quando queríamos usar alguma imagem em determinado projeto, pedíamos para as empresas enviarem a reprodução em papel do negativo, ou próprio negativo. Essas imagens chegavam, nós fazíamos uma cópia e devolvíamos os originais para a empresa. Esse material que era reproduzido ficava guardado como se fosse nosso, mas não era. E até hoje ainda pegamos esses erros no nosso acervo iconográfico. Hoje em dia esse material ficaria na nossa base de referência, que é o que chamamos atualmente de Base do Conhecimento, e não no nosso acervo. Enfim, era um acúmulo sem nenhum critério. Um museólogo, por exemplo, se tivesse a frente disso não permitiria nada entrasse na instituição sem estar legalizado, sem uma referência sobre quem produziu aquela documentação. Uma das primeiras preocupações é a entrada de um acervo na instituição, e isso não foi levado muito em consideração na época. No início o acervo chegava sempre por doação. Posteriormente chegamos a adquirir acervo por meio de compra.

AC – Analisando a documentação do arquivo corrente e intermediário da Memória se percebe que na década de 1990 inicia-se um movimento para a legalização da entrada de

alguns acervos na instituição, doados anos antes. É o caso da coleção do Cesar Rabello Cotrim, por exemplo.

LL – Sim, alguma coisa foi modificada. Passaram a produzir um inventário da documentação no momento da aquisição e era tudo encaixotado no arquivo, mas era só isso. Não existia na época uma preocupação com a guarda ou com o tratamento desses acervos, nem dos acervos tridimensionais ou iconográficos, era tudo empacotado dentro de caixas e envelopes. A ideia do inventário e da formalização foi uma iniciativa da coordenadora da COCR na época, a Marilza Brito.

AC – A Coordenadoria de Referência também atuou muito na parte de assessoria e consultoria no tratamento documental das empresas do setor, você chegou a acompanhar isso?

LL – Sim, nós fizemos muitas assessorias e consultorias, tanto a COCR quanto a COCM. A COCR atuando na preservação do patrimônio documental do setor e a COCM assessorando na parte de montagem e implantação de exposições, centros culturais e de museus para as empresas do setor de energia no Brasil todo.

AC – Segundo a Solange Balbi, esse trabalho de assessoria da COCR, por ser muito frequente, era um dos fatores que dificultaram o tratamento dos acervos que eram doados para a instituição, visto que não existiam, na época, profissionais suficientes para dar conta dessas duas vertentes. Através de uma pesquisa, eu vi que esse declínio no número de funcionários aconteceu no período Collor, como foi isso?

LL – Sim, isso foi um problema sério. Nesse período o número de funcionários da Memória da Eletricidade caiu vertiginosamente, muitos foram devolvidos as suas empresas de origem, lembrando que a maioria dos funcionários na época ou eram prestadores de serviços ou funcionários cedidos pelas empresas instituidoras da Memória, como Furnas, Eletrosul, Light... Muitas pessoas voltaram para suas empresas com medo do corte que ia acontecer na Memória da Eletricidade, um corte que foi anunciado, existia até uma lista de demissão. Na época a Memória tinha 69 pessoas trabalhando e a intenção era acabar com a entidade. A parte da COCM, por exemplo, foi toda colocada na lista de demissão, mesmo tendo todos esses projetos em andamento, na época. Era um *boom* de projetos no país inteiro, era no Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe... Tinha um grande número de projetos acontecendo,

mas mesmo assim todo mundo foi colocado na lista. No meu caso, eu continuei trabalhando, até pra esquecer o que estava acontecendo, ficar se lamuriando não ia resolver nada. E eu tinha uma vida muito tranquila também, um alicerce familiar que me permitia esse tipo de atitude. Falavam pra mim que eu tinha que assinar o PDV⁷⁶, mas eu dizia que não ia assinar. E no fim, esse projeto de fechar a Memória da Eletricidade acabou não acontecendo, até porque a Eletrobras viu que não era tão fácil assim, que a Memória era uma empresa privada à parte, e que com o seu fim todo seu patrimônio deveria ser entregue a outra instituição com a mesma finalidade, visto que é uma associação cultural sem fins lucrativos. O que eles podiam fazer era parar de dar dinheiro, porque até essa época eles davam dinheiro vivo, isso parou de acontecer. Passou a ser pelo encontro de contas, que acontece até hoje. A Eletrobras paga os salários dos funcionários cedidos, aluguel do espaço onde a gente fica, limpeza, manutenção, e etc. Enfim, no final dessa loucura toda a Memória da Eletricidade acabou ficando com apenas 10 profissionais fixos. Ficaram duas pessoas na área de Comunicação, três pesquisadores na COPQ, dois documentalistas na área de acervos e referência, o Paulo Martins, que era o diretor na época, uma secretária e eu, que nessa época fiquei junto com o Paulo Martins na diretoria trabalhando para todas as áreas que desenvolviam projetos de exposição e tratamento de acervos. Eu fiquei assim até o Paulo Martins me tirar da área da diretoria, visto que era uma posição que me deixava muito vulnerável já que a direção era um cargo de confiança, foi quando eu voltei pra Coordenadoria de Comunicação e fiquei lá até assumir a Coordenadoria de Referência.

AC – Leila, fala um pouco sobre essa troca de coordenadoria. Como foi sua entrada na Coordenadoria do Centro de Referência?

LL – Eu sempre trabalhei com a COCR no tratamento das imagens do acervo iconográfico. Um acervo que ficava nesse período da COCR muito trancado, a coordenadora da época não permitia que outra pessoa mexesse além de mim e do Gilberto. Então o que acabou acontecendo: eu e o Gilberto éramos as pessoas que mais entendiam daquele acervo. Quem recebia as imagens era eu, e vinha a reboque de projetos da pesquisa. A Solange, que também exerceu um papel importante na área, se dedicava muito ao trabalho de assessoria nos arquivos correntes das empresas do setor, na montagem de planos de classificação e tabelas de temporalidade. Eu e Gilberto ficávamos com a parte do acervo iconográfico.

⁷⁶ Plano de Demissão Voluntária

AC – Então podemos dizer que existia uma predileção pelos acervos iconográficos?

LL – Sim. Da minha parte sim. (risos) Mas como eu falei, o tratamento dos acervos vinha muito a reboque dos projetos que eram desenvolvidos. E o iconográfico era um acervo mais trabalhado, por isso ele foi organizado primeiro. Era tratado o que precisava ser tratado. Eu quando entrei pra COCR, quando assumi a coordenadoria, resolvi que seriam tratados todos os acervos. Essa, ao meu ver, foi a grande mudança. Nós deixamos de prestar assessorias na área de arquivo corrente e intermediário e passamos a nos dedicar aos acervos históricos, os arquivos permanentes do setor e do nosso acervo mesmo. Já para o acervo corrente e intermediário, a diretora da instituição na época, a Liliana, me pediu que eu fizesse uma organização desse acervo, foi quando eu contratei a Fernanda para trabalhar no corrente e intermediário da Memória.

AC – A Fernanda foi a primeira arquivista da instituição?

LL – Foi a primeira sim. Ela entrou no final de 2011, se não me engano.

AC – Foi com a Fernanda que se iniciou o processo de organização dos acervos textuais, em 2014, certo? Havia uma organização no iconográfico, mas os textuais ainda não tinham sido organizados. Foi isso mesmo?

LL – Existia uma lógica de organização. Tinha um sistema, criado pela Solange e pela Mariza, chamado Sadna, que era um sistema para acervos históricos. O problema é que não tinha gente para alimentar esse sistema. Depois que a Marilza Brito virou diretora, ficou só a Solange, e como ela privilegiava o tratamento dos arquivos correntes e intermediários das empresas, o acervo histórico ficou parado em caixas. Existiam inventários sumários também. Enfim, o que faltava era o tratamento, os acervos estavam identificados, mas não estavam tratados.

AC – Sobre esse sistema, o Sadna, você transferiu tudo o que estava nessa plataforma para o atual Sistema Sophia Acervo?

LL – Não, nós não chegamos a usar. O Sadna era um sistema criado pela Memória da Eletricidade para distribuir para outras empresas, mas não chegou a ser usado. É algo inclusive que deveríamos recuperar em alguma medida.

AC – Leila, os acervos quando entravam na instituição, eles eram divididos por gêneros documentais, certo?

LL – Como assim?

AC - As fotografias eram separadas do acervo textual na qual estavam vinculadas, assim como as publicações que vinham nessas grandes doações eram separadas para compor o acervo bibliográfico da instituição, por exemplo, sem nenhum tipo de remissiva.

LL – Nem sempre. Quando era muita coisa ficava tudo dentro de caixa. Normalmente a documentação vinha com um inventário produzido pelo próprio doador. Então ficava tudo lá, parcialmente identificado, e quando surgia alguma demanda essa documentação era pesquisada e por vezes, separada. Acontecia, em alguns casos, de encontrarem fotografias no meio dessa documentação, e essas imagens passavam a ser incluídas no nosso acervo iconográfico para um tratamento adequado. A separação não era uma regra, mas acabava acontecendo para dar o devido tratamento a documentação, e na maioria das vezes, nós indicávamos de qual doação aquelas imagens faziam parte. Se eu não me engano, a última vez que foi tratado o acervo da Memória antes de eu entrar para coordenadoria, foi em 2000. Foram abertas várias caixas do John Reginald Cotrim e retiradas várias fotos dessas caixas.

AC – Então essa separação acabava acontecendo?

LL – Sim, acontecia com o desenvolvimento do trabalho da pesquisa, ou com a demanda de pesquisadores externos, mas não era um procedimento metodológico com a chegada do acervo na instituição.

AC – Voltando para sua atuação enquanto coordenadora de área, quais foram suas primeiras medidas na chefia da COCR?

LL – A primeira coisa que eu tive problema partiu de uma demanda da direção querendo que a Memória da Eletricidade tivesse todo o seu acervo na web. E nosso sistema era muito antigo. Uma das primeiras coisas que eu fiz foi pesquisar uma plataforma adequada para a inserção de informações, acesso e difusão desses acervos. Pesquisei uma série de sistemas, tanto para a biblioteca, quanto para o acervo, visto que minha principal meta ao entrar como chefe de coordenadoria era mudar os sistemas e tratar a documentação. Na época existia uma consulta muito grande do arquivo sonoro e foi por onde eu comecei. Contratei uma

peessoa para ouvir as fitas, ver se as transcrições estavam corretas, refazer o trabalho quando necessário e transformar aquilo em digital. O que foi feito. Mesmo assim, eu ainda estava na busca de um sistema, o que eu só fui conseguir encontrar em 2012. Como eu já disse, eu via tudo como acervo. Para mim existia o acervo museológico da Memória, que abrangia o arquivístico também, e o acervo bibliográfico, uma visão que eu só fui mudar anos mais tarde. Enfim, no final achar um sistema para a biblioteca foi fácil, eu optei pela implantação do Sophia Biblioteca que é usado pela Biblioteca Nacional, mas o acervo foi um grande problema, pois não existia uma plataforma que contemplasse todos os nossos acervos, tanto o museológico quanto o arquivístico. Isso eu só consegui em 2012 através do Sophia Acervo. E atualmente, todo o nosso acervo está disponível na web, não a imagem, mas a informação. E isso é uma outra questão também, porque eu não sou a favor de liberar todo acervo assim.

AC – Você está se referindo a imagem, no caso?

LL – Sim, a imagem. Porque a informação já está lá. Eu acho que as pessoas precisam entender e avaliar que nem tudo que nós temos pode ser divulgado. O setor de energia elétrica é um setor estratégico, tem coisa que pode ser consultada, mas que não deve ser amplamente divulgada na web.

AC – Sobre essa questão da divulgação, no âmbito dos arquivos pessoais, que é o foco da minha pesquisa, existe uma questão muito forte da chancela do pessoal x institucional, já que a imensa maioria dos nossos acervos pessoais foram produzidos e acumulados dentro de um ambiente institucional.

LL – Sim, quase todos eles.

AC – Sim, e isso é comum em acervos pessoais. Sobre essa questão, eu gostaria de saber sua opinião quanto à aquisição e acesso dessa documentação.

LL – A grande maioria dessa documentação são cópias. Eu, Leila, não sou arquivista, mas acho que não tem que liberar determinadas coisas. Uma carta que foi enviada pelo presidente da Eletrobras para o John Cotrim, em Furnas, que está no acervo pessoal do Cotrim não faz parte do acervo pessoal dele, deveria fazer parte do acervo de Furnas. Mesmo que ele tenha uma cópia daquela carta no seu acervo. E isso tem que ser pensado em

relação à aquisição também. Mesmo que seja uma cópia, cópia não é acervo, é informação. Original é acervo, cópia não é. Não sei se eu estou certa, mas é o que eu acho.

AC – Dentro dessa lógica, você não acha certo a aquisição de cópias no acervo, é isso?

LL – Eu acho que deveria ser aceita enquanto informação. Vai entrar no nosso sistema, mas não vai contar como acervo, vai ser inserido na nossa base de referências e não no nosso acervo. Não seria um desmembramento, porque estaria tudo vinculado conceitualmente e separado fisicamente, como acontece com o iconográfico, por exemplo. Até porque, doador não se preocupa muito com essas questões, se é cópia, se é relevante, eles vão doar tudo, o trabalho de avaliação tem que ser nosso. E é difícil um doador vivo também, visto que é uma coisa considerada ruim, você doar suas coisas assim, parece o fim da sua vida. O Dr. Mario Bhering, por exemplo, não gostava de dar depoimento por causa disso. Ele dizia que todo mundo que faz história de vida morre. Então ele nunca fez entrevista, mesmo sendo um presidente presente, o que foi doado sobre ele veio pela família. Enfim, nós que precisamos avaliar muito bem essas aquisições. Tem documentação por exemplo que você encontra em dois arquivos distintos. A cópia que o Mauro Thibau tem, o John Cotrim também tem, então na minha opinião tem que ser feito assim: é cópia, entra como informação e não como acervo.

AC – Sobre essa definição de coleção ou fundo...

LL – Fundo eu acho feio. (risos)

AC – Essa terminologia foi adotada pela Fernanda com a sua aprovação. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre isso. Você estaria aberta para uma nova terminologia ou você manteria o termo coleção, visto que um centro de memória é uma entidade colecionadora.

LL - Eu estou sempre aberta a novas nomenclaturas. Eu não sou da área de arquivo, eu sei que existe toda uma teoria nessa área, que não tem nem na museologia, então eu deixo em aberto esse tipo de coisa. Eu só não gosto de fundo, até mesmo por questionar os conjuntos documentais que temos aqui na Memória, que, na minha opinião, não estão completos, não são fundos. Grande parte do acervo do John Cotrim, por exemplo, está em Furnas, mesmo que jogado numa garagem sem tratamento algum. Eu tenho uma doação do Salmito, que trabalhava no Comitê de Barragens e foi feita também uma outra doação, mas uma parte significativa do arquivo pessoal do Cotrim está ainda com Furnas, como toda a parte

museológica por exemplo, como a cadeira dele de trabalho, canetas, óculos, tem tudo dele lá. Um outro exemplo é o acervo do Lucas Lopes, que tem uma documentação considerável dele no CPDOC. São parcelas documentais que, ao meu ver, não se configuram como fundos. Eu acho que a gente tem que fazer política para captar acervo, já que nós temos isso. Não era nossa ideia inicial mas virou e precisamos fazer política para captar acervo que nos interessa, dos homens que fizeram esse setor e dos que vão fazer daqui pra frente.

AC – Na Memória muitos acervos não possuem uma história arquivística clara. No entanto, é de conhecimento dos profissionais da área que muitos acervos entraram na instituição através do Programa de História Oral, com os depoentes. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso.

LL – Sim, boa parte do acervo vem a reboque dos projetos de História Oral mesmo. Tirando o Léo Penna, o Mauro Thibau, antes de fazer as entrevistas até. E isso tem que ser reativado, não só pela doação, mas para ter esse registro que é feito com muita pesquisa e profundidade.

AC – O problema é que esses acervos quando chegam dessa maneira, dependendo da aquisição, acabam descontextualizados.

LL – Totalmente. E só a implantação de uma política na nossa área pode resolver isso.

AC – Sim, e eu vou querer que você fale um pouco mais sobre isso depois. Antes, eu queria que você falasse dessa relação entre a pesquisa e o acervo. Entre as coordenadorias de pesquisa e referência para ser mais clara.

LL – A pesquisa se tornou tão forte que até a biblioteca foi formada em cima da pesquisa. Só se comprava livros que a pesquisa solicitasse. Um exemplo é que só passamos a comprar livros, de arquivologia, museologia quando eu entrei. Era muito forte essa presença e continuou assim apesar de estarmos há alguns anos num movimento de fortalecimento da área de referência, ou seja, da área de acervos, que é a principal área da Memória da Eletricidade. Nós estamos pensando em mudar o nome da área, algo que vem sendo pensado com esse novo organograma, e passaria a se chamar de Gerência de Patrimônio Cultural e Pesquisa.

AC – Juntando as duas áreas.

LL – As duas já estão juntas. Agora eu acho mais fácil colocar a pesquisa a reboque do nosso acervo, e não o contrário. Eu não vou valorizar mais uma área ou outra. As duas precisam trabalhar juntas e pensando no nosso acervo. O Paulo, por exemplo, já se interessou em trabalhar no projeto da exposição, algo que nunca tinha acontecido. Isso já é um ganho. Antes era o trabalho da área da pesquisa de um lado e o da área de referência do outro. Mas essa relação foi tensa durante os anos. Existia uma disputa. O coordenador da Pesquisa orientava seus profissionais a lerem o que foi produzido por outras áreas para achar os erros. Não era para ajudar, era para apontar os erros. Uma disputa clara entre áreas que o coordenador da pesquisa na época venceu, por ser articulado e pelo conhecimento que ele tinha no setor. Mas agora eu vislumbro um novo momento para as áreas, e eu não digo isso para diminuir a importância da pesquisa. Eu sou historiadora, e acho que para trabalhar num arquivo tem que ter pesquisa, eu mesma comecei aqui na instituição fazendo pesquisa de referências iconográficas. Enfim, a pesquisa precisa trabalhar junto com nosso acervo, e eu acho que isso vai acontecer a partir de agora.

AC – Leila, para finalizar, como minha pesquisa propõe a elaboração de um instrumento que eu gostaria que a Memória usasse, gostaria de sua opinião enquanto atual diretora da entidade e coordenadora da área responsável pela gestão dos acervos pessoais, sobre a implantação de uma política de aquisição. Você já disse que isso é necessário, mas eu gostaria de fechar a entrevista com essa pergunta.

LL – Eu gostaria que fossem estabelecidas políticas de captação de acervo, de aquisição de acervo, e pensar isso de uma forma bem ampla. Eu gostaria de ver também um tratamento adequado ao acervo arquivístico que é muito importante em termos de informação, e que realmente permitisse que os pesquisadores tivessem acesso.

AC – E nunca existiu uma política na instituição, não é Leila?

LL – Não, não tem. Isso nunca existiu. Nem uma política de descarte que eu acho extremamente importante visto a quantidade de coisa que poderia ser descartada, principalmente no iconográfico. Nós temos acervos que foram trazidos para a Memória pelos coordenadores das áreas. O Renato, por exemplo, doou várias fotografias das viagens ao exterior que ele fazia e que podem ser descartadas.

AC – Por que você descartaria esses acervos?

LL – Eu até descartei, ou melhor, coloquei a parte, porque não tive coragem de jogar fora. Mais assim, 500.000 fotos de uma fachada.. E nem são de todos os ângulos da fachada. Não, todas as fotos são da fachada principal, com sol, com lua, de tarde, com duas pessoas, uma pessoa. Enfim, uma coisa desnecessária em termos de informação.

AC – Recentemente nós achamos um álbum fotográfico de família que não sabemos o motivo que levou a doação, visto que foge da linha de acervo da instituição.

LL – Pois é. Isso deveria ser descartado, ou devolvido para ao doador. O descarte deve ser pensado sempre pelo viés da informação, uma foto de um engenheiro no carnaval, por exemplo, não é para estar guardada na Memória.

AC – Para finalizar, Leila, fale um pouco sobre como você visualiza o futuro da instituição?

LL – Estamos nesse processo de mudança de sede, de ampliação de atividades, mas eu acho que a Memória deve continuar com o trabalho que vem desenvolvendo desde sua criação, principalmente na área de acervos. Nosso trabalho será sempre à parte, e tem que permanecer, independente do que será feito. Até porque esse projeto que estão tentando implantar não tem nada a ver com setor elétrico. O coração da Memória continuará sendo a COCR com a COPQ junto. Eu ando muito temerosa com o futuro da instituição. E nossa área é a principal da Memória da Eletricidade, que é a área fim. E quem vai levar isso adiante são vocês. Vocês são o futuro da área e, conseqüentemente, da instituição.